

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO SR(07)**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Rio de Janeiro/RJ/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Chefe de Gabinete
Raimunda Helena Nahum Gomes

Procurador-Chefe
Sérgio de Britto Cunha Filho

Diretor de Gestão Administrativa
Juliano Flávio dos Reis Rezende

Diretor de Gestão Estratégica
Simone Guerese de Mello

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Richard Martins Torsiano

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
César Fernando Schiavon Aldrighi

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Marcelo Afonso Silva

Superintendente Regional - SR-07/RJ
Gustavo Souto de Noronha

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	15
<u>PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II da DN TCU N° 119, de 18/01/2012 – CONTEÚDO GERAL</u>	16
<u>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕE O RELATÓRIO</u>	16
<u>1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual</u>	16
<u>1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade</u>	18
<u>1.3 Organograma Funcional</u>	26
<u>1.4 Macroprocessos Finalísticos</u>	26
<u>1.5 Macroprocessos de Apoio</u>	28
<u>1.6 Principais Parceiros</u>	29
<u>PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012</u>	31
<u>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</u>	31
<u>2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada</u>	31
<u>2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos</u>	33
<u>2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações</u>	33
<u>2.4 Indicadores</u>	39
<u>PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/ DE 18/1/2012</u>	40
<u>3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</u>	40
<u>3.1 Estrutura de Governança</u>	40
<u>3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos</u>	41
<u>3.3 Remuneração Paga a Administradores</u>	46
<u>3.4 Sistema de Correição</u>	46
<u>3. 5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU</u>	48
<u>Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012</u>	50
<u>4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	50
<u>4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ</u>	50
<u>4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u>	50
<u>4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u>	51
<u>4.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2066</u>	51

<u>4.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2012.....</u>	<u>58</u>
<u>4.4 Objetivo Vinculado ao Programa 2034.....</u>	<u>59</u>
<u>4.4.1 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</u>	<u>60</u>
<u>4.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418.....</u>	<u>60</u>
<u>4.6 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419.....</u>	<u>62</u>
<u>4.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420.....</u>	<u>65</u>
<u>4.8 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421.....</u>	<u>73</u>
<u>4.9 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422.....</u>	<u>77</u>
<u>4.10 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412.....</u>	<u>79</u>
<u>4.11 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987.....</u>	<u>81</u>
<u>4.11.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</u>	<u>83</u>
<u>4.12 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....</u>	<u>83</u>
<u>4.13 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar.....</u>	<u>134</u>
<u>4.14 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....</u>	<u>146</u>
<u>4.14.1 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....</u>	<u>152</u>
<u>4.14.2 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....</u>	<u>153</u>
<u>4.15 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....</u>	<u>165</u>
<u>4.15.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....</u>	<u>165</u>
<u>4.15.2 Programação de Despesas.....</u>	<u>165</u>
<u>4.15.2.1 Programação de Despesas Correntes.....</u>	<u>165</u>
<u>4.15.2.2 Programação de Despesas de Capital</u>	<u>166</u>
<u>4.15.2.3 Resumo da Programação da Despesa e da Reserva de Contingência.....</u>	<u>166</u>
<u>4.15.2.4 Análise Crítica.....</u>	<u>167</u>
<u>4.15.3 Programação de Despesas.....</u>	<u>168</u>
<u>4.15.4 Execução Orçamentária da Despesa.....</u>	<u>170</u>
<u>4.15.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários.....</u>	<u>170</u>
<u>4.15.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....</u>	<u>170</u>

4.15.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	171
4.15.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	173
4.15.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	173
4.15.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação..	174
4.15.4.2.3 Análise Crítica.....	176
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	179
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	179
5.1 Reconhecimento de Passivos.....	179
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	179
5.1.2 Análise Crítica.....	179
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	180
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	180
5.2.2 Análise Crítica.....	180
5.3 Transferências de Recursos.....	181
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	181
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	181
5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	181
5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	182
5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	183
5.3.6 Análise Crítica.....	184
5.4 Suprimento de Fundos.....	184
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	184
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	184
5.5 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.....	184
5.5.1.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo.....	185
5.5.1.2 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	186
5.5.1.3 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	188
5.5.1.4 Análise Crítica.....	190

<u>5.6 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....</u>	<u>190</u>
<u>5.7 Gestão de Precatórios.....</u>	<u>190</u>
<u>6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....</u>	<u>191</u>
<u>6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....</u>	<u>191</u>
<u>6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>191</u>
<u>6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>191</u>
<u>6.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho.....</u>	<u>192</u>
<u>6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....</u>	<u>193</u>
<u>6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade</u>	<u>193</u>
<u>6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>195</u>
<u>6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....</u>	<u>197</u>
<u>6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o</u> <u>Regime de Proventos e Aposentadoria.....</u>	<u>198</u>
<u>6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>198</u>
<u>6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....</u>	<u>199</u>
<u>6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos</u> <u>Públicos.....</u>	<u>199</u>
<u>6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....</u>	<u>200</u>
<u>6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....</u>	<u>200</u>
<u>6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....</u>	<u>201</u>
<u>6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....</u>	<u>201</u>
<u>6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....</u>	<u>202</u>
<u>6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....</u>	<u>202</u>
<u>6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</u>	<u>202</u>
<u>6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de</u> <u>Concurso Público.....</u>	<u>203</u>
<u>6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para</u> <u>Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....</u>	<u>203</u>
<u>6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva</u> <u>pela Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>205</u>

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	206
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	209
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	210
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	210
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	212
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	212
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	213
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	215
8 Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	218
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	218
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI.....	218
8.2 Análise Crítica.....	220
9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	221
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	221
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	222
10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	224
10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....	224
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	224
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	224
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	225
10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	225
10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	226
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	227
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	228
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	228
10.3.2 Análise Crítica.....	228
10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	229
10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	229
11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	230

<u>11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....</u>	<u>230</u>
<u>11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....</u>	<u>230</u>
<u>11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis...</u>	<u>230</u>
<u>11.2.1 Declaração Plena.....</u>	<u>230</u>
<u>11.2.2 Declaração com Ressalva.....</u>	<u>231</u>
<u>11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....</u>	<u>231</u>
<u>11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....</u>	<u>232</u>
<u>11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais.....</u>	<u>232</u>
<u>11.6 Parecer da Auditoria Independente.....</u>	<u>232</u>
<u>12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....</u>	<u>233</u>
<u>12. Outras Informações Sobre a Gestão.....</u>	<u>233</u>
<u>12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....</u>	<u>233</u>
<u>13 Parte B, item 23, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....</u>	<u>234</u>
<u>13 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000 ha dos cartórios de registro de imóveis.....</u>	<u>234</u>
<u>14 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....</u>	<u>235</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>237</u>
LISTA DE QUADROS	
<u>Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....</u>	<u>16</u>
<u>QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....</u>	<u>41</u>
<u>QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO – PROGRAMA 2066.....</u>	<u>49</u>
<u>Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418.....</u>	<u>50</u>
<u>Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419.....</u>	<u>51</u>
<u>Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420.....</u>	<u>53</u>
<u>Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421.....</u>	<u>55</u>
<u>Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422.....</u>	<u>56</u>
<u>Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412.....</u>	<u>57</u>
<u>Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987.....</u>	<u>58</u>
<u>Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV.....</u>	<u>59</u>

<u>Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6.....</u>	<u>61</u>
<u>Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7.....</u>	<u>62</u>
<u>Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK.....</u>	<u>64</u>
<u>Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL.....</u>	<u>67</u>
<u>Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO.....</u>	<u>68</u>
<u>Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP.....</u>	<u>70</u>
<u>Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES.....</u>	<u>72</u>
<u>Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU.....</u>	<u>73</u>
<u>Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW.....</u>	<u>75</u>
<u>Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1.....</u>	<u>76</u>
<u>Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB.....</u>	<u>78</u>
<u>Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A.....</u>	<u>80</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105.....</u>	<u>82</u>
<u>Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110.....</u>	<u>86</u>
<u>Quadro A.4.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114.....</u>	<u>88</u>
<u>Quadro A.4.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426.....</u>	<u>89</u>
<u>Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378.....</u>	<u>92</u>
<u>Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387.....</u>	<u>92</u>
<u>Quadro A.4.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460.....</u>	<u>96</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG.....</u>	<u>98</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384.....</u>	<u>99</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427.....</u>	<u>103</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7.....</u>	<u>107</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396.....</u>	<u>109</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398.....</u>	<u>111</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06.....</u>	<u>114</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320.....</u>	<u>117</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358.....</u>	<u>120</u>

<u>Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374.....</u>	<u>123</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474.....</u>	<u>126</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952.....</u>	<u>129</u>
<u>Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370.....</u>	<u>130</u>
<u>Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470.....</u>	<u>133</u>
<u>Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448.....</u>	<u>144</u>
<u>Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859.....</u>	<u>145</u>
<u>Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1.....</u>	<u>147</u>
<u>Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120.....</u>	<u>150</u>
<u>Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000.....</u>	<u>151</u>
<u>Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572.....</u>	<u>154</u>
<u>Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103.....</u>	<u>162</u>
<u>Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....</u>	<u>164</u>
<u>Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes.....</u>	<u>164</u>
<u>Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....</u>	<u>165</u>
<u>Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....</u>	<u>165</u>
<u>Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....</u>	<u>167</u>
<u>Quadro A.4.12 – Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....</u>	<u>168</u>
<u>Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....</u>	<u>170</u>
<u>Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....</u>	<u>172</u>
<u>Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....</u>	<u>173</u>
<u>Quadro A.5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....</u>	<u>179</u>
<u>Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....</u>	<u>180</u>
<u>Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....</u>	<u>181</u>
<u>Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes</u>	<u>181</u>

<u>Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....</u>	<u>182</u>
<u>Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse</u>	<u>183</u>
<u>Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....</u>	<u>184</u>
<u>Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....</u>	<u>184</u>
<u>Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....</u>	<u>185</u>
<u>Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....</u>	<u>186</u>
<u>Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....</u>	<u>188</u>
<u>Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....</u>	<u>191</u>
<u>Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....</u>	<u>191</u>
<u>Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....</u>	<u>192</u>
<u>Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....</u>	<u>193</u>
<u>Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12</u>	<u>193</u>
<u>Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....</u>	<u>195</u>
<u>Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro</u>	<u>198</u>
<u>Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....</u>	<u>198</u>
<u>Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....</u>	<u>200</u>
<u>Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....</u>	<u>200</u>
<u>Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....</u>	<u>201</u>
<u>Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....</u>	<u>201</u>
<u>Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....</u>	<u>201</u>
<u>Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....</u>	<u>202</u>
<u>Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....</u>	<u>203</u>
<u>Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....</u>	<u>203</u>

<u>Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.</u>	<u>205</u>
<u>Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....</u>	<u>206</u>
<u>Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....</u>	<u>209</u>
<u>Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</u>	<u>212</u>
<u>Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.</u>	<u>213</u>
<u>Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</u>	<u>215</u>
<u>Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>218</u>
<u>Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</u>	<u>221</u>
<u>Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....</u>	<u>222</u>
<u>Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....</u>	<u>224</u>
<u>Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no</u> <u>exercício.....</u>	<u>225</u>
<u>Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....</u>	<u>225</u>
<u>Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no</u> <u>exercício.....</u>	<u>226</u>
<u>Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de</u> <u>entregar a DBR.....</u>	<u>228</u>
<u>Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV...</u>	<u>229</u>
<u>Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a</u> <u>situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....</u>	<u>230</u>
<u>Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem</u> <u>corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....</u>	<u>230</u>
<u>Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de</u> <u>referência.....</u>	<u>236</u>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia
 LTDA - Limitada
 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
 MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU Nº 108/2010, o Relatório de Gestão 2012 Individual do INCRA/RJ é composto por três partes: **Parte A – Conteúdo Geral**, composta dos itens 1 a 12; **Parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins**, composta dos itens 13 e 14, e seu Anexos.

Com relação aos itens 4.1 – Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ e respectivos **4.1.1 – Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, 4.1.2 – Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ; 4.15.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ, 4.15.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários, 4.15.4.1.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários, e 4.15.4.2 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários; 5.6 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ; 5.7 – Gestão de Precatórios; 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativa prevista na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; 11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais; 11.6 – Parecer de Auditoria Independente - “Não se aplicam à natureza jurídica da UJ”.**

PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(21) 224-6363	
Endereço eletrônico: canalrh.rj@rjo.incra.gov.br; cidadania_rj@rjo.incra.gov.br		
http://www.INCRA.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Conceição, 69 – 23º, 24º e 25º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP: 20.051-011		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Não se aplica
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Não se aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373062	37201

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

- **Competência Institucional**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como finalidades:

- promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- gerenciar a estrutura fundiária do país.

Objetivos estratégicos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como diretrizes:

- a) A democratização do acesso à terra, não limitando-a na geração de projetos de assentamento, mas ampliando-a pela regularização fundiária e pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas;
- b) O aumento da qualidade de vida nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, através da implantação de obras de infraestrutura básica e serviços de desenvolvimento social, produtivo e a inserção na cadeia produtiva da região;
- c) O cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária, através da fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes ilegalmente ocupados nos Projetos de Assentamento;
- d) O reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De forma a cumprir seus objetivos estratégicos de acordo com sua competência institucional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA possui estrutura organizacional

definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde apresenta nova estrutura, estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme especificado abaixo para o caso específico de uma Superintendência Regional:

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) – Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Planejamento e Controle – Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos

de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Comunicação Social – Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Ouvidoria Agrária – Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R – compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F – compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

De Cadastro Rural – Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a

consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Cartografia – analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Regularização Fundiária – Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Regularização de Territórios Quilombolas – Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T – compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

De Obtenção – Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Implantação de Assentamentos – Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Meio Ambiente e Recursos Naturais – Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de

colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D – compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

De Infraestrutura – Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Desenvolvimento de Projetos – Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Educação e Cidadania – Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de

ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A – compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

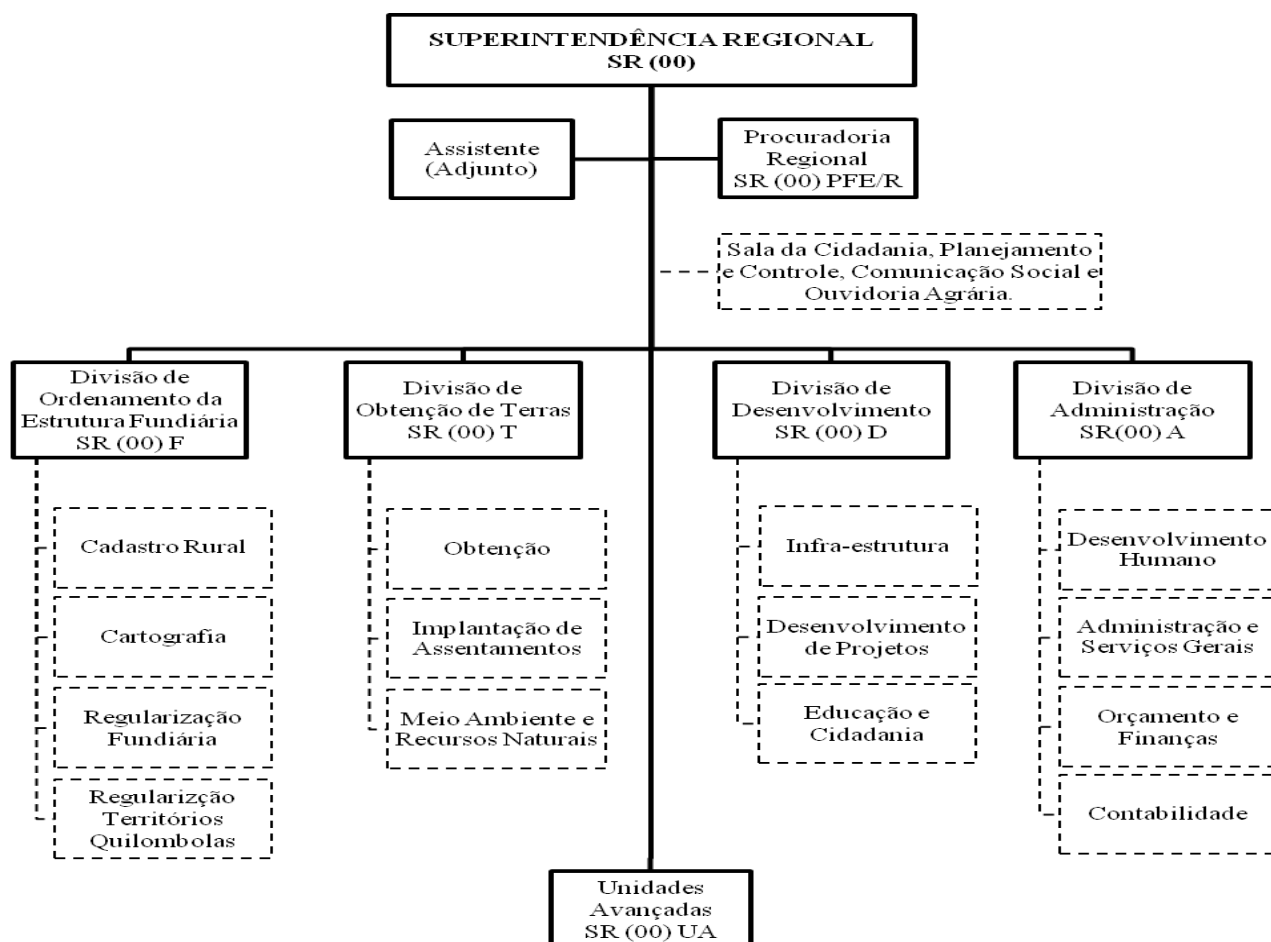
De Desenvolvimento Humano – Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Contabilidade – Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Administração e Serviços Gerais – Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Orçamento e Finanças – Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

1.3 Organograma Funcional



O organograma funcional acima encontra-se no Portal do INCRA. E, com exceção da Sala da Cidadania e das Unidades Avançadas (que foram extintas a partir de 2006), a SR-07/RJ possui exatamente a estrutura funcional delineada neste organograma.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Para o cumprimento da missão do INCRA, foram formatados sete programas finalísticos (ver tabela a seguir) – constantes do PPA 2012-2015, que norteiam todo o processo de acesso à terra, ao desenvolvimento de assentamentos autossustentáveis, à educação voltada à realidade do campo, à solução e combate dos conflitos existentes na disputa pela terra e seus recursos naturais, à devolução aos remanescentes de quilombos do direito à propriedade que ocupam, e ao gerenciamento da malha fundiária do Brasil. Estes programas são os que se seguem:

PROGRAMAS E AÇÕES FINALÍSTICAS DO INCRA			
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO		
2066 – REFORMA AGRÁRIA	8384	CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS	

E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA		BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
	8387	VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
	8374	LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA
	4460	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO INICIAL NAS AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA
	20TG	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES COMPLEMENTARES NOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRÁRIA
	8396	IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA EM P.A.
	8398	DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	4320	FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO - TERRA SOL
	4358	TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	2B06	MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
	0427	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS
	20S7	SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA
	2105	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL
	4426	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA NACIONAL
	2110	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS
	4474	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO
	6952	CONCESSÃO DE BOLSAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PEDAGÓGICA E SOCIAL
	8370	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRÁRIA
1120 – PAZ NO CAMPO	2109	ASSISTÊNCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS
2034 – ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	20T1	RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DESINTRUSÃO E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
	0859	INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS E DE TERRAS AOS OCUPANTES DE IMÓVEIS EM ÁREAS RECONHECIDAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
2012 - AGRICULTURA FAMILIAR	4470	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - ATES
	4448	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro - SR-07/RJ, por ser mais uma unidade da Autarquia, tem essas mesmas competências institucionais da organização como um todo.

No exercício de 2012 a Superintendência Regional procurou focar as ações relativas ao desenvolvimento e estruturação dos assentamentos. Priorizou-se, assim, dentro do programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária), o cumprimento de metas das ações 4320 (Fomento à agroindustrialização e à comercialização - Terra Sol), 4358 (Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento) e 8396 (Implantação e recuperação da infraestrutura básica em Projetos de Assentamento), esta última contando com o apoio de Engenheiro Civil cedido temporariamente pela Superintendência Regional do INCRA em Tocantins.

Nas ações 8387 (Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais) e 4460 (Pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para reforma agrária) deu-se prosseguimento a ações iniciadas em exercícios anteriores, bem como a processos que, após anos paralisados no âmbito no poder judiciário, tiveram seu óbice judicial superado.

Ademais, a Superintendência do INCRA do Rio de Janeiro também estabeleceu como objetivos centrais manter a cobertura de atendimento às famílias assentadas no bojo das ações 8370 (Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para a reforma agrária) do programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária) e 4470 (Assistência técnica e capacitação de assentados – ATEs) do programa 2012 (Agricultura Familiar)

Deve se destacar ainda que no último exercício implementamos de fato a estrutura da Ouvidoria Agrária Regional, com a designação de equipe específica para atuar na ação, bem como a aquisição do material permanente adequado a seu funcionamento de forma que a ação 2109 (Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas) dentro do programa 1120 (Paz no Campo) deixou de ter uma atuação apenas pontual na Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro.

É importante também destacar que no programa 2034 (Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial) o INCRA obteve no final do exercício a primeira decisão judicial de imissão de posse em processo de reconhecimento de territórios quilombolas no Estado na ação de desapropriação para titulação do quilombo São José da Serra, no município de Valença. Ademais, o INCRA ajuizou sua ação de desapropriação referente a titulação da comunidade remanescente de quilombo de Santana, em Quatis.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Da mesma forma que no caso dos macroprocessos finalísticos, os macroprocessos de apoio existentes no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro são reflexos dos processos nacionais. Há dois programas meio, conforme a tabela a seguir:

RELAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO		
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
2120 - PROGRAMA DE GESTÃO	4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
	2103	FORMULAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES MEIO		
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	8402	DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

No exercício de 2012, a Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro capacitou 46 servidores. Ademais, procuramos sanar problemas como manutenção de viaturas, adoção de política de compras sustentável (por exemplo, aquisição de papel reciclado), cujos resultados poderão ser melhor mensurados no exercício de 2013.

Todavia, ainda não foi resolvido o maior gargalo administrativo, que é a necessidade de reforma do prédio próprio da Superintendência Regional, uma vez que os gastos com aluguel ultrapassaram R\$ 1,7 milhão no exercício. Isto ocorreu porque ainda não foram autorizados os recursos orçamentários para realização da obra, cujo projeto orçado em pouco menos de R\$ 5 milhões de reais começa a ficar defasado.

1.6 Principais Parceiros

Por ser uma unidade descentralizada de um órgão central, o parceiro primaz da Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro é a própria unidade central do INCRA em Brasília. O apoio das Diretorias da Autarquia foi, e é, fundamental para o funcionamento da Superintendência.

Externamente, a autarquia manteve articulação com diversas prefeituras, todavia o parceiro chave foi o Governo do Estado do Rio de Janeiro através do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Foram iniciadas discussões com o INEA que deve resultar no exercício de 2013 na assinatura de um Termo de Ajustamento de

Conduta do INCRA com INEA, de forma a garantir a adequação ambiental dos assentamento e permitir o acesso aos beneficiários da reforma agrário à linha A do PRONAF. Já com o ITERJ foi assinado um Acordo de Parceria para “implantação conjunta do Programa Nacional de Reforma Agrária com o reconhecimento recíproco dos assentamentos criados, a implantação conjunta de políticas públicas federais e estaduais nas áreas reformadas, principalmente na Região Serrana e a titulação e assistência de comunidades quilombolas reconhecidas pelo Incra em áreas públicas do estado do Rio de Janeiro”.

PARTE A– Item 2, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento estratégico das ações da Superintendência Regional é feito em consonância com as diretrizes centrais do INCRA, de forma que as ações da Superintendência devem se inserir neste contexto global.

- Período de abrangência do plano estratégico:

O período de abrangência do planejamento estratégico foi o exercício de 2012.

- Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas:

No ano de 2011, o INCRA elaborou o “DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2011/2014”, construído de forma participativa. A elaboração do referido documento teve a contribuição dos superintendentes regionais durante o encontro de dirigentes realizado em agosto de 2011, das Diretorias e das Coordenações Gerais, sob a coordenação do gabinete da Presidência do INCRA.

O diagnóstico apontava diversas informações sobre o INCRA, tais como: principais ações realizadas; estrutura e força de trabalho; Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária – PQRA; impactos dos assentamentos no desenvolvimento econômico; orçamento do INCRA; passivos e perspectivas das ações para 2011/2014; principais problemas e ações necessárias para combatê-las.

De forma complementar e resumida, embasada nas informações do “DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2011/2014”, foi elaborado o documento “A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO DILMA: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DE COMBATE À POBREZA EXTREMA E DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO”, que aponta o diagnóstico dos principais passivos/problemas, os resultados esperados nos cenários desfavoráveis e favoráveis, bem como as principais condicionantes para o alcance das metas no contexto do cenário favorável.

Todavia, em julho de 2012 ocorreu a substituição do Presidente da Autarquia, de forma que se começou a rever as diretrizes de planejamento realizadas na gestão anterior. Está previsto para abril de 2013 a conclusão do Plano de Compromisso de Ações e Metas 2013/2014 para o INCRA, tanto em âmbito nacional quanto regional.

Ainda assim, em abril de 2012 foi pactuado o plano de compromissos de metas físicas e limites orçamentários para o exercício, tendo o mesmo sido revisto pela administração central da autarquia em Dezembro de forma a ajustá-lo ao Decreto 7.680/2012.

- Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade; Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula;

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro é uma unidade descentralizada da autarquia; seus programas e ações são executados em consonância com o planejamento central, o qual, por sua vez, segue as diretrizes e objetivos presentes no Plano Plurianual 2012-2015. De forma que após discussão com o INCRA-Sede em abril de 2012, foi pactuado, com todas as superintendências regionais da instituição o plano de compromissos de metas físicas e limites orçamentários para o exercício com o norte sempre nas ações previstas no PPA 2012-2015, mas tendo o Plano de Compromissos sido revisto pela administração central da autarquia em Dezembro, de forma a ajustá-lo ao Decreto 7.680/2012.

- Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão; Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.

No exercício de 2012, a Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro procurou focar as ações relativas ao desenvolvimento e estruturação dos assentamentos. Priorizou-se, assim, dentro do Programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária), o cumprimento de metas das ações 4320 (Fomento à agroindustrialização e à comercialização - Terra Sol), 4358 (Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento) e 8396 (Implantação e recuperação da infraestrutura básica em Projetos de Assentamento).

Nas ações 8387 (Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais) e 4460 (Pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para reforma agrária), o objetivo foi dar prosseguimento a ações iniciadas em exercícios anteriores.

Ademais, a Superintendência do INCRA do Rio de Janeiro também estabeleceu como objetivos centrais manter a cobertura de atendimento às famílias assentadas no bojo das ações 8370 (Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para a reforma agrária), do Programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária) e 4470 (Assistência técnica e capacitação de assentados – ATES), do programa 2012 (Agricultura Familiar). Também procuramos prosseguir com o

padrão de atuação no atendimento às comunidades remanescentes de quilombo no bojo do Programa 2034 (Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial).

Deve-se destacar ainda que, no último exercício, estabelecemos o objetivo de estruturar de fato a Ouvidoria Agrária Regional, com a designação de equipe específica para atuar na ação, bem como a aquisição do material permanente adequado a seu funcionamento de forma que a ação 2109 (Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas) dentro do programa 1120 (Paz no Campo) deixasse de ter uma atuação apenas pontual na Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A capacidade operacional do INCRA como um todo, e da Superintendência Regional do Rio de Janeiro em particular, está aquém do ideal. As inúmeras obrigações colocadas à autarquia ao longo dos anos, sem uma adequação da estrutura organizativa da casa, colocaram o órgão com uma demanda bastante superior à sua capacidade de execução. Assim, demandaram-se algumas ações que buscassem minorar estes entraves.

O INCRA é um órgão cuja eficiência e eficácia do trabalho estão diretamente associadas à capacidade da autarquia se fazer presente nos municípios do interior, por meio da articulação institucional com as Prefeituras e com o Governo do Estado visando a parcerias para a gestão da malha fundiária através da implantação das Unidades Municipais de Cadastro, da fiscalização da função social das propriedades rurais, da regularização de territórios quilombolas, da implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, entre outras atividades de menor destaque. Desta forma, a **articulação interinstitucional**, principalmente com o Governo do Estado, foi fundamental no exercício de 2012.

Cumprir ainda destacar que, apesar da ausência de engenheiro civil no quadro da Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro, contamos com o apoio da Superintendência do INCRA no Tocantins, que cedeu um profissional para atender as demandas do Rio de Janeiro.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A Superintendência do INCRA no estado do Rio de Janeiro teve, no exercício de 2012, dois Planos de Compromisso, que englobava as metas físicas e orçamentárias de todas as ações: o primeiro baseou-se nos recursos previstos na LOA para o exercício de 2012, enquanto que, ao final do ano, houve a reelaboração das metas físicas e orçamentárias, em função da publicação do Decreto nº 7680/2012. A seguir estão os dados referentes às metas previstas conforme a LOA e, posteriormente, de acordo com ajustes após o decreto de corte do orçamento. E, por fim, as metas que alcançaram e superaram as metas físicas e as que não conseguiram atingir as metas estipuladas.

PLANO DE COMPROMISSOS 2012 – SR-07/RJ

PROGRAMA	AÇÃO	Produto / Unidade de Medida	LOA 2012		LOA 2012 – APÓS DECRETO 7.680/2012	
			Meta Orçamentária	Meta Física Prevista	Meta Orçamentária	Meta Física Prevista
2066 – Programa -Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	4460 – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida – hectares (ha)	R\$ 3.828,42	1.980,0000	R\$ 2.868.309,20	1.341,0000
	20TG – Pagamento de indenizações complementares nos processos de desapropriação de imóveis rurais para a para a reforma	Área Indenizada – hectares (ha)	R\$ 0,00	0,0000	R\$ 0,00	0,0000
	8387 - Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis rurais	Área Vistoriada - hectares (ha)	R\$ 100.000,00	11.000,0000	R\$ 70.900,00	7.800,0000
	8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada	R\$ 47.667,000	260	R\$ 38.539,00	190
	8396 - Implantação e Recuperação da Infraestrutura Básica em P.A.	Família Atendida	R\$ 1.600.000,00	207	R\$ 1.117.042,50	149
	8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida	R\$ 45.000,00	123	R\$ 27.356,22	75
	4320 - Fomento à Agroindustrializaçã o e à Comercialização - TERRA SOL	Família Beneficiada	R\$ 500.000,00	1.182	R\$ 237.852,00	562
	4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de Titulação Expedido	R\$ 13.755,00	79	R\$ 18.278,00	327

4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	Trabalhador Rural Escolarizado	R\$ 200.000,00	200	R\$ 0,00	0
6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado	R\$ 582.240,00	116	R\$ 800.210,00	161
0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida	R\$ 24.120.000,00	1.072	R\$ 5.207.930,00	231
20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado	R\$ 150.000,00	333	R\$ 87.690,00	195
2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento Beneficiado/Monitorado	R\$ 73.000,00	5	R\$ 9.820,00	1
8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença Ambiental Protocolada	R\$ 48.329,00	14	R\$ 16.000,00	4
2114 – Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas e Cartográficos	Sistema Mantido	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado	R\$ 150.000,00	7.300	R\$ 50.201,00	2.789
2110 - Regularização Fundiária de	Imóvel Regularizado	R\$ 0,00	0	R\$ 16.990,00	34

	Imóveis Rurais					
	8378 – Gestão de Terras Públicas	Área Diagnostica- da – hectares (ha)	R\$ 20.000,00	1.250	R\$ 0,00	0
	4426 - Georreferencia- mento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferen- ciado	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
2034 – Programa -Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área Reconhecida – hectares (ha)	R\$ 88.035,00	357	R\$ 52.970,00	132
	0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas	Área Indenizada – hectares (ha)	R\$ 864.000,00	723	R\$ 864.000,00	723
2012 – Programa Agricultura Familiar	4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - ATES	Família Assistida	R\$ 1.964.790,00	2.324	R\$ 2.270.379,00	2.200
	4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Agente Formado	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
2120 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	2000 – Administração da Unidade	*****	R\$ 2.680.530,00	-	R\$ 2.810.253,00	-
	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	R\$ 0,00	0	R\$ 15.317,00	19
	2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento	*****	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-

	Agrário					
--	---------	--	--	--	--	--

Fonte: Plano de Compromissos 2012.

AÇÕES CUJAS METAS FORAM ALCANÇADAS

AÇÃO	META FÍSICA PREVISTA	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA REALIZADA – EXERCÍCIO DE 2012	% META PROPOSTA X REALIZADA
4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	327	Documento de Titulação expedido	327	100,00%
8387– Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	7.800,00	Ha – hectare (área vistoriada)	14.013,68	179,66%
4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	562	Família beneficiada	728	129,54%
20S7 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	195	Família atendida	1.390	712,82%
4470 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	2.200	Família assistida	2.282	103,73%
4460 – Pagamento de indenização inicial nas aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	1.341	Ha – hectare (área obtida)	1539,76	114,82%
8374 – Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária	4	Licença protocolado	10	250,00%
8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	75	Família atendida	175	233,33%
2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	2.789	Imóvel Gerenciado	4.495	161,17%
2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	1	Beneficiado/Monitorado	1	100,00%
4572 – Capacitação de Servid. Públicos Fed. em Proc. de Qualif. e Requalificação	19	Servidor capacitado	46	242,11%

Fonte: Plano de Compromisso 2012 e Módulo SIR – Monitoramento 2012.

DESEMPENHO DAS AÇÕES CUJAS METAS NÃO FORAM ALCANÇADAS

AÇÃO	META FÍSICA PREVISTA	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA REALIZADA – EXERCÍCIO DE 2012	% META PROPOSTA X REALIZADA
8384 – Cadastro, Seleção e Homolog. de Fam. Beneficiárias do Prog. Nac. de Ref. Agraria	190	Família assentada	92	50,53%
0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	231	Família atendida	23	9,96%
8396 – Implantação e Recup. de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	149	Família atendida	0	0,00%
8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reform	161	Profissional capacitado	0	0,00%
2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	34	Imóvel/posse	0	0,00%
20T1 – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	132	Ha – hectare (área reconhecida)	0	0,00%
0859 – Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas	723,00	Ha – hectare (área indenizada)	0	0,00%

Fonte: Plano de Compromisso 2012 e Módulo SIR – Monitoramento 2012.

2.4 Indicadores

A SR-07/RJ utiliza os indicadores estabelecidos pelo PPA 2012-2015, e os estabelecidos no Plano de Compromissos 2012 para todas suas ações e subações. Portanto, a gestão é avaliada conforme os parâmetros estabelecidos nestes documentos, e toda reunião do CDR – Comitê de Decisão Regional, presidido pelo Superintendente Regional, juntamente com todos os Chefes, e que ocorre todos os meses, os indicadores e metas do exercício são avaliados constantemente.

PARTE A– Item 3 do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/01/2012

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

Antes de mais nada, frise-se que a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, assim como as demais superintendências regionais, não possui setor específico para tratar do controle interno, conforme se pode depreender do organograma funcional acima (ponto 1.3). No entanto, o INCRA possui o setor de Auditoria Interna, localizada na sede, mas não descentralizada nas regionais. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

Segue, como ilustração, as atribuições da Auditoria Interna do INCRA, localizada na sede da autarquia, em Brasília. De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Contudo, a SR-07/RJ executa um controle mensal das ações finalísticas e algumas intermediárias, através do monitoramento, executado pelo Setor de Planejamento/Gabintete, que é inserido no Sistema de Informações Rurais – SIR, no Módulo Monitoramento e Avaliação, acessado por meio dos Relatórios de Monitoramento por qualquer agente público ou servidor do INCRA em seu sítio institucional, o qual é constantemente comparado com os dados recebidos pelas Diretorias do INCRA.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica:

Análise sobre o Ambiente de Controle

A SR-07/RJ não possui um Setor de Auditoria Interna, que fica na Sede do INCRA, mas possui um Setor de Planejamento e Controle, que fica atrelado diretamente ao Gabinete do Superintendente, e participa de todas as reuniões do CDR - Comitê de Decisão Regional, mostrando a importância que os altos dirigentes da UJ dão ao controle interno.

Além disso, é este Setor o responsável pelo acompanhamento da execução das metas institucionais, ao fazer o monitoramento mensal das ações do INCRA previstas no PPA e nos respectivos pactos estabelecidos com a presidência da Autarquia, a partir do momento em que se define o orçamento da instituição.

Análise sobre a Avaliação de Risco

Neste ponto, ressalte-se que os objetivos e metas da UJ estão formalizados num documento pactuado entre as Regionais e a Sede, que em 2012 recebeu o nome de Plano de Compromissos 2012, que contém todas as metas físicas e orçamentárias da UJ, e cujo desempenho é acompanhado mensalmente por todo o corpo de servidores e dirigentes.

Assim, eventuais riscos e ameaças ao desempenho das metas institucionais são debatidos no CDR, que propõe soluções quando identifica tais riscos e ameaças à consecução dos objetivos institucionais.

Quando ocorre fraudes ou desvios de qualquer natureza, tem sido prática na instituição a instauração de comissão de sindicância, cujos resultados são posteriormente incluídos no Sistema da CGU, conhecido com CGU-PAD, assim como os Processos Administrativos Disciplinares quando sugeridos pela respectiva sindicância.

Análise sobre Procedimentos de Controle

As normas seguidas pela UJ para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ em geral são estabelecidos pela Sede, além das normas legais e constitucionais, que a todos obriga. Contudo, como não há um setor específico de auditoria interna na UJ, os custos são eventuais e quando ocorrem os problemas; além disso, por não ter esse setor, torna-se parcialmente válida a informação de que as atividades de controle sejam abrangentes e razoáveis. O controle, em si praticado por esta UJ, quando não relacionado a problemas de correção, está muito mais ligado ao controle do desempenho das metas físicas em consonância com as metas orçamentárias.

Análise sobre Informação e Comunicação

A parte referente à Informação e Comunicação foi informada pela Assessoria de Comunicação Social da SR-07/RJ, setor ligada diretamente ao Gabinete do Superintendente e o Setor fez as seguintes observações quanto aos pontos deste quadro:

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.

Nota 1. . Existe uma precariedade significativa na documentação das informações relevantes para a superintendência. Prova disso é que os dados registrados no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), o principal sistema de informações da autarquia, são insuficientes. Como as informações não estão armazenadas de maneira adequada onde deveriam, os gestores, quando necessitam da informação, ficam dependendo da presteza dos servidores em atender à solicitação. Se, porventura, os servidores responsáveis pela área não estiverem presentes para dar a informação, ninguém mais consegue passar. Por exemplo, somente dá para saber dados sobre aplicação de crédito perguntando para os servidores que aplicam crédito;

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.

Nota 2. Pelas mesmas razões acima relatadas, a qualidade das informações também é precária;

25. *A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.*

Nota 3. A superintendência também apresenta problemas do ponto de vista do acesso às informações, que deveriam estar disponibilizadas em uma pasta pública para acesso de todos os servidores;

26. *A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.*

Nota 4. A comunicação interna também não atende às expectativas dos diversos grupos. Os gestores costumam não demandar apoio da estrutura da Ascom para divulgar informação interna, optando por reuniões com os diferentes grupos separadamente, o que resulta numa visão fragmentada do todo por parte dos diversos grupos. Além disso, a falta de um planejamento adequado faz com que muitas tarefas sejam passadas de forma atropelada, sem que os servidores tenham informação suficiente para subsidiar o trabalho;

27. *A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.*

Nota 5. Pelas mesmas razões acima relatadas, a comunicação das informações não segue um fluxo adequado para uma gestão de qualidade.

Análise sobre Monitoramento

O Setor de Planejamento e Controle, como não é uma Auditoria Interna, procede a um monitoramento constante da execução das metas institucionais da UJ para contribuir para seu melhor desempenho, sendo, também, este Setor o responsável para contactar os órgãos de controle, como CGU e TCU, além do atendimento das demandas da Auditoria Interna do INCRA-Sede.

Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão

de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.¹

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.²

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado, desdobra a ocorrência a mais de um local.

¹ Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
- controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
- manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
- controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
- outras atividades compatíveis com suas atribuições.

² Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009³, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

No âmbito da SR-07/RJ, foram instauradas Portarias de Instauração de Comissões de Sindicância de Cunho Investigativo e de Processos Administrativos Disciplinar, todas de ordem do Superintendente Regional da SR-07/RJ, conforme se depreende do levantamento a seguir:

- Processo 54180.001039/2012-66 – Comissão de Sindicância – para apuração de acidente com viatura;

- Processo 54180.00751/2008-40 – PAD – Irregularidade na aplicação do Crédito Instalação.

- Processo 54180.001366/2009-09 – PAD – Paralisação injustificada de processo de vistoria em fazenda.

- Processo 54180.00144/2011-39 - Comissão de Sindicância – para apuração de venda de lotes no PA Zumbi dos Palmares, localizado no município de Campos dos Goytacazes.

- Processo 54180.000933/2007-30 - Comissão de Sindicância – para apuração de desvio de conduta de servidor em procedimento de “notificação” de cooperativa.

- Processo 54180.001584/2011-50 - Comissão de Sindicância – para apuração de irregularidades no PA Imburo.

As demais Comissões de Sindicância e PADs foram instaurados pelo INCRA/Sede.

³ Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O INCRA, em geral, conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização. No caso da SR-07/RJ, há apenas um servidor responsável por inserir os processos de sindicância e os processos administrativos disciplinares no CGU-PAD.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

PARTE A– Item 4 do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/01/2012

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2066			
Título		Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)					
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d - e)	
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		2.674.035.000	1.351.073.356	8.423.771.000 -	
b) Outras Fontes					
c) Subtotais (a + b)		2.674.035.000	1.351.073.356		
d) Valor Global Previsto no PPA		11.097.806.000			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
			Processados	Não Processados	
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Objetivos Relacionados ao Programa					
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.			INCRA	
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da			INCRA	

	pobreza no meio rural.	
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	INCRA

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.2 Objetivos Vinculados ao Programa 2066

Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418

Identificação do Objetivo					
Código	0418				
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.				
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Metas do Exercício					
Ordem	Descrição (Meta PPA	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)	Meta Financeira (PC 2012)	

	2012-2015)		Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 2105)	Imóvel gerenciado	*****	*****	*****	*****
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (Ação 2105)	CCIR emitido	-	*****		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado*	*****	*****	*****	*****	*****
2	CCIR emitido*	*****				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419

Identificação do Objetivo	
Código	0419
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*****		*****	*****	*****	*****	*****
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (Ação 4426)	Hectare certificado	-	*****	*****	*****
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal(Ação 4426)	Imóvel georreferenciado	*****	*****	*****	*****
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (Ação 2110)	Imóvel regularizado	*****	*****	*****	*****
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (Ação 8378)	Área diagnosticada	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **8378** - Gestão de Terras Públicas e **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado*	*****	*****	*****	*****	*****
2	Imóvel georreferenciado*	*****				
3	Imóvel regularizado*	*****	*****	*****	*****	*****
4	Área diagnosticada*	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420

Identificação do Objetivo						
Código	0420					
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
*****	*****	*****	*****	*****	*****	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-	*****	-	-
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387)	Área vistoriada	*****	*****	*****	*****
3	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460)	Área obtida	*****	*****	*****	*****
5	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384)	Família assentada	*****	*****	*****	*****
6	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (Ação 8374)	Licença protocolada	*****	*****	*****	*****
7	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (Ação 0427)	Crédito disponibiliza- do	*****	*****	*****	*****
8	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria(Ação 0427)	Crédito disponibiliza- do	-	*****		
9	Construir e/ou reformar 120 mil casas	Casa	-	*****		

	(Ação 0427)	construída/re-formada				
10	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396)	Família atendida	-	*****	*****	*****
11	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (Ação 8396)	Km construídos/re formados	-	*****		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado*	*****	*****	*****	*****	*****
2	Área vistoriada*	*****	*****	*****	*****	*****
3	Área obtida*	*****	*****	*****	*****	*****
4	Família assentada*	*****	*****	*****	*****	*****
5	Licença protocolada*	*****	*****	*****	*****	*****
6	Crédito disponibilizado*	*****	*****	*****	*****	*****
7	Crédito disponibilizado*	*****				
8	Casa construída*	*****				
9	Família atendida*	*****	*****	*****	*****	*****
10	Km construídos/reforma dos*	*****				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421

Identificação do Objetivo						
Código	0421					
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
*****	*****	*****	*****	*****	*****	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (Ação 4358)	Documento de titulação expedido	*****	*****	*****	*****
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (Ação 2B06)	Assentamento beneficiado	*****	*****	*****	*****
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (Ação 4320)	Família beneficiada	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido*	*****	*****	*****	*****	*****
2	Assentamento beneficiado**	*****	*****	*****	*****	*****
3	Família beneficiada*	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422

Identificação do Objetivo						
Código	0422					
Descrição	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
*****	*****	*****	*****	*****	*****	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender 8.000 jovens e ou adultos (Ação 4474)	Trabalhador escolarizado	*****	*****	*****	*****
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (Ação 6952)	Profissional capacitado	*****	*****	*****	*****
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (Acão 8370)	Profissional formado	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador escolarizado**	*****	*****	*****	*****	*****

2	Profissional capacitado**	*****	*****	*****	*****	*****
3	Profissional formado**	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

4.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2012

Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412

Identificação do Objetivo						
Código	0412					
Descrição	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.					
Programa	2012 – Agricultura Familiar					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
*****	*****	*****	*****	*****	*****	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (Ação 4470)	Família assistida	*****	*****	*****	*****
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (Ação 4470)	Família assistida	-	*****		

3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (Ação 4448)	Agente formado	*****	*****	*****	*****
---	--	----------------	-------	-------	-------	-------

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e 4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida**	*****	*****	*****	*****	*****
2	Família assistida**	*****	*****	*****	*****	*****
3	Agente formado*	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

4.4 Objetivo Vinculado ao Programa 2034

Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987

Identificação do Objetivo					
Código	0987				
Descrição	Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.				
Programa	2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Metas do Exercício					

Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (Ação 0859)	Área indenizada	*****	*****	*****	*****
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (Ação 20T1)	Área reconhecida	*****	*****	*****	*****
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias (Ação 20T1)	RTID publicado	-	*****		
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (Ação 20T1)	Título expedido	-	*****		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada*	*****	*****	*****	*****	*****
2	Área reconhecida*	*****	*****	*****	*****	*****
3	RTID publicado*	*****	*****	*****	*****	*****
4	Título expedido*	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

De acordo com orientação do TCU, esta UJ está desobrigada a proceder à análise crítica deste quadro, pois, “Conforme definido na Portaria 150/2012, se a UJ possui apenas ações na sua responsabilidade, deve se limitar a informar sobre as ações e a análise crítica respectiva, abstendo-se de informar sobre os programas, iniciativas e objetivos”.

4.4.1 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa

Código	01DV					
Descrição	Fiscalização cadastral das propriedades rurais.					
Objetivo	0418					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 50.200,50	R\$ 45.199,42	R\$ 41.227,69	0	R\$ 3.971,73	R\$ 38.521,84	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado (Ação 2105)	Imóvel	2.789	4.495	R\$ 50.201,00	R\$ 41.227,69

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.1**, encontra-se a iniciativa 01DV, referente à Ação 2105 – fiscalização cadastral das propriedades rurais, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. O produto desta ação é o imóvel rural gerenciado.

Assim, as atividades inerentes a esta iniciativa são as que se seguem: executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e

informações cadastrais; manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

No exercício de 2012, a meta contida nesta iniciativa para a SR-07/RJ foi superada em 161,17%, a despeito do exíguo quadro de pessoal, que afeta vários setores do INCRA.

Não houve restos a pagar nesta ação, advindos de exercícios anteriores.

4.6 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa						
Código	01E6					
Descrição	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais					
Objetivo	0419					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado (Ação 4426)	Imóvel	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.2.a**, encontra-se a iniciativa 01E6, referente à Ação 4426 – Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, em que o Setor de Cartografia tem grande importância para sua consecução. O produto desta ação é o imóvel georreferenciado.

Assim, as atividades inerentes a esta iniciativa são as que se seguem: analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Apesar de não ter havido meta física realizada para georreferenciamento de imóveis, a SR-07/RJ certificou imóveis rurais, como pode ser depreendido da análise crítica da Ação 4426, na parte deste Relatório de Gestão referente a ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ.

Não houve restos a pagar nesta ação, advindos de exercícios anteriores.

Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa						
Código		01E7				
Descrição		Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.				
Objetivo		0419				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 16.989,93		R\$ 8.970,00	R\$ 1.000,00	0	R\$ 7.970,00	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Imóvel Regularizado (Ação 2110)	Imóvel	34	0	R\$ 16.990,00	R\$ 1.000,00
2	Sistema Mantido (Ação 2114)	Sistema	*****	*****	*****	*****
3	Área Diagnosticada (Ação 8378)	Ha	*****	*****	*****	*****

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e **8378** - Gestão de Terras Públicas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	0	0	0	0	0
2	Sistema Mantido*	0	0	0	0	0
3	Área Diagnosticada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.2.b**, encontra-se a iniciativa 01E7, referente às Ações 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, 2114 - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e 8378 – Gestão de Terras Públicas, todas constantes do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Os produtos destas ações são: imóvel regularizado; sistema mantido e área diagnosticada.

Ressalte-se que, no âmbito da SR-07/RJ, da iniciativa em questão, as atividades dizem respeito apenas à Ação 2110, uma vez que é o INCRA/Sede quem cuida dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos utilizados pelas superintendências regionais.

Assim, as atividades inerentes à ação de regularização fundiária são as que se seguem: realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Apesar de não ter havido meta física realizada para regularização fundiária de imóveis rurais, a SR-07/RJ analisou inúmeros processos referentes à regularização de imóveis no âmbito da Fazenda Nacional de Santa Cruz, como pode ser depreendido da análise crítica da Ação 2110, na parte deste Relatório de Gestão referente a ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ.

Não houve restos a pagar nesta ação, advindos de exercícios anteriores.

4.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa						
Código	01EK					
Descrição	Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 575.078,43	R\$ 560.539,90	R\$ 524.884,70	0	R\$ 35.655,20	R\$ 523.562,65	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada (Ação 8387)	Ha	7.800,00	14.013,68	R\$ 70.900,00	R\$ 80.145,97
2	Área Obtida (Ação 4460)	Ha	1.341,00	1.539,76	R\$ 2.868.309,20	R\$ 444.738,73
3	Área Indenizada (Ação 20TG)	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e 20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	0	0	0	0	0
2	Área Obtida*	0	0	0	0	0
3	Área Indenizada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.3.a**, encontra-se a iniciativa 01EK, referente às Ações 8387 – Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais, 4460 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e 20TG – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação, todas constantes do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Obtenção de Terras. Os produtos destas ações são: área vistoriada; área obtida e área indenizada. Destas ações, não houve meta estipulada para indenização complementar para a SR-07/RJ.

Conforme Regimento Interno da autarquia, aprovado pelo Decreto n.º 5.735, de março de 2006, com alguns ajustes feitos pelo Decreto nº 5.928, publicado em outubro, à Divisão de Obtenção de Terras – SR(07)T, compete coordenar e supervisionar a execução diversas atividades. Esta está setorizada por três serviços distintos: Serviço de Obtenção, Serviço de Implantação de Assentamentos e o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Nestes serviços, no ano de 2012, ações específicas foram direcionadas com o objetivo de melhor responder aos anseios da população rural atendida pela autarquia.

No Serviço de Obtenção, a realização de vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, destinados à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária e a promoção de discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação foram os pontos principais focados no ano de 2012. Para o Serviço de Implantação de Assentamentos, o enfoque para as ações do ano foi o procedimento de cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados, lotes retomados ou vacância em projetos de assentamento de reforma agrária e o gerenciamento do sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária. Por fim, o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais teve como prioridades a adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária e fomento da implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas, além de tratativas com o Órgão Estadual de Meio Ambiente para recuperação de passivos ambientais e atendimento de condicionantes de licenças já emitidas.

Para que a Divisão alcançasse plenamente suas metas, diversos fatores e atores, principalmente externos, deveriam estar em plena sintonia. Porém, a grande maioria não esteve, surgindo assim entraves, tais como:

1. A morosidade do Judiciário Regional, pois, além de decisões que negam ao INCRA a imissão na posse em processos de desapropriação, o Judiciário tem feito com que a Reforma Agrária retroceda no Estado do Rio de Janeiro, com sentenças determinando que Projetos de Assentamento já instalados sejam extintos⁴;

⁴ A morosidade do Judiciário no Rio de Janeiro já foi até tema de estudos acadêmicos. A respeito, ver a dissertação de mestrado de um dos procuradores federais que atuou na Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro: CUNHA FILHO, Sérgio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Orientador: Ana Lucia de Lyra Tavares; co-orientador: Adroan Sgarbi. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2007.

2. Os índices de produtividade, fixados em 1980 com base no Censo Agropecuário de 1975, que são base para classificar uma propriedade rural como produtiva ou improdutivo, não foram ajustados de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional, conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 8629/93, cuja redação foi dada pela MP nº 2183-56/01;
3. As áreas indicadas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais atuantes no Estado do Rio de Janeiro, conforme preceituado no Decreto 2.250, de 11 de junho de 1997, não têm se mostrado eficiente, em função dos resultados não satisfatórios, haja vista a grande quantidade de áreas vistoriadas a partir de 2008 e que foram classificadas como Grande Propriedade Produtiva.
4. A grande valorização do mercado de terras no Estado do Rio de Janeiro tende a inviabilizar a aquisição de imóvel rural, em função da possibilidade de ultrapassar o limite previsto na Planilha de Preços Referenciais do estado. Pode-se citar o caso do Porto do Açu, localizado em Campos dos Goytacazes, Comperj, e outros projetos associados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, municípios associados à prospecção do petróleo em águas profundas, como, por exemplo, Macaé, bem como municípios da Região dos Lagos e os diversos eventos internacionais a serem realizados;
5. As áreas com características predominantemente rurais no entorno do núcleo urbano, ou próximos a este, estão sendo classificadas nos Planos Diretores dos municípios como áreas de expansão urbana, o que sinaliza para uma gradual diminuição das áreas rurais no estado. Enfatiza-se que o Estado do Rio de Janeiro representa apenas 0,5% do território brasileiro e, segundo dados do Censo 2010, é o terceiro estado mais populoso do Brasil, com 15.180.636 habitantes.

Diante destes fatos, e assim como em 2009, 2010 e 2011, o INCRA do Rio de Janeiro, em 2012, não conseguiu a imissão na posse de propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos, principalmente devido tanto à morosidade característica do Judiciário, bem como à natureza mais conservadora deste poder em âmbito regional.

A Divisão de Obtenção de Terras, em 2012, mesmo com todas as dificuldades elencadas, realizou três vistorias que não são contabilizadas como meta no planejamento, em função de sua natureza diversa, mas que apresentam um elevado grau de importância devido à emergência ou necessidade de atendimento de diversas demandas do governo federal e/ou estadual. Tais vistorias são classificadas como Outras, podendo ser citadas as seguintes vistorias e seus motivos: Fazenda Ribanda, cujo objetivo foi a adequação ao novo fluxo de obtenção de terras, ou seja, fazer avaliação, elaborar Nota Técnica sobre viabilidade de aproveitamento do imóvel, estimativa da capacidade de assentamento e elaboração do anteprojeto de parcelamento (Processo nº 54180.001282/2005-33) e busca (perdigagem) de diversos imóveis localizados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (área com tradição agrícola no estado) e que estão associados à tragédia causada pelo impacto das chuvas que ocorreram em 2010 (Processo nº 54180.000209/2011-92). Também foi realizada a Pesquisa do Mercado de Terras para a Região Serrana, visando à elaboração da Planilha de Preços Referencial (obtendo-se um total de 20 elementos), a qual também não é contabilizada como meta no

planejamento. Todo esse trabalho de elaboração da referida Planilha é de grande valia para decisões do Comitê de Decisão Regional e muito empregada em perícias judiciais.

Todas as áreas contabilizadas no monitoramento como outras vistorias perfazem mais de cinco mil hectares vistoriados, só no primeiro semestre do ano.

Em 2012, foram realizadas cinco vistorias que visaram subsidiar Laudos de Avaliação para obtenção de futuras terras e implantação de novos assentamentos, as quais perfazem mais de 14 mil hectares vistoriados. Esse fato se deve principalmente pela vistoria do Imóvel Rural denominado Conjunto Sapucaia, que possui mais de 10 mil hectares.

Na Ação 4460, atingiu-se a meta estipulada com a obtenção da Fazenda Bom Jardim, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias.

Não houve restos a pagar nestas ações, advindos de exercícios anteriores.

Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa						
Código	01EL					
Descrição	Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 30.537,00	R\$ 19.117,75	R\$ 19.117,75	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (Ação 8384)	Família	190	92	R\$ 38.539,20	R\$ 19.117,75

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assentada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.3.b**, encontra-se a iniciativa 01EL, referente à Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Obtenção de Terras. O produto desta ação é a família assentada.

Assim, as atividades inerentes à ação de implantação de assentamentos são as que se seguem: proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

No âmbito da SR-07/RJ, o número de famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, foi atingido 48,42 % da meta estipulada. É importante salientar que a meta estipulada para o estado foi baseada em retomada de lotes advindos da vistoria ocupacional de projetos de assentamento realizada no ano de 2010/2011 e imissão na posse. Entretanto, estes motivos contribuíram para O não atingimento da meta de famílias assentadas, pois os processos de retomada ainda estão em curso e não ocorreu a prevista imissão na posse ao INCRA dos imóveis rurais, pelo Poder Judiciário; consequentemente não se obteve terras para assentar as famílias acampadas no estado.

Não houve restos a pagar nesta ação, advindos de exercícios anteriores.

Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa					
Código	01EO				
Descrição	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.				
Objetivo	0420				
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 9.203,00	R\$ 3.056,76	R\$ 2.460,14	R\$ 6.120,00	R\$ 596,62	R\$ 2.253,76
Metas do Exercício Para a Iniciativa					
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira	

	(Meta PC 2012)	Medida	(PC 2012)		(PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado (Ação 8374)	Assentamento	4	10	R\$ 16.000,00	R\$ 2.460,14

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*	0	R\$ 2.000,00	-R\$ 6.120,00	0	R\$ 2.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.3.c**, encontra-se a iniciativa 01EO, referente à Ação 8384 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ), pela Divisão de Obtenção de Terras. O produto desta ação é assentamento licenciado.

Além de protocolar as licenças ambientais para os Projetos de Assentamentos, o Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Divisão de Obtenção de Terras possui as seguintes atividades: elaboração de mapeamentos temáticos; adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

No quesito ambiental, o Serviço de Meio Ambiente da SR-07, no ano de 2012, focou sua atenção para o Licenciamento Ambiental, onde foi cumprida a totalidade da meta estabelecida, sendo inclusive superada.

A meta estipulada para 2012 foi de quatro protocolos e, ao final do ano de 2012, obteve-se 10 (dez) protocolos. Ainda relacionado ao processo de licenciamento ambiental e suas pendências, o Serviço de Meio Ambiente está em fase avançada de negociação de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA para agilizar o cumprimento de pendências das licenças solicitadas e condicionantes das licenças já emitidas.

O RAP desta ação, no valor de R\$ 2.000,00 refere-se a despesas com pagamento de terceiros – pessoa jurídica.

Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa						
Código	01EP					
Descrição	Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 9.757.634,35	R\$ 7.879.349,29	R\$ 852.171,23	R\$2.740.857,76	R\$ 7.027.178,06	R\$ 845.202,67	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (Ação 0427)	Família	231	23	R\$ 5.207.930,00	R\$ 688.200,00
2	Crédito Supervisionado (Ação 20S7)	Família	195	1.390	R\$ 87.690,00	R\$ 105.068,20
3	Família atendida (Ação 8398)	Família	75	175	R\$ 27.356,22	R\$ 27.053,98
4	Família atendida (Ação 8396)	Família	149	0	R\$ 1.117.142,50	R\$ 31.849,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida*	0	R\$ 3.816.800,00	- R\$ 1.473.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 3.189.800,00
2	Crédito Supervisionado*	0	0	0	0	0
3	Família atendida*	0	0	0	0	0
4	Família atendida*	0	R\$ 430.428,88	- R\$ 430.428,88	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.3.d**, encontra-se a iniciativa 01EP, referente às Ações 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito

Instalação às Famílias Assentadas, 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, todas constantes do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos. Os produtos destas ações são: família atendida; crédito supervisionado; e os dois últimos, família atendida.

A Ação 0427 comporta as seguintes atividades: Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; acompanhar à entrega de material de acesso ao crédito, atestando as respectivas notas entregues pelos fornecedores; realizar reuniões com as famílias assentadas para esclarecer e prover o acesso aos créditos a que elas têm direito. A Ação 20S7, decorrente da primeira, comporta as seguintes atividades: fiscalização *in loco* dos créditos aplicados, com visita às famílias; reuniões de esclarecimentos e soluções de problemas quanto à eventual dificuldade de acesso ao crédito. Quanto à Ação de demarcação topográfica – 8398, esta comporta as seguintes atividades: elaboração de pré-projeto de parcelamento de projetos de assentamento rural e medição e demarcação de projetos de reforma agrária, com efetiva implantação de marcos nos lotes. Já ação 8396 engloba as seguintes atividades: nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: elaborar os projetos básicos; analisar e emitir pareceres técnicos; acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; e promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, quando necessário à promoção da infraestrutura básica dos Projetos de Assentamento.

Das ações que integram esta iniciativa, as únicas que não cumpriram a meta foram as ações 0427 – Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas e 8396 – Implantação e Recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento.

No primeiro caso, as 23 famílias atendidas são contabilizadas com base no crédito disponibilizado, ou seja, quando é emitida a ordem bancária na respectiva conta dos assentados. No entanto, no exercício de 2012, 62 famílias foram atendidas com crédito aplicado na modalidade material de construção, ou seja, após o atesto na nota por servidores do INCRA, confirmando a entrega do material de construção, 45 famílias foram atendidas com crédito aplicado na modalidade recuperação – material de construção, e, na mesma situação, 50 famílias tiveram o crédito fomento aplicado. Ou seja, o universo de famílias atendidas é bem maior do que a meta realizada faz supor. Daí porque há um montante tão grande de restos a pagar inscritos e a pagar, uma vez que essas famílias só terão o dinheiro efetivamente em conta após mais de um exercício.

Quanto à questão da infraestrutura nos assentamentos, é muito importante se ater ao fato de que esta ação é de média a longa duração, normalmente ultrapassando mais de um exercício, quando não dois. Não é por outra razão que geralmente há restos a pagar nesta ação, uma vez que os processos de licitação das empresas responsáveis pelas obras demoram boa parte do exercício, e o início das obras podem ocorrer ao final do exercício ou início do seguinte, e sua execução pode adentrar mais de um

exercício, importando no atendimento das famílias apenas ao final de dois ou três exercícios depois de estipulada a meta.

Já as ações que cumpriram a meta, a ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas representa o esforço de execução direta da SR-07/RJ, com o envolvimento dos servidores da Divisão de Desenvolvimento – ao longo de todo o exercício de 2012 – em atividades de campo para fiscalização da efetiva entrega dos materiais de construção aos assentados e para reuniões de esclarecimento às famílias quanto aos créditos a que têm direito. Por tal atividade implicar basicamente em despesas correntes, pagas no próprio exercício, como pagamento de diárias, combustíveis e manutenção de viatura, raramente tal ação terá restos a pagar.

A Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento também ultrapassou sua meta prevista, uma vez que é de mais fácil execução, por ser de execução direta da SR-07/RJ, com envolvimento de servidores da Divisão de Desenvolvimento para a elaboração do pré-projeto de parcelamento e da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, setor de cartografia, para medição e colocação de marcos. Assim, quatro assentamentos foram atendidos no exercício de 2012. Atente-se para o fato de que não foi feito mais em vista do reduzido número de servidores para dar conta de todas as atividades que envolvem a implantação e o desenvolvimento de um Projeto de Assentamento. Tal Ação também não teve restos a pagar pelas mesmas razões apresentadas para a ação 20S7, pois o montante dos gastos são despesas correntes, como diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, e pagamentos com manutenção da viatura para viagens a campo.

4.8 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa						
Código	01ES					
Descrição	Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 18.277,73	R\$ 18.263,81	R\$ 18.263,81	0	0	R\$ 18.263,81	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido (Ação 4358)	Documento	327	327	R\$ 18.278,00	R\$ 18.263,81

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.4.a**, encontra-se a iniciativa 01ES, referente à Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Desenvolvimento. O produto desta ação é documento de titulação expedido.

As atividades inerentes à ação de titulação são as que se seguem: promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; e promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

A Ação 4358 foi uma das primeiras a cumprir sua meta, logo no início do exercício de 2012, tendo a SR-07/RJ entregue 318 contratos de concessão de uso e expedido 9 títulos definitivos. Além disso, houve 556 lotes supervisionados para fins de fiscalização de ocupação e regularidade das parcelas entregues aos beneficiários da reforma agrária.

Não houve restos a pagar nesta ação, advindos de exercícios anteriores.

Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa	
Código	01EU
Descrição	Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.
Objetivo	0421
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 19.820,00	R\$ 14.101,02	R\$ 14.101,02	0	0	R\$ 14.101,02	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (Ação 2B06)	Assentamento	1	1	R\$ 9.820,00	R\$ 14.101,02

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.4.b**, encontra-se a iniciativa 01EU, referente à Ação 2B06 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Obtenção de Terras. O produto desta ação é Assentamento Beneficiado.

A Ação 2B06 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária já teve suas atividades enumeradas, junto com a ação 8374 – Licenciamento Ambiental, uma vez que ambas estão sob a responsabilidade do Setor de Meio Ambiente da Divisão de Obtenção de Terras.

Em relação a esta ação, a meta foi atingida em 100%. Além disso, foi dada ênfase à busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais. Através de reuniões com o INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA, com trabalhos previstos para o ano de 2013. A mais importante delas foi a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre INCRA e INEA, que tem como objetivo central a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR, além de desenvolver ações conjuntas para direcionar a demanda de compensação ambiental da iniciativa privada e também do projeto Jogos Limpos de compensação do carbono, que será emitido nos Jogos Olímpicos 2016, para a recuperação de passivos ambientais em áreas protegidas de Projetos de Assentamentos. O TCT foi amplamente discutido no ano de 2012 e encontra-se em fase final de ajustes para sua assinatura e aplicação.

Tal Ação não teve restos a pagar, pois o montante dos gastos foi de despesas correntes, pagas no próprio exercício como diárias, material de consumo, e pagamentos com manutenção da viatura para viagens a campo.

Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa						
Código	01EW					
Descrição	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 237.852,38	R\$ 218.772,73	R\$ 18.409,15	R\$ 25.992,51	R\$ 200.363,58	R\$ 15.858,95	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada (Ação 4320)	Família	562	728	R\$ 237.852,00	R\$ 18.409,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*	0	0	- R\$ 25.992,51	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No quadro A.4.3.4.c, encontra-se a iniciativa 01EW, referente à Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol, constante do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Desenvolvimento. O produto desta ação é Família Beneficiada.

Dentre as atividades sob a responsabilidade da Ação 4320 estão as seguintes: implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio cultural e econômico dos projetos; analisar, elaborar,

supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; e promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização.

Esta ação superou a meta estipulada por conta do beneficiamento das famílias com a comercialização de seus produtos na Feira Estadual de Reforma Agrária, realizada com recursos do INCRA, por meio de adesão a registro de preços.

Normalmente, esta ação envolve obras que demandam um grande volume de recursos e cuja execução ultrapassa mais de um exercício. Assim, os recursos que seriam utilizados para o processo licitatório ao final do exercício entrou em restos a pagar, que se realizará em 2013.

4.9 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa						
Código	01F1					
Descrição	Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.					
Objetivo	0422					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 37.970,00	R\$ 34.151,91	R\$ 12.791,91	0	R\$ 21.360,00	R\$ 9.991,91	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural escolarizado (Ação 4474)	Trabalhador	0	0	0	0
2	Profissional capacitado (Ação 6952)	Profissional	0	0	0	0
3	Profissional capacitado (Ação 8370)	Profissional	161	0	R\$ 800.210,00	R\$ 12.791,91

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		(exercícios anteriores)				
1	Trabalhador Rural escolarizado**	0	0	0	0	0
2	Profissional* capacitado**	0	0	0	0	0
3	Profissional capacitado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.5**, encontra-se a iniciativa 01F1, referente às Ações 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA), 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, todas constantes do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos. Os produtos destas ações são: trabalhador rural escolarizado; e os dois últimos, Profissional capacitado.

Das três ações que compõem essa iniciativa, apenas a 8370 teve meta estipulada. Todas estão dentro do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que possui as seguintes atividades: promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Assim, o objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Incra.

O Pronera é executado pelo Incra Sede e suas respectivas superintendências regionais e tem como objetivos:

I – oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento;

II – melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA;

III – proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

No caso Superintendência Regional do Rio de Janeiro (INCRA SR-07), no ano de 2012 foram executadas apenas a ação 4474, voltada à escolarização em nível fundamental e ensino médio, via EJA (Educação de Jovens e Adultos), e a ação 8370 destinada à formação profissional de nível superior. Quanto à ação 6952, voltada à concessão de bolsas de capacitação e formação profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, nenhuma ação foi realizada. O detalhamento relativo às ações 8370 e 4474 será realizado adiante no espaço reservado para tal finalidade.

Em geral, as ações do PRONERA, por envolverem cursos, ultrapassam mais de um exercício, dificultando a finalização da meta no mesmo exercício em que esta é prevista, uma vez que os alunos só serão formados ao findar-se o curso. Portanto, a meta só é considerada realizada quando o beneficiário termina o curso. Há previsão de término para meados de 2013.

Tais ações não tiveram restos a pagar de exercícios anteriores porque, apesar de serem de natureza continuada, os recursos são descentralizado via destaque orçamentário.

4.10 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa	
Código	01CB
Descrição	Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.
Objetivo	0987
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 3.005.424,87		R\$ 2.329.344,01	R\$ 1.556.341,35	R\$ 57.634,28	R\$ 773.002,66	R\$ 1.010.901,97
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida (Ação 4470)	Família	2.200	2.282	R\$ 2.270.379,00	R\$ 1.556.341,35
2	Agente Formado (Ação 4448)	Agente	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e 4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	0	R\$ 632.606,31	- R\$ 62.434,28	R\$ 551.339,12	R\$ 86.067,19
2	Agente Formado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.6**, encontra-se a iniciativa 01CB, referente às Ações 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, e 4448 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, todas constantes do Programa 2012 – Agricultura Familiar, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos. Os produtos destas ações são: Família Assistida; e Agente Formado.

No âmbito da SR-07/RJ, só houve meta prevista para ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, e tal ação envolve as seguintes atividades: acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; acompanhar os Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Recuperação dos Assentamentos.

A despeito do quadro apontar como meta realizada o atendimento a 2.282 famílias assistidas, na realidade esta meta ainda está em execução, pois a natureza das atividades referentes à Assistência Técnica aos assentados da reforma agrária é de caráter continuado, daí porque os contratos de assistência técnica terem sempre aditivos, até o limite permitido pela lei das licitações.

Do mesmo modo, pode-se entender a existência dos restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que os recursos orçamentários descentralizados para o pagamento das prestadoras de ATES muitas vezes são empenhados, mas não é feita a descentralização do recurso financeiro para o efetivo pagamento, o que faz com que o pagamento real às prestadores entrem em restos a pagar, sendo efetuados no exercício seguinte.

4.11 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa						
Código	047A					
Descrição	Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.					
Objetivo	0987					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 2.678.718,71	R\$ 1.337.259,36	R\$ 40.347,45	R\$ 11.474,28	R\$ 2.634.171,26	R\$ 38.431,48	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área indenizada (Ação 0859)	Ha	723	0	R\$ 864.000,00	0
2	Área reconhecida (Ação 20T1)	Ha	132	0	R\$ 52.970,00	R\$ 40.347,45

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada**	0	0	0	0	0
2	Área Reconhecida**	0	R\$ 741,52	- R\$ 11.474,28	0	R\$ 741,52

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

No quadro **A.4.3.7**, encontra-se a iniciativa 047A, referente às Ações 0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, e 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de

Territórios Quilombolas, ambas constantes do Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, realizada, na Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro (SR-07/RJ) pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Os produtos destas ações são: Área Indenizada; e Área Reconhecida.

Assim, as atividades inerentes às ações de regularização fundiária de territórios quilombolas, contidas nesta iniciativa são as que se seguem: identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Embora as ambas as ações contidas nesta iniciativa não tenham cumprido a meta estipulada, ressalte-se que a regularização de Territórios Quilombolas é uma das mais longas, em termos temporais, para a finalização de seu objetivo precípua, que é titular as comunidades quilombolas. Isto ocorre porque desde a abertura do processo administrativo a partir do pedido de determinada comunidade para a regularização de seu território até a entrega do título, há várias fases internas e externas, como consulta a órgãos externos, respostas a contestações de particulares não-quilombolas, encaminhamento de processos e documentos a Brasília, análises jurídicas e processos judiciais, normalmente morosos. Assim, de acordo com levantamentos do Setor, há casos em que a regularização de um território quilombola pode demorar cerca de 20 anos.

Portanto, as ações desta iniciativa – por muitos exercícios pela frente – ainda apresentarão meta estipulada, muito trabalho sendo feito, mas, infelizmente, nenhuma de suas metas sendo finalizadas no prazo de um exercício financeiro.

A ação de indenização de áreas a serem desintrusadas chegaram a ter os recursos descentralizados e empenhados, porém entraram como restos a pagar não processados até que o Judiciário dê a autorização para o pagamento.

Quanto ao restos a pagar de exercícios anteriores, no valor de R\$ 741,52, refere-se a pagamento de publicação à imprensa oficial do estado do Rio de Janeiro.

4.11.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.12 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 50.200,50	R\$ 45.199,42	R\$ 41.227,69	0	R\$ 3.971,73	R\$ 38.521,84	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	2.789	4.495	R\$ 50.201,00	R\$ 41.227,69

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, vinculada ao Programa 2066, tem as seguintes finalidades, presentes em seu descritor: auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da

malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Para que se atinja a finalidade da Ação, ela tem de proporcionar os seguintes resultados concretos:

- a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
- b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
- c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
- d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Assim, dos 98 (noventa e oito) municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012, a SR-07/RJ teve 48 (quarenta e oito) municípios conveniados com termos de cooperação técnica assinados pelos prefeitos municipais, o que representa 48,98% de Unidades Municipais de Cadastro. Foi um grande avanço, em termos de quantidade de convênios. Em 2012, realizamos as seguintes ações nos municípios:

- Número de municípios visitados para criação de UMC's: 11
- Número de municípios visitados para supervisão e fiscalização de UMC's: 22
- Número de UMC's treinadas: 5

A meta de imóveis gerenciados realizada foi 62% superior à meta prevista, tendo em vista, aos gerenciamentos de imóveis realizados nos municípios conveniados, pelas UMC's, graças aos treinamentos, às orientações e às supervisões feitas pela gestão do SNCR.

Problemas de execução: Devido ao ano de eleições municipais, ficou prejudicado o treinamento de UMC's em pólos, apenas tendo sido realizado um treinamento no município de Casemiro de Abreu, contando com a presença de 5 UMC's (Casemiro de Abreu, Itaboraí, Magé, Rio Bonito e Silva Jardim).

Segue o quadro com os Certificados de Imóveis Rurais e Atualizações Cadastrais ocorridas em 2012 no âmbito da SR-07/RJ:

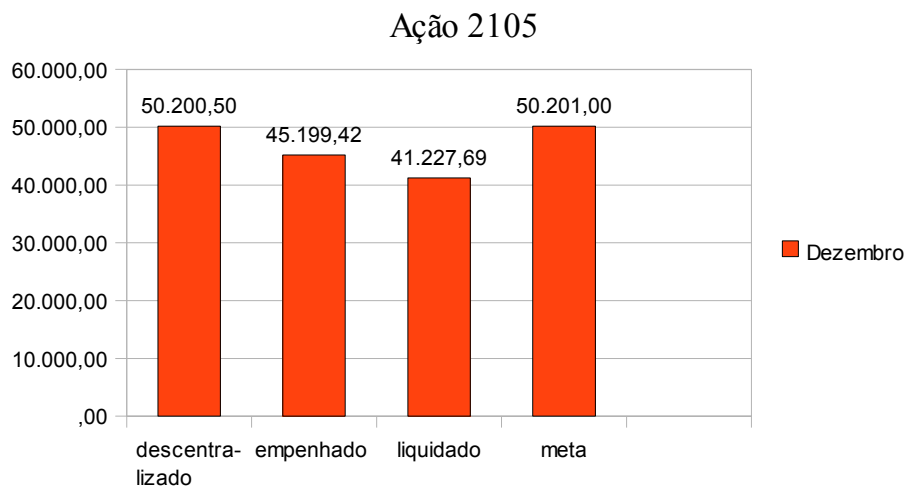
TOTAIS DE EMISSÕES DE CCIR PELA SR-07/RJ EM 2012			
Total de CCIR Emitidos			
Mês	SNCR/WEB	Internet	Sub-total
Janeiro	290	1.682	1.972
Fevereiro	417	1.547	1.964
Março	796	2.074	2.870
Abril	475	1.520	1.995
Maiο	681	2.401	3.082
Junho	513	1.843	2.356
Julho	566	1.941	2.507
Agosto	457	1.941	2.398
Setembro	722	3.159	3.881
Outubro	636	2.354	2.990
Novembro	513	1.766	2.279
Dezembro	347	1.786	2.133
Total de CCIR Emitidos no ano			30.427

Fonte: Divisão de Ordenamento da Est. Fundiária – SR-07/RJ.

Totais de Atualizações de Imóveis Rurais pela SR-07/RJ em 2012	
Total de Atualizações Cadastrais	
Mês	SNCR/WEB
Janeiro	110
Fevereiro	365
Março	475
Abril	326
Maiο	452
Junho	371
Julho	388
Agosto	214
Setembro	517
Outubro	556
Novembro	343
Dezembro	378
Total de Atualizações Cadastrais	4.495

Fonte: Divisão de Ordenamento da Est.
Fundiária - SR-07/RJ

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 2105 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 90,04%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem calculado para o exercício em tela. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 39.401,03;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 3.698,39

- 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – R\$ 2.100,00.

Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

Identificação da Ação						
Código	2110					
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 16.989,93	R\$ 8.970,00	R\$ 1.000,00	0	R\$ 7.970,00	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	34	0	R\$ 16.990,00	R\$ 1.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A finalidade da Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos, vinculada ao Programa 2066, é a de regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário. O resultado da finalidade desta ação é alcançado por meio de análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais realizada por técnicos da autarquia.

Assim, a regularização Fundiária executada pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-07/RJ concentra-se nas áreas incluídas na Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNESC). A Fazenda Nacional de Santa Cruz é a descrita no artigo 1º do decreto de 25 de novembro de 1830, compreendendo os terrenos em cuja efetiva e legítima posse se achava o Imperador D. Pedro I, no dia 25 de março de 1821, e os seus limites acham-se demarcados na planta anexa ao decreto supracitado.

A propriedade das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz foi transferida ao extinto IBRA, por força do Decreto n. 57.081/65, pelo termo de efetivação de transferência, lavrado em 8 de julho de 1966, no livro 7-A-Especial, fls. 39V a 41, da Delegacia do antigo Estado da Guanabara do Serviço de Patrimônio da União, devidamente transcrita sob o n.º 54.177, fls. 114 do livro 3 CF, do Registro de Imóveis do 4º Ofício do antigo Estado da Guanabara. Pelo Decreto-Lei nº 1.110/70, passaram ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA.

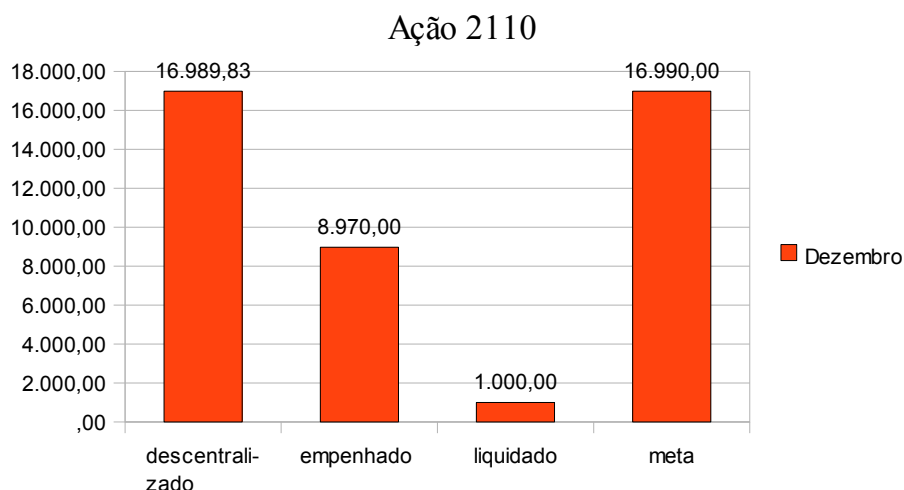
A regularização fundiária das áreas incluídas no perímetro da FNSC inclui, principalmente, a concessão de remição ou transferência de aforamento e a venda de domínio pleno a ocupantes, com base na legislação específica que estabelece o regime jurídico das terras da FNSC.

O não cumprimento da meta se deu pelos seguintes fatores:

- a) A ausência de normativa específica que trate do fluxo dos procedimentos.
- b) Ausência de servidor habilitado para proceder a avaliação de lotes urbanos. A maior parte da demanda dos processos de regularização fundiária das áreas incluídas na FNSC é de imóveis urbanos. Tanto a venda do domínio pleno dessas áreas aos ocupantes quanto a remição ou transferência de aforamento dependem de avaliação do imóvel.
- c) A continuidade dos processos de regularização fundiária tem ficado prejudicada porque o deferimento da venda das áreas aos ocupantes está condicionada à definição de ser o INCRA o detentor do domínio pleno sobre as áreas. Esta definição depende da consulta no acervo documental referente à FNSC para verificação da situação dominial das áreas. O acervo, que possui milhares de processos administrativos antigos, plantas topográficas, livros fundiários, fichas, encontra-se desorganizado. O método de trabalho que é possível empregar para a busca das informações exigidas para o andamento dos processos administrativos referentes à FNSC tem sido o seguinte: a cada busca é necessário revirar pilhas e pilhas de milhares de processos e outros tipos de documentos ou, por exemplo, desenrolar e enrolar cada planta topográfica para se ter ciência do conteúdo. Isso resulta em desgaste físico dada a necessidade de se mover pesadas caixas ou “amarrados” de documentos em um local que apresenta condições ambientais adversas. O local onde se encontra o acervo não apresenta instalações sanitárias em condições de uso, há infiltração no teto e o rebaixamento de gesso possui estufamentos pontuais. O local está sujo, os documentos estão cobertos de poeira e apresentam contaminação por colônias fúngicas e infestação por traças. Tais condições constituem um risco biológico para os usuários do local. Além disso, a temperatura ambiente é alta e o local não apresenta ventilação adequada. Tal situação tem se constituído um enorme entrave para a execução da Ação 2110.
- d) Exíguo quadro de recursos humanos. No setor de regularização existe apenas um funcionário, que vem tentando, muito debilmente, organizar o acervo, enquanto não são

tomadas as medidas administrativas necessárias para a recuperação e organização efetiva do acervo. Além disso, estão ainda sob responsabilidade deste único servidor a vistoria das áreas, a consulta no acervo documental da FNSC, a análise e informação de processos, que muitas das vezes não estão relacionados diretamente à regularização fundiária das áreas.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 2110 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, um pouco acima da meta, foram empenhados pouco mais da metade, 53,75%, demonstrando que os problemas, como a ausência de pessoal, tendo apenas um servidor para resolver todos os processos referentes à regularização fundiária na SR-07/RJ, não contribuíram para o bom desempenho orçamentário previsto para a da ação. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339030 – Material de consumo – R\$ 1.000,00
- 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – R\$ 7.970,00.

Quadro A.4.4.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Identificação da Ação					
Código	2114				
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos				
Iniciativa	01E7				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

0		0		0		0		0		0	
Metas do Exercício Para a Ação											
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)						
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada					
1	Sistema Mantido	Sistema	0	0	0	0					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 2114 está centralizada na sede, não tendo a SR-07/RJ nenhuma ingerência sobre este Sistema.

Quadro A.4.4.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais; ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE – RIBAC/RBMC; reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação; padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA; integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos; e efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

O INCRA busca alcançar tal finalidade por meio da localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Ao longo do ano de 2012, esta ação concentrou-se especialmente na análise de processos de certificação e suas peças técnicas elaboradas por particulares, o que resultou na certificação de 10.465,8081 ha em 17 (dezesete) imóveis rurais.

Ressalte-se, ainda, que as atividades de georreferenciamento de imóveis rurais não foram desenvolvidas, pois não houve a celebração de contratos, convênios e nem foi emitida ordem de serviço para o desenvolvimento de tal atividade. Pode-se dizer que o georreferenciamento de imóveis foi prejudicado pela não previsão orçamentária para sua realização, tanto que era nula a meta física a ser atingida.

Na certificação de imóveis rurais, apesar de se tratar de análise de um processo administrativo que contém as peças técnicas referentes à medição do perímetro de um imóvel rural privado, faz-se necessários lembrar que no exercício passado foram analisados um total de 68 (sessenta e oito) processos sendo que 40 (quarenta) de 2012 e 18 (dezoito) de 2011. Toda a análise é baseada na 2ª Edição Revisada da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - NTGIR de 2010.

Das 17 (dezesete) certificações de imóveis rurais ocorridas, 7 (sete) dos processos eram referentes a 2011 e os demais do exercício de 2012.

Ressalte-se que, dos 58 (cinquenta e oito) processos analisados, 30 (trinta) processos referentes ao exercício de 2012 apresentaram alguma pendência técnica, sendo estes arquivados até que os interessados possam dar entrada com novas peças técnicas de forma a atender às normas técnicas vigentes.

Do ano de 2011, foram novamente arquivados 11 (onze) processos que também continuaram no aguardo de peças técnicas que atenda à NTGIR.

Desta forma, hoje, com imenso esforço de dois especialistas em agrimensura e cartografia e mais dois especialistas em cadastro rural, a SR-07/RJ mantém a atividade de certificação de imóveis rurais dentro de um bom padrão de resposta a todos aqueles interessados que ingressam com pedido de certificação. É importante se ater ao fato de que estes técnicos não desenvolvem apenas esta atividade.

Ressalte-se, ainda, que todo imóvel rural certificado tem seu perímetro georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro e que, observando por esta ótica, pode-se dizer que foram georreferenciados 10.465,8081 ha sem nenhum custo financeiro programado.

Esta ação não implicou em gastos orçamentários e financeiros.

Segue o quadro detalhado das certificações feitas ao longo do exercício de 2012 no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro:

IMÓVEL CERTIFICADO					
Nº PROCESSO	MUNICÍPIO	IMÓVEL	ÁREA (HA)	DATA/MÊS DO PROTOCOLO DE REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO OU DA ABERTURA DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO JUNTO AO INCRA (ASSENTAMENTOS)	DATA/MÊS DA EMISSÃO DO CERTIFICADO PELO CDR
54180.000997/2011-17	TERESÓPOLIS	Faz. Baturite I	259,5818	04/01/2011	02/01/2012
54180.000998/2011-61	TERESÓPOLIS	Faz. Baturite II	365,8669	04/01/2011	02/01/2012
54180.001310/2011-61	MACAÉ	Faz. Canagé	166,6702	14/09/2011	24/01/2012
54180.001174/2011-17	SAPUCAIA	Faz. S. Miguel	187,5993	08/09/2011	23/02/2012
54180.000072/2012-57	CACHO. DE MACACU	Faz. do Sertão	1.398,6136	23/01/2012	09/03/2012
54180.000865/2011-95	RESENDE	Sítio Ibitigóia e Vovô Juca	197,4305	07/11/2011	09/03/2012
54180.000167/2011-41	MAGÉ	Faz. Feital	120,0338	19/12/2011	03/04/2012
54180.000189/2012-31	RESENDE	Faz. Sta. Rosa Área C	121,0004	01/03/2012	10/05/2012
54180.000195/2012-98	TERESÓPOLIS	F. S. João do Quebra Côco	207,8002	02/03/2012	23/05/2012
54180.000457/2012-14	RESENDE	Faz. Sta. Helena Área E	144,0082	01/03/2012	30/05/2012
54180.001363/2011-81	MACAÉ	Faz. Saudade Ipanema	2.720,5723	03/10/2011	12/06/2012
54180.000190/2012-65	RESENDE	Faz. Sta. Ana Área D	120,6697	01/03/2012	27/06/2012
54180.000645/2012-42	ARMAÇÃO DE BUZIOS	Faz. Porto Velho	873,0398	04/07/2012	18/07/2012
54180.000451/2012-47	ITAPERUNA	Faz. Soledade	1256,2033	18/04/2012	28/11/2012
54180.000286/2012-23	CAMP. DOS GOYTACAZES	F. S. José Gleba "D"	131,6498	03/04/2012	28/11/2012
54180.000289/2012-93	CAMP. DOS GOYTACAZES	Granja Santa Rita	20,66	03/04/2012	28/11/2012
54180.000974/2012-93	RIO DAS OSTRAS	Faz. Santa Luiza	2.180,4681	23/10/2012	17/12/2012

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR-07/RJ

Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A SR-07/RJ não trabalha com esta ação, e não teve meta estabelecida para o exercício de 2012.

Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação					
Código	8387				
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais				
Iniciativa	01EK				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 130.339,70	R\$ 115.801,17	R\$ 80.145,97	0	R\$ 35.655,20	R\$ 78.823,92
Metas do Exercício Para a Ação					

Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	7.800	14.013,68	R\$ 70.900,00	R\$ 80.145,97

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção, a fim de assentar as famílias em assentamentos da Reforma Agrária.

Para que o INCRA cumpra tal finalidade, é preciso desenvolver as seguintes atividades: vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

A ação de Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis Rurais é a base que torna possível a futura implantação de projetos de assentamento. A maior parte dos recursos destinados a esta ação é para a realização de atividades de campo, notadamente o levantamento de dados e informações (Vistoria Preliminar) que visam apurar a produtividade e o cumprimento da função social da propriedade, bem como fundamentar parecer técnico sobre a viabilidade técnica e ambiental para sua inclusão no programa de reforma agrária, sendo o levantamento materializado no Laudo Agrônomo de Fiscalização. Além disso, exige-se atividade de campo para a avaliação de imóveis rurais (Vistoria de Avaliação de Imóveis Rurais), a qual consiste na determinação técnica do preço atual de mercado do imóvel como um todo, estando aí incluídas as terras com suas acessões naturais e benfeitorias indenizáveis, sendo a atividade materializada no Laudo de Vistoria e Avaliação. Contudo, outras atividades demandam alocação de recursos por meio desta ação, seja a realização de pré-vistorias (perdigagem), com o objetivo de selecionar imóveis com potencial para realização de vistoria, seja por buscas cartorárias, notificações dos proprietários, imissões na posses, perícias judiciais, bem como a pesquisa do mercado de terras.

Quanto ao cumprimento da meta física, foram realizadas 08 vistorias de janeiro a dezembro de 2012, sendo 04 Vistorias de Avaliação, totalizando mais de 14000 hectares (Tabela 1), superando assim a meta estabelecida em quase o dobro. Tais vistorias demandaram também notificações dos proprietários dos imóveis, além de buscas cartorárias, principalmente nas regiões Serrana e Norte do estado do Rio de Janeiro, regiões onde se concentraram as vistorias do ano de 2011 e 2012.

Tabela 01 – Vistoria de Avaliação (2012)

Nº PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	Nº ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (ha)
54180.000531/2010-31	Fazenda Maruí- Almada	Campos dos Goytacazes	Nº 05, de 05 de março de 2012	1.088,6933
54180.001282/2005-33	Fazenda Ribanda	Paracambi	Nº 12, de 11 de abril de 2012	460,6654
54180.001167/1998-51	Conjunto Cambahyba	Campos dos Goytacazes	Nº 26, de 29 de agosto de 2012	1.712,4072
4180.000852/2010-35	Conjunto Sapucaia	Campos dos Goytacazes	Nº 35, de 30 de novembro de 2012	10.751,9158
Total (ha)				14.013,6817

Além das vistorias de Avaliação, realizou-se também três vistorias que não são contabilizadas como meta no planejamento, em função de sua natureza diversa, mas que apresentam um elevado grau de importância. Tais vistorias são classificadas como Outras para o sistema de monitoramento adotado pela autarquia, são elas: Fazenda Ribanda (objetivo de elaborar LVA, Nota Técnica sobre viabilidade de aproveitamento do imóvel, estimativa da capacidade de assentamento e elaboração do anteprojeto de parcelamento, (Processo nº 54180.001282/2005-33) e vistoria de diversos imóveis localizados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (área com tradição agrícola no estado) e que estão associados à tragédia causada pelo impacto das chuvas que ocorreram em 2010 (Processo nº 54180.000209/2011-92). Também foi realizada a Pesquisa do Mercado de Terras para a Região Serrana, visando à elaboração da Planilha de Preços Referenciais, obtendo-se um total de 20 elementos, a qual também não é contabilizada como meta no planejamento. Todo esse trabalho de elaboração da referida Planilha é de grande valia para decisões do Comitê de Decisão Regional e muito empregada em perícias judiciais (Tabela 02).

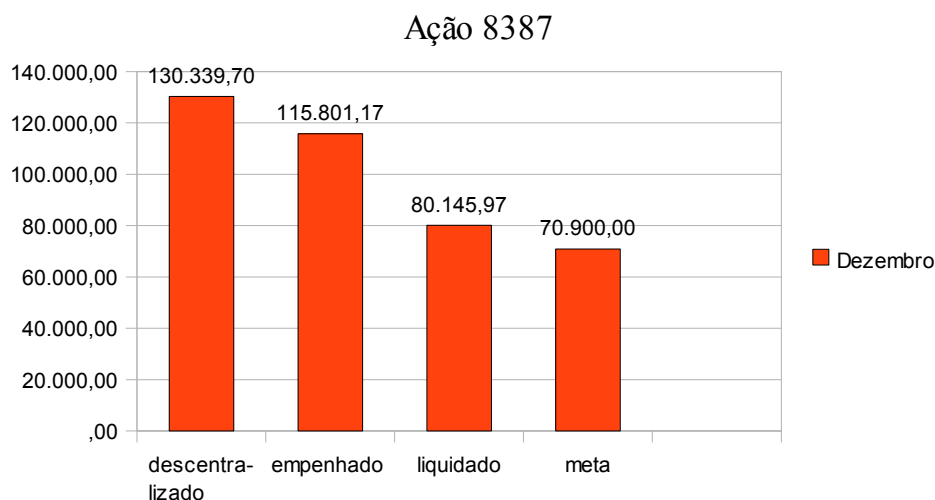
Tabela 02 – Outras Vistorias

Nº PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	Nº ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (ha)
54180.000303/2006-84	Planilha de Preços Referenciais de Terras -	Carmo, Trajano de Moraes, Santa Maria	Nº 49, de 05 de junho de 2012	2.633,9600

	20 imóveis localizados em 09 municípios da Região Serrana do Estado	Madalena, Bom Jardim, Cantagalo, Duas Barras, Teresópolis e Nova Friburgo.		
54180.001282/2005-33	Fazenda Ribanda: LVA, Elaboração de Nota Técnica sobre viabilidade de aproveitamento do imóvel, estimativa da capacidade de assentamento e elaboração do anteprojeto de parcelamento.	Paracambi	Nº 13, de 02 de maio de 2012	460,6654
54180.000209/2011-92	Identificação de imóveis (Pré-Vistoria) associada ao processo Impacto das Chuvas.	Carmo	Nº 49, de 05 de junho de 2012	1.991,4700
Total (ha)				5.096,0954

Por fim, a meta estabelecida para o ano de 2012 foi de 7.800 hectares vistoriados, porém foram vistoriados mais de 14.000 ha. Esse número deveu-se principalmente ao imóvel denominado Conjunto Sapucaia, que possui mais de 10.000 hectares. Tal imóvel é o maior do estado do Rio de Janeiro, sendo que sua inclusão na reforma agrária seria de extrema representatividade, tendo em vista que é o maior imóvel obtido na região sudeste do país nos últimos 25 anos.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 8387 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 88,85%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem calculados para o exercício em tela, mas foi necessário ultrapassar a meta, em vista das inúmeras vistorias demandadas. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 66.169,97;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 13.976,00;
- 339039 – O utros serviços de terceiros – pessoa jurídica – R\$ 35.655,20.

Quadro A.4.4.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 444.738,73	R\$ 444.738,73	R\$ 444.738,73	0	0	R\$ 444.738,73	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	1.341,00	1.53,76	R\$ 2.868.309,20	R\$ 444.738,73

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 4460 – Pagamento de Indenização inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, vinculada ao Programa 2066, é uma das mais importantes para a concretização do Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que sua finalidade básica é a de obter áreas rurais por meio de desapropriação, aquisição direta (compra) ou meios não onerosos, como destinação de terras públicas, para a implantação de Projetos de Assentamentos para trabalhadores rurais desprovidos de terras ou com terra insuficiente.

Para a concretização desta finalidade, o INCRA dever desenvolver as seguintes atividades: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Contudo, a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro ainda não obteve efetivamente terra para assentar as famílias acampadas no estado, uma vez que o único imóvel que tivemos lançamento de Títulos da Dívida Agrária ainda está pendente de sua imissão na posse.

Quanto ao cumprimento da meta, nesta ação atingimos a meta estipulada através do imóvel denominado Fazenda Bom Jardim, localizada em Macaé.

Essa etapa é de fundamental importância, pois possibilita a criação de Projeto de Assentamento na área, para beneficiar mais de 80 famílias. Porém, o processo ainda não está finalizado, pois aguarda-se a imissão na posse ao INCRA para que, após essa fase, o projeto seja efetivamente criado.

No entanto, houve problemas para a execução da meta. A ação 4460 é uma das ações mais importantes do INCRA, pois é a principal porta de entrada para o andamento de todo o Programa de Reforma Agrária. Porém, mesmo tendo sido atingida a meta, há muito o que se fazer.

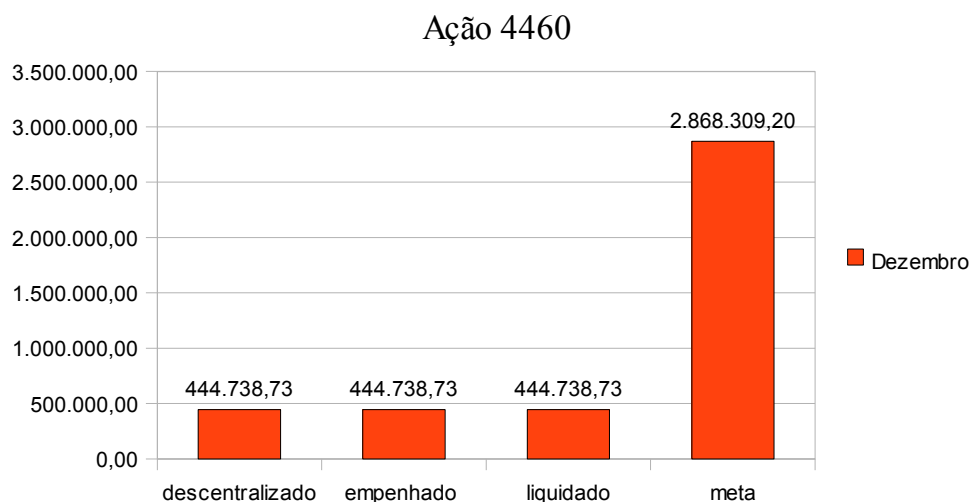
Não falta vontade política à Superintendência Regional para o intento de dar andamento à ação e, apesar da crônica falta de pessoal, não faltam técnicos capacitados para a realização do trabalho. Na verdade, o obstáculo para a obtenção de terras no Rio de Janeiro é o Poder Judiciário, que vem tomando decisões contraditórias envolvendo as lides agrárias no estado. A situação é tão grave, que o Judiciário vem determinando a extinção de Projetos de Assentamento já estabelecidos, afetando, assim, a vida de várias de famílias.

Algumas ações de desapropriação que já poderiam ter finalizado seu curso, propiciando a obtenção de terras pela SR-07/RJ e que permitiriam o assentamento de várias famílias, foram retardadas por alguns tribunais estaduais.

Alguns imóveis improdutivos foram declarados produtivos, através de ação ordinária, como é o exemplo dos imóveis Três Marias e Atalaia, ambos localizados no município de Macaé (processo nº.2006.51.16.000059-2 e 2004.51.01.019313-6, respectivamente). Nos dois casos a Autarquia apelou da decisão, porém obteve resposta apenas para o imóvel Três Marias.

A Fazenda Arroz Dourado (Processo nº 2008.51.03002900-1) é outro exemplo. A ação de desapropriação, ajuizada em 2008, teve o pedido na imissão na posse negado pelo Juízo Federal de Campos dos Goytacazes. Na fase de recurso, o TRF-2 concedeu a imissão na posse, a qual fora suspensa pelo juiz convocado do TRF-2 e, posteriormente, pelo Superior Tribunal de Justiça (MC 17517/RJ), todos em decisões liminares. A imissão na posse ainda é aguardada.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 4460 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 100%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem calculados para o exercício em tela, embora a meta tenha sido ambiciosa, diante da perspectiva de pagamento de Fazenda Conjunto Cambahyba, que não ocorreu. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos no seguinte elemento de despesa:

- 459061 – Aquisição de Imóveis – R\$ 444.738,73;

Quadro A.4.4.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação	
Código	20TG
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
Iniciativa	01EK
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No ano de 2012, não houve meta prevista para a Ação 20TG - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária no âmbito da SR-07/RJ.

Quadro A.4.4.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 30.537,00	R\$ 19.117,75	R\$ 19.117,75	*****	*****	R\$ 18.555,94	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	190	92	R\$ 38.539,20	R\$ 19.117,75

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Para atingir tal finalidade, o INCRA deve desenvolver as seguintes atividades: identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

O desempenho da Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, apresentou-se estável em relação ao exercício de 2011, tanto em números absolutos quanto em números proporcionais.

No ano anterior (2011) a meta estipulada foi bem mais ambiciosa do que a meta para 2012; porém, o número total de famílias homologadas foi de 113. A média de famílias assentadas nestes dois anos foi de 102 unidades familiares. Esse fato evidencia que a média do número de famílias assentadas pela SR é em torno de 100, devendo esse ser um indicativo para o planejamento das metas do presente exercício de 2013.

Foram cadastradas 92 famílias no SIPRA no ano de 2012. Destas, a maioria de projetos Estaduais, criados pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, onde foram reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias da Reforma Agrária do INCRA. Também foram assentadas famílias em lotes retomados após ação de vistoria ocupacional, porém, em números muito aquém do esperado.

Quanto ao cumprimento da meta física, cabe ressaltar que o desempenho desta ação é totalmente dependente de outras ações que a antecedem. Para o assentamento de famílias em projetos criados em exercícios anteriores, é necessária a retomada de lotes pela Divisão de Desenvolvimento; para o reconhecimento de Projetos de Assentamento, é necessário que as instituições criadoras se manifestem e cumpram todas as exigências estabelecidas; para a criação de novos Projetos, é

necessário que novas áreas sejam obtidas. Desta forma, estabelecida a margem de atuação, é bem delimitada por outras atividades.

A homologação das 92 famílias, isto é, 48,42 % da meta, ocorreu em Projetos de Assentamentos criados em exercícios anteriores e o restante em Projetos de Assentamento Estaduais, também reconhecidos em exercícios anteriores. Segundo consta, não existem mais projetos estaduais a serem reconhecidos. No exercício de 2012, nenhum Projeto de Assentamento foi criado na jurisdição da Superintendência.

Por fim, outro motivo que contribuiu para o não atingimento da média de famílias assentadas, foi a não imissão na posse ao INCRA pelo Poder Judiciário em propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos devido tanto à morosidade característica do Judiciário, quanto à natureza mais conservadora deste Poder em âmbito regional. Consequentemente não obtivemos terras para assentar as famílias acampadas no estado.

Quanto aos eventuais problemas na execução da meta, esta ação poderia ter apresentado melhores resultados tivesse havido maior articulação entre as divisões da Superintendência no sentido de retomar lotes irregularmente ocupados. Houve vistoria ocupacional em quatro projetos de assentamento no final do exercício de 2011, porém, pela falta de tempo hábil e pessoal, ainda não ocorreu a conclusão dos trabalhos. A previsão de novas homologações a serem realizadas nestes projetos é de cerca de 200 famílias. Também há previsão do trabalho de retomada em outros projetos de assentamento para 2013, onde já há articulação mais efetiva das divisões para o desenvolvimento dos trabalhos. Para o futuro, é um fator que será considerado pois, além de permitir o acesso de uma família que esteja excluída do Programa Nacional de Reforma Agrária, demonstra para a sociedade de uma forma geral a atuação preventiva do INCRA e evita eventuais demandas judiciais por destinação inadequada de áreas da Reforma Agrária.

Seguem os quadros referentes às famílias assentadas e de famílias cadastradas em 2012 no âmbito da SR-07/RJ:

ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS

PA	MUNICÍPIO	MÊS/ANO DE HOMOLOGAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	FORMA DE OBTENÇÃO*	ANO DE CRIAÇÃO DO PROJETO
PA PREFEITO CELSO DANIEL	Carapebus	Março/2012	1	1	2005
PA FLORESTA DE BELÉM	Itaperuna	Março/2012	2	1	2006
PE FAZENDA EXPERIMENTAL DE ITALVA	Italva	Dezembro/2012	62	4	2010
PE FAZENDA PAU GRANDE	Magé	Dezembro/2012	2	4	2010
PA OZIEL ALVES I	Campos dos Goytacazes	Dezembro/2012	1	5	2006
PE FAZENDA CACHOEIRA GRANDE	Magé	Dezembro/2012	3	4	2010
PE FAZENDA ENGENHO NOVO	São Gonçalo	Dezembro/2012	15	4	2010
PA SANTO INÁCIO	Trajano de Moraes	Dezembro/2012	1	1	1987
PA ZUMBI DOS PALMARES	Campos dos Goytacazes	Março/2012	1	1	1997
PIC PAPUCAIA	Cachoeiras de Macacu	Março/2012	2	5	1951
PIC PAPUCAIA	Cachoeiras de Macacu	Dezembro/2012	2	5	1951

* 1-Desapropriação, 2-Compra e venda, 3-Arrecadação, 4-Reconhecimento, 5-Outras formas

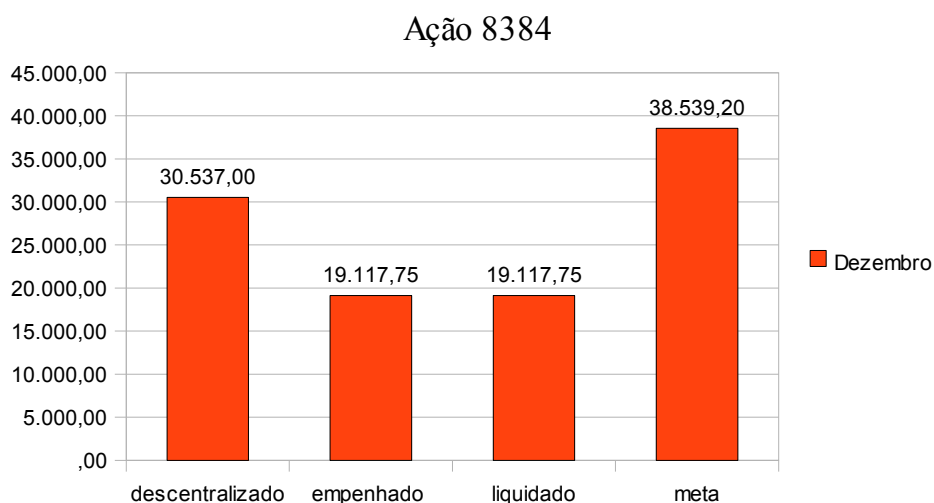
Fonte: Divisão de Obtenção de Terras - SR-07/RJ

FAMÍLIAS CADASTRADAS

MUNICÍPIO	MÊS/ANO DE CADASTRO	Nº DE FAMÍLIAS CADASTRADAS
Rio de Janeiro	Janeiro a dezembro/2012	40
Silva Jardim	Junho/2012	75
Italva	Dezembro/2012	66
Magé	Dezembro/2012	7
São Gonçalo	Dezembro/2012	18

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras - SR-07/RJ

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 8384 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados mais da metade, 62,61%, demonstrando que os gastos com a ação foram razoavelmente utilizados para o exercício em tela, considerando-se que foram descentralizados R\$ 8.002,20 a menos do que o previsto na meta. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 6.849,75;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 6.161,00;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 6.107,00.

Quadro A.4.4.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 8.285.546,00	R\$ 6.458.600,00	R\$ 688.200,00	R\$ 1.880.000,00	R\$ 5.770.400,00	R\$ 688.200,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	231	23	R\$ 5.207.930,00	R\$ 688.200,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	0	R\$ 3.816.800,00	- R\$ 1.473.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 3.189.800,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A finalidade da Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas, vinculada ao Programa 2066, é o de dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Para o efetivo cumprimento de tal finalidade, o INCRA procede à concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva.

Apesar do não cumprimento da Meta no ano de 2012, pode-se considerar que tem ocorrido nos últimos anos um grande avanço nesta Superintendência Regional com relação ao Programa de Crédito Instalação. A Equipe de crédito foi reforçada com mais servidores empenhados na materialização dos objetivos do Programa; tem ocorrido um efetivo apoio do atual Chefe da Divisão de Desenvolvimento, que não mede esforços para garantir o cumprimento das ações planejadas pela equipe, com a cobrança constante da qualidade na prestação dos serviços e o amplo atendimento às famílias envolvidas em todo o processo.

Outro grande destaque tem sido a crescente melhoria na interação entre servidores da Divisão para solucionar problemas existentes referentes aos procedimentos operacionais do Programa de Crédito. A organização dos processos e o cuidado em observar as orientações constantes nas Instruções Normativas e na Norma de Execução tem sido um avanço na rotina da equipe de crédito. O Planejamento, a médio e longo prazo, dos trabalhos a serem realizados certamente pode ser considerado como o principal ponto positivo alcançado nas ações referentes ao Programa.

Além do exposto, a equipe de crédito tem conseguido minimizar nos últimos anos o grande passivo existente com relação aos recursos existentes em contas bancárias dos assentamentos. Como pode ser observado na tabela apresentada abaixo, temos um demonstrativo aproximado dos créditos concedidos e recursos efetivamente aplicados nos últimos quatro anos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

ANO	Valor (R\$)	Nº Créditos Concedidos
2009	2.870.917,76	441
2010	3.942.493,81	386
2011	2.672.817,04	234
2012	1.598.343,11	182
TOTAL	11.084.571,72	1.243

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – SR-07/RJ

Com relação à execução financeira da ação, ou seja, a emissão de Ordens Bancárias, os principais fatores que prejudicam o cumprimento das metas, bem como a efetiva execução do programa na forma planejada pela equipe de crédito, são decorrentes da não descentralização de recursos orçamentários e financeiros nos seus respectivos valores e prazos solicitados.

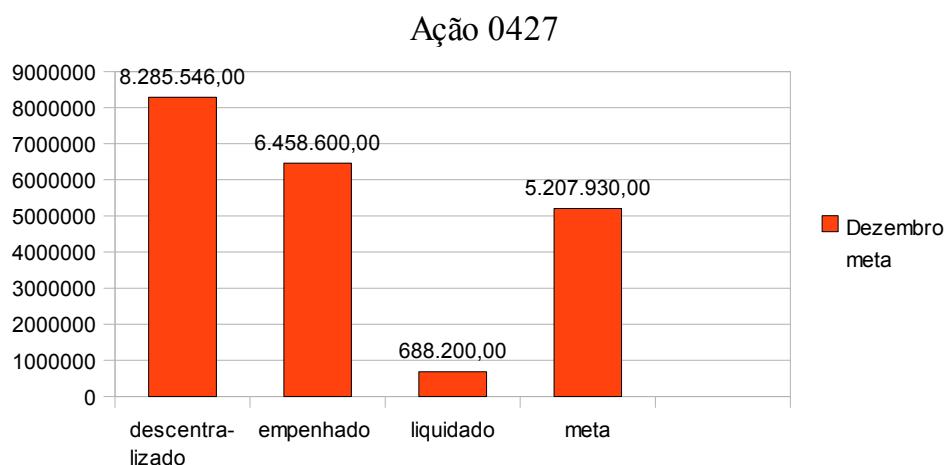
Já com relação à execução física, ou seja, os créditos efetivamente concedidos às famílias assentadas, existem inúmeros fatores que dificultam ou mesmo impedem a materialização do regular processo de operacionalização do Programa de Crédito, tais como: grande dificuldade de conseguir viaturas para realizar as viagens aos assentamentos; o péssimo estado de conservação em que se encontra a maioria das viaturas (sem nenhum tipo de manutenção preventiva ou mesmo de conserto); a falta de motoristas na Regional; a falta de recursos para as despesas de deslocamento dos servidores; a demora no pagamento destes recursos; a precariedade de infraestrutura na grande maioria dos assentamentos, o que dificulta a aplicação dos créditos nestas áreas, visto que a falta de acesso aos lotes (estradas) impedem a entrega dos produtos/materiais às famílias beneficiárias; grande número de famílias em situação irregular, o que impossibilita a concessão dos créditos, etc.

Não obstante a grande dificuldade em conseguir os recursos solicitados, foi realizada, na medida das possibilidades existentes, a operacionalização dos valores descentralizados em exercícios anteriores e já depositados em conta corrente. Desta forma, apesar do não cumprimento da meta referente à emissão de Ordem Bancária, ocorreu uma considerável e efetiva execução de recursos, contemplando, no exercício de 2012, aproximadamente 183 famílias nas diversas modalidades do Programa, com valores aplicados na ordem de R\$ 1.600.000,00, como pode ser observado na tabela abaixo apresentada.

PA	Município	Nº de Famílias contempladas	Modalidade	Valor (R\$)
Vida Nova	Barra do Pirai	4	Aquisição de Materiais de Construção	57.128,80
Terra da Paz	Pirai	14	Aquisição de Materiais de Construção	217.110,83

Terra Conquistada	Campos dos Goytacazes	11	Aquisição de Materiais de Construção	74.042,00
Prefeito Celso Daniel	Carapebus	1	Aquisição de Materiais de Construção	3.495,24
Zé Pureza	Conceição de Macabú	1	Aquisição de Materiais de Construção	3.000,00
Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	9	Aquisição de Materiais de Construção	134.896,63
Floresta de Belém	Itaperuna	23	Aquisição de Materiais de Construção	351.272,79
Josué de castro	Campos dos Goytacazes	7	Aquisição de Materiais de Construção	106.499,35
Oziel Alves	Campos dos Goytacazes	12	Aquisição de Materiais de Construção	180.085,95
Fazenda da Conquista	Valença	3	Recuperação de Materiais de Construção	25.709,52
Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	17	Recuperação de Materiais de Construção	132.770,15
São Fidélis	São Fidélis	4	Recuperação de Materiais de Construção	34.772,38
Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	7	Recuperação de Materiais de Construção	54.952,52
Tipity	São Fco do Itabapoana	10	Recuperação de Materiais de Construção	31.400,00
25 de Março	Carapebus	1	Fomento	3.799,95
Zé Pureza	Conceição de Macabú	15	Fomento	46.607,00
Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	14	Fomento	44.800,00
Floresta de Belém	Itaperuna	30	Fomento	96.000,00
		183		1.598.343,11

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 0427 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 77,95%, demonstrando que os gastos com a ação foram razoavelmente utilizados para o exercício em tela. Todas as notas de empenho deste exercício foram de recursos da LOA 2012. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos no seguinte elemento de despesa:

- 459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos – R\$ 6.458.600,00.

Quadro A.4.4.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 127.689,63	R\$ 107.407,53	R\$ 105.068,20	0	R\$ 2.339,33	R\$ 102.006,54	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	195	1.390	R\$ 87.690,00	R\$ 105.068,20

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 20S7 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade supervisionar a concessão do Crédito Instalação às famílias assentadas. Assim, esta ação representa o valor gasto para o acompanhamento (custeio) da Ação 0427 - Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas, e tem como produto o Crédito Supervisionado.

Apesar das grandes dificuldades encontradas no decorrer do processo de operacionalização do Programa, conforme observado na análise crítica da Ação “Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas”, código 0427, houve um grande empenho dos servidores integrantes da equipe de Crédito em realizar as atividades de fiscalização e supervisão da aplicação dos recursos nos Projetos de Assentamento.

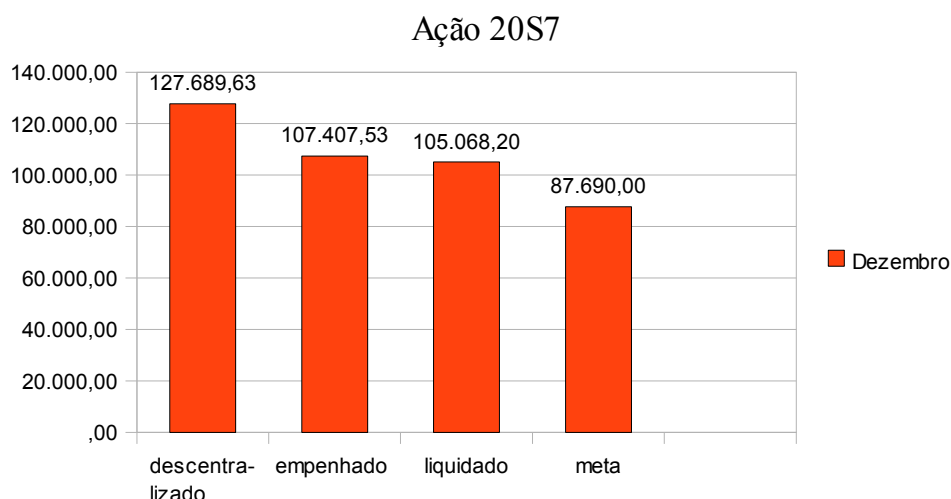
Outro ponto a ser considerado foi o fato da pronta disponibilidade em conta dos recursos necessários para viabilizar a materialização dos trabalhos nas áreas beneficiadas. Nesse sentido, considerando que os valores já haviam sido disponibilizados em exercícios anteriores, o planejamento da equipe se concentrou basicamente na efetiva aplicação destes recursos às famílias assentadas e, desta forma, ocorreu um intenso trabalho de acompanhamento (fiscalização e supervisão) desse processo de operacionalização dos recursos.

Com relação aos eventuais problemas de execução encontrados, observamos novamente a dificuldade de conseguir viaturas para realizar as viagens aos assentamentos; a maioria das viaturas estão em péssimo estado de conservação (sem nenhum tipo de manutenção preventiva ou mesmo de conserto); a insuficiência de viaturas para a execução dos trabalhos, a falta de motoristas na Regional; a falta de recursos para as despesas de deslocamento dos servidores; a demora no pagamento destes recursos, etc.

Por fim, cabe observar o grande avanço ocorrido nos últimos exercícios nesta Superintendência Regional com relação ao Programa de Crédito Instalação. A equipe de Crédito foi reforçada com mais servidores empenhados na materialização dos objetivos do Programa; a crescente melhoria na interação entre servidores da Divisão para solucionar problemas existentes referentes aos procedimentos operacionais do Programa de Crédito. A organização dos processos e o cuidado em observar as orientações constantes nas Instruções Normativas e Norma de Execução tem sido um avanço na rotina da equipe de Crédito. O Planejamento a médio e longo prazo dos trabalhos a serem realizados certamente pode ser considerado como o principal ponto positivo alcançado nas ações

referentes ao Programa. Além do exposto, a equipe de crédito tem conseguido minimizar nos últimos anos o grande passivo existente com relação aos recursos existentes em contas bancárias dos assentamentos.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 0427 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 84,12%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela, apesar da meta orçamentária ter sido subdimensionada. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 87.590,70
- 339030 – Material de consumo – R\$ 19.616,83;
- 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – R\$ 200,00.

Quadro A.4.4.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação					
Código	8396				
Descrição	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento				
Iniciativa	01EP				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 1.317.042,50	R\$ 1.286.287,78	R\$ 31.849,05	R\$ 860.857,76	R\$ 1.254.438,73	R\$ 31.849,05

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	149	0	R\$ 1.117.042,50	R\$ 31.849,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	0	R\$ 430.428,88	- R\$ 430.428,88	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento – vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável. Para atingir tal finalidade, o INCRA busca a priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

No ano de 2012, quanto à execução das metas físicas e orçamentárias, a Superintendência Regional do Rio de Janeiro, se não alcançou as metas definidas em número de famílias a serem atendidas, conseguiu empenhar 97% da provisão de recursos destinados à SR-07.

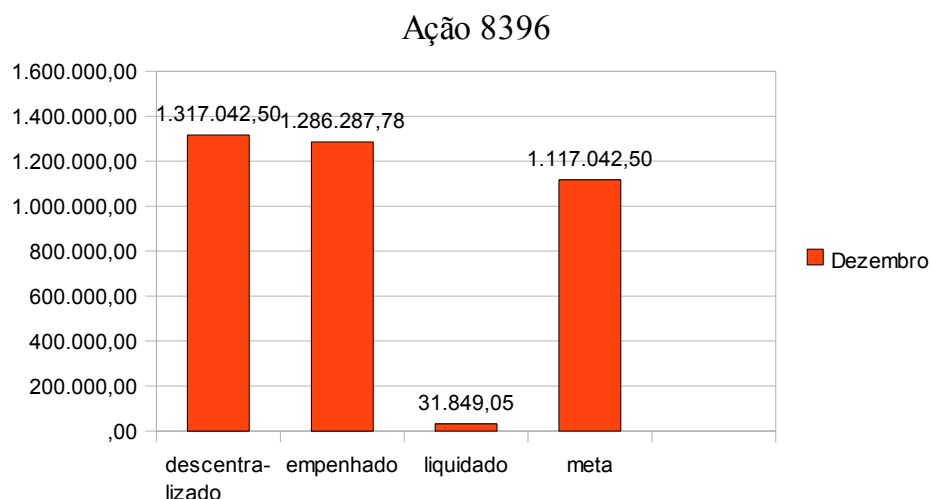
Além disso, foi contratada, em Dezembro de 2012, empresa especializada em engenharia para a implantação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Bem Dizia, que irá beneficiar 55 famílias, no PA Terra Conquistada, com o atendimento a 11 famílias e PA Chico Mendes, beneficiando 30 famílias, totalizando 16 Km de estradas e 25 metros de pontes mistas, de concreto e madeira, ao custo de R\$ 1.254.438,73, com previsão de entrega dos serviços em Junho de 2013.

A SR-07/RJ deixou de licitar a construção e recuperação das estradas do P.A. Fazenda do Salto, que iria beneficiar 39 famílias, pela falta de dotação orçamentária.

Ressalte-se que as obras ora iniciadas representam a possibilidade de finalmente atender a demandas das famílias assentadas há mais de cinco anos e, no caso do P.A Terra Conquistada, trata-se de atender à necessidade absoluta, uma vez que as famílias assentadas são obrigadas a buscar caminhos em propriedades vizinhas para alcançar, a pé ou a cavalo, os seus locais de moradia, tornando, portanto, inviável todo o processo produtivo nestas condições.

A dificuldade de execução desta Ação de Infraestrutura na Superintendência do Rio de Janeiro, pelo ao tempo excessivo que decorre desde o diagnóstico até à conclusão das obras, perpassando vários exercícios, deve-se muito à ausência de engenheiro civil na SR, à falta de capacitação de servidores no SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS–SICONV e, em último caso, à dotação insuficiente prevista no orçamento da autarquia.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 8396 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 97,66%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela, embora não tenha sido liquidado todo o montante empenhado, pois o empenho só ocorreu no mês de dezembro de 2012. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 31.102,05;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 747,00;
- 449051 – Obras e Instalações – R\$ 1.254.438,73.

Quadro A.4.4.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação			
Código	8398		
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento		
Iniciativa	01EU		
Unidade Responsável	INCRA		
Unidade Orçamentária	22201		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 27.356,22		R\$ 27.053,98	R\$ 27.053,98	0	0	R\$ 23.147,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	75	175	R\$ 27.356,22	R\$ 27.053,98

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento – vinculada ao Programa 2066 – tem por finalidade prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Para atingir essa finalidade, o INCRA provê a realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

O processo se realiza em 3 (três) momentos: o Setor de Cartografia da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária inicialmente realiza as bases cartográficas. Posteriormente, são realizados pela Divisão de Desenvolvimento os demais estudos necessários ao cálculo da capacidade efetiva de assentamento bem como a elaboração do anteprojeto de parcelamento, o qual é, ao final, encaminhado ao Setor de Cartografia, após aprovação pelos assentados. Em seguida, há a implantação dos marcos de divisas dos lotes e perímetro, que poderá, a critério dos gestores, ser executado de forma direta ou indireta; especialmente, neste ano de 2012 somente houve execução direta.

Esta ação é a porta de entrada para implantar o restante das ações de desenvolvimento, tais como o licenciamento ambiental, a aplicação de créditos diversos, a assistência técnica individualizada, dentre outras. Inicia-se, assim, um novo ciclo para as famílias contempladas com esta ação.

Embora os percentuais da meta realizada no ano tenham ultrapassado a meta esperada, alguns entraves ainda permanecem, principalmente quanto à decisão em tempo hábil sobre o processo de execução, se ocorrerá de forma direta ou se por meio de licitação. E também há falta de equipamentos (notebook's, GPS's, trenas e software's) adequados ao tipo de atividade desenvolvida pela equipe que elabora o anteprojeto.

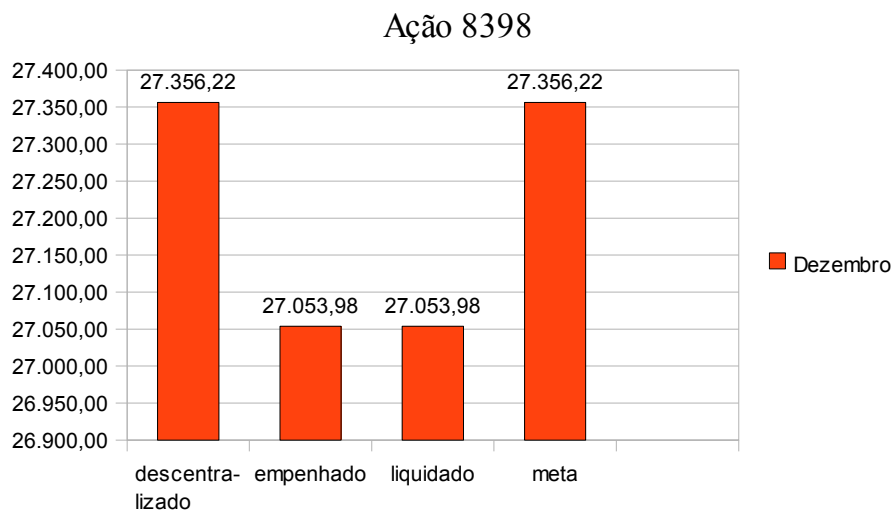
Em 2012 foram realizadas as bases cartográficas e elaborado anteprojeto de parcelamento de 2 (dois) PA's para atendimento de aproximadamente 75 (setenta e cinco) famílias, sendo que os outros 2 (dois) anteprojeto de parcelamento para aproximadamente 100 (cem) famílias foram iniciados no ano anterior, ficando para este ano apenas uma complementação e a implantação dos marcos, o que contribuiu decisivamente para a superação da meta. Outro fator preponderante para a superação da meta estipulada foi a colaboração da Prefeitura Municipal de Carapebus na alocação e implantação dos marcos no PA João Batista Soares.

Execução Física – Demarcação Topográfica de Parcelas - 2012					
SR	Nº Processo	SIPRA	PA	Município	Famílias/Lotes Atendidas**
SR-07	54180.000972/97-31	RJ0033000	SALTO	Barra Mansa	36
SR-07	54180.000236/07-89	RJ0004244	ROSELI NUNES	Piraí	39
SR-07	54180.000763/08-74	RJ0004242	JOÃO BATISTA SOARES	Carapebus	65
SR-07	54180.000597/07-25	RJ0004252	JOSUÉ DE CASTRO	Campos dos Goytacazes	35
TOTAL DE FAMÍLIAS/LOTES ATENDIDOS					175

** Nº de lotes demarcados, independente se há famílias ocupando esses lotes.

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – SR-07/RJ.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 8398 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 98,90%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela, e2. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 19.100,98;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 3.344,20;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 2.906,90
- 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica – R\$ 701,90.

Quadro A.4.4.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 19.820,00	R\$ 14.101,02	R\$ 14.101,02	*****	*****	R\$ 14.101,02	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	1	1	R\$ 9.820,00	R\$ 14.101,02
---	--------------------------	--------------	---	---	--------------	---------------

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária – vinculada ao Programa 2066 - tem por finalidade implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e à promoção da gestão ambiental e ao manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Para atingir tal finalidade, o INCRA procede à implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; à realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; ao cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; ao estímulo da implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; à sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; e monitora a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

A Superintendência do Rio de Janeiro cumpriu a meta prevista de 01 assentamento atendido. Com base em pedido de esclarecimentos feito pelo Ministério Público Federal, foi realizada vistoria no assentamento Visconde, do município de Casimiro de Abreu, para verificação das condições ambientais do lote 39. Esta foi a primeira vistoria de uma série prevista para o ano de 2013, que visa à adequação ambiental dos assentamentos a fim de cumprir as condicionantes das licenças ambientais já concedidas.

Uma importante ação, desenvolvida ao longo do ano de 2012, foi a negociação e elaboração da minuta do Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e INEA, que tem como objetivo central a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR, bem como desenvolver ações conjuntas de recuperação do passivo ambiental relacionados à Reserva Legal e às Áreas de Preservação Permanente dos Projetos de Assentamento do

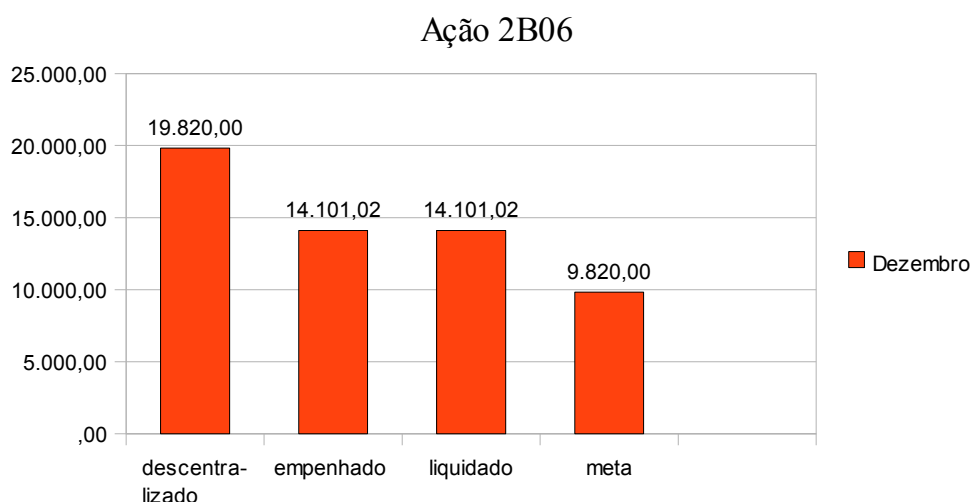
Estado do Rio de Janeiro. O termo foi amplamente discutido e encontra-se em fase final de ajustes para assinatura.

Tal ação irá contribuir significativamente para a recuperação do passivo ambiental dos Projetos de Assentamento do Rio de Janeiro, além de possibilitar, a médio prazo, o cumprimento de condicionantes das licenças ambientais já concedidas ao INCRA.

Mais uma vez, o fato de as metas serem atingidas não significa ausência de problemas. O principal problema para a elaboração de projetos de recuperação de passivos ambientais também está relacionado à fragilidade da base cartográfica da instituição. Além de não haver precisão nos perímetros dos PAs, a proposta de reserva legal deve estar materializada no projeto de parcelamento dos PAs. É comum projetos que não contemplem a área mínima necessária para a Reserva Legal, ou há casos onde a identificação das áreas legalmente protegidas estão baseadas em terminologias inexistentes na legislação, não havendo clareza na distinção do que é APP e do que é a proposta de Reserva legal. Além disso, é rara a existência de Plantas e Memoriais Descritivos dentro dos processos de criação dos PAs e, quando fazem parte do processo, é comum não estarem devidamente assinados.

Outro problema identificado é a inexistência de base cartográfica na rede, o que gera burocracia e confusão para ter acesso a informações recentes. Sem dados que tenham origem devidamente identificáveis e disponíveis, não é possível gerar os mapas temáticos para projetos de recuperação de passivos ambientais. Essa realidade impede a execução de metas mais audaciosas.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 2B06 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 71,15%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela, embora se tenha ultrapassado a e

meta em 143%, pois foram empenhados R\$ 4.281,02 a mais do que estava previsto. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 70,12;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 10.000,00;
- 339036 – Outros serviços de terceiros – Pessoa física– R\$ 4.030,90.

Quadro A.4.4.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 237.852,38	R\$ 218.772,73	R\$ 18.409,15	R\$ 25.992,51	R\$ 200.363,58	R\$ 15.858,95	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	562	728	R\$ 237.852,00	R\$ 18.409,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*	0	0	- R\$ 25.992,51	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol – vinculada ao Programa 2066 – tem por finalidade viabilizar o incremento de renda dos Projetos de Assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Para se alcançar tal finalidade, o INCRA procura desenvolver as seguintes atividades: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores

(técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e venda dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Assim, no ano de 2012, a Ação 4320 focou a finalização das obras da agroindústria de açúcar mascavo dos PAs Che Guevara e Ilha Grande, e, ao final do exercício, investiu recursos na realização de uma feira da reforma agrária, ocorrida de nos dias 10 e 11/12 no centro do Rio de Janeiro.

Quanto à agroindústria, a execução das obras complementares da fábrica de açúcar mascavo, quais sejam, a implantação de sistema de captação e abastecimento de água potável e a instalação de equipamentos adaptáveis aos já adquiridos, proporcionariam a operacionalidade plena da fábrica construída e beneficiaria as 132 famílias dos PAs Che Guevara e Ilha Grande.

Os projetos executivos das duas ações – captação/abastecimento e instalação dos equipamentos – foram elaborados integralmente, não restando pendência técnica alguma. As providências administrativas de instrução dos procedimentos licitatórios foram executadas a partir da descentralização orçamentária ocorrida em outubro de 2012. Todo o processo foi esgotado, havendo, inclusive, parecer jurídico positivo ao proposto.

Os recursos orçamentários – no valor de R\$ 150.000,00, que haviam sido descentralizados, mas ainda não empenhados – foram recolhidos na véspera da data da abertura das propostas, o que inviabilizou o certame licitatório, em que pese o processo ter sido devidamente concluído. Em vista do ocorrido, as empresas interessadas no processo licitatório priorizaram outros interesses particulares em vista da proximidade do fim do exercício financeiro, não sendo possível nova articulação para outra licitação em curto espaço de tempo. Posteriormente, a sede descentralizou o recurso, mas já não havia tempo hábil para se proceder à licitação.

Isto posto, cabe destacar que a operacionalização das licitações propostas no final de 2012 apresenta plena condição de execução, assim que liberados os recursos orçamentários de 2013.

Quanto à Feira Estadual da Reforma Agrária do Rio de Janeiro, realizada no Largo da Carioca, no Centro do Rio de Janeiro, ela foi criada em 2010 por iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2012, a Feira teve dois dias de duração e contou com a co-organização do Incra. A ação fez parte da estratégia de estimular e ampliar a comercialização de produtos da

reforma agrária como forma de qualificar os assentamentos e melhorar as condições de vida dos assentados.

Foram disponibilizados R\$ 50 mil provenientes do programa Terra Sol, o programa do Incra de fomento à agroindustrialização e à comercialização de produtos da reforma agrária. Outros R\$ 20 mil saíram do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O valor possibilitou o transporte de alimentos provenientes de assentamentos de todas as regiões do estado, além de fitoterápicos e de cerâmica, que os agricultores aprenderam a produzir após capacitação oferecida pelo programa do Incra de educação no campo.

Entre os produtos comercializados, destacaram-se frutas como banana, maracujá, abacaxi e coco, doces à base de frutas e gengibre, geleia de pimenta, melado da cana, cachaça artesanal, queijos, jiló, maxixe, aipim com casca e sem casca, cheiro verde, mel, própolis, artesanato em argila, sabonetes e ervas medicinais.

A Feira Estadual da Reforma Agrária do Rio de Janeiro teve um público consumidor estimado em quase duas mil pessoas.

Três cooperativas de trabalhadores assentados participaram da Feira:

- **Cooperativa de Pequenos Produtores do Sul Fluminense (Coopasul):** articula a produção dos assentamentos Roseli Nunes, Terra da Paz, Vida Nova e do acampamento Mariana Crioula, todos na região sul do estado. Sua produção diversificada inclui derivados da cadeia do leite, hortaliças, fitoterápicos, frutas, milho, banana, aipim, feijão, entre outros;

- **Cooperativa de Produtores Agroecológicos Terra Viva (Coopaterra):** articula agricultores familiares das áreas de reforma agrária da Baixada Fluminense, em torno de uma produção livre de agrotóxicos, sementes transgênicas e adubos industriais;

- **Cooperativa de Prestação de Serviços do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares (Coopscamp):** criada em 1999 por agricultores do assentamento com o propósito de fortalecer e promover o desenvolvimento local, a cooperativa pretende se estender para toda a região Norte do estado. O trabalho já vem sendo feito no que diz respeito à organização produtiva e à comercialização. Na parte produtiva, busca-se aumentar o planejamento e agregar valor à produção. No âmbito da comercialização, a Cooperativa vende produtos para os programas de compra institucional dos governos do Estado – Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – e Federal – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) –, além de fornecer para as Centrais de Abastecimento do estado.

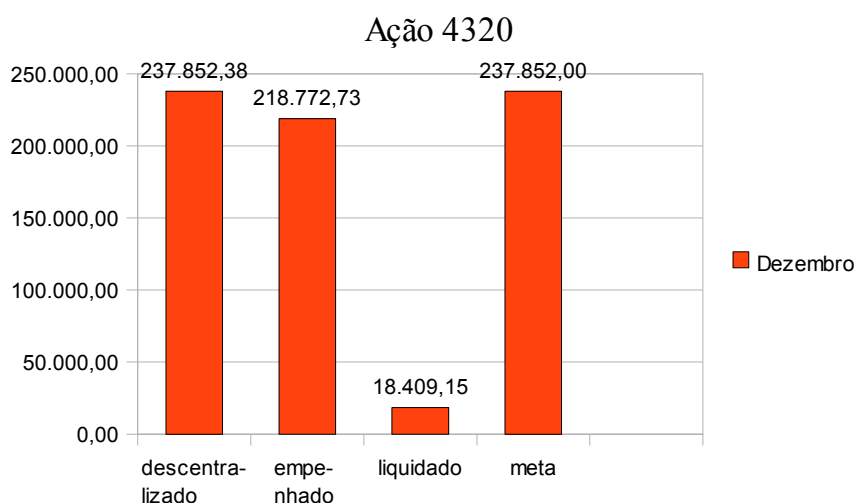
Assim, a realização da Feira permitiu a superação da meta, pois beneficiou um total de 728 famílias, que forneceram seus produtos para serem vendidos na Feira.

Ressalte-se também que muitos assentados são beneficiados com o a emissão de DAPs para acesso ao PAA/PNAE e PRONAF – Programas de Comercialização da Produção e de Financiamento da Agricultura Familiar, sendo estas importantes políticas públicas para o público beneficiário do

PNRA. Os agricultores familiares do Rio de Janeiro não ficaram de fora do PRONAF, e em 2012, houve os seguintes números:

- Emissão de 116 DAPs A;
- 41 famílias contrataram o PRONAF A;
- 8 famílias contrataram o PRONAF A/C.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 4320 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 91,98%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 17.805,91;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 966,82;
- 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica – R\$ 50.000,00;
- 449051 – Obras e instalações – R\$ 150.000,00.

Quadro A.4.4.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação	
Código	4358
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 18.277,73		R\$ 18.263,81	R\$ 18.263,81	0	0	R\$ 18.263,81
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	327	327	R\$ 18.278,00	R\$ 18.263,81

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento – vinculada ao Programa 2066 – tem a finalidade de transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Para que o INCRA atinja tal finalidade, a autarquia realiza as seguintes atividades: a) Concede documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realiza vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realiza procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realiza procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Quanto à principal atividade da Ação, que é a concessão de títulos provisórios e definitivos, ressalte-se que as metas físicas da ação foram alcançadas em sua totalidade.

O principal objetivo de médio prazo do setor é fornecer/regularizar a situação de todos os CCUs (Contratos de Concessão de Uso) dos beneficiários da reforma agrária no Estado, por ser o documento inicial e que garante, portanto, o acesso dos assentados a vários serviços e benefícios.

Tendo esse propósito em vista, no início do ano de 2012, foram planejadas as ações da Iniciativa. Foram definidas as áreas a serem priorizadas para as atividades da ação e o cronograma da

realização das atividades num processo conjunto entre Gabinete, Chefia da Divisão de Desenvolvimento e equipes do SIPRA e da Titulação.

Como no final de 2011 tinha sido realizado um extenso levantamento ocupacional em 4 (quatro) assentamentos do Estado, optou-se por começar por um desses assentamentos, no caso o Assentamento Zumbi dos Palmares - o maior do Estado – e que necessitava da emissão de CCUs atualizados.

De posse das vistorias, foram analisadas e encaminhadas para resolução, as pendências nos processos individuais. Sanadas essas questões, foram emitidos e posteriormente entregues os títulos (CCUs) dos beneficiários que estavam com toda a documentação correta nos processos.

Mesmo com os constantes retornos dos servidores ao assentamento, não foi possível emitir/regularizar a totalidade dos títulos do projeto. No entanto, o número de CCUs entregues foi bastante expressivo e fez diminuir muito o passivo da Superintendência referente a essa modalidade de título.

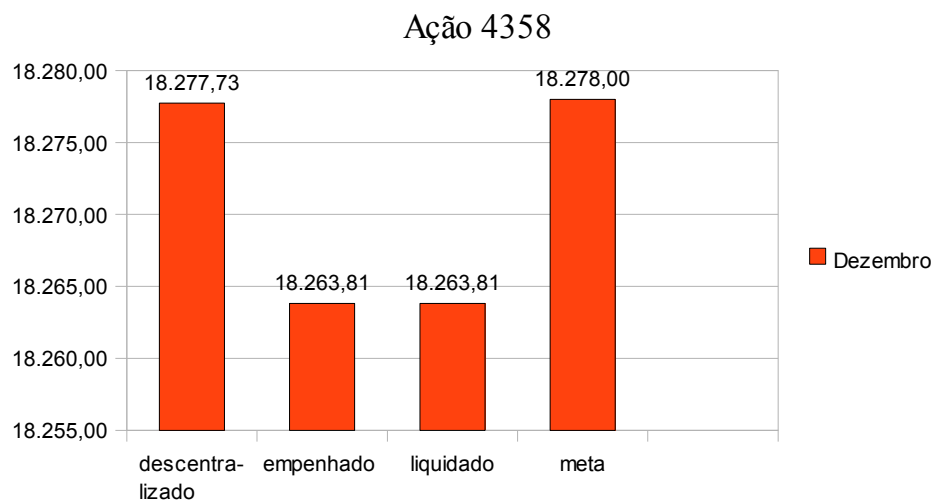
Além desse trabalho voltado diretamente para a emissão de CCUs, o setor também realizou vistorias ocupacionais diversas. Foram realizadas durante todo o ano 574 vistorias em 7 assentamentos. Segue o quadro das vistorias ocupacionais realizadas em 2012:

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE LOTES/PARCELAS VISTORIADOS	DATA/MÊS DE ENTREGA DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
Antônio de Farias	Campos dos Goytacazes	93	Março
Tipity	São Francisco de Itabapoana	160	Maio/Junho
Tipity	São Francisco de Itabapoana	20	Setembro
Capelinha	Conceição de Macabu	134	Setembro/Outubro
Santo Inácio	Trajano	59	Novembro
Zé Pureza	Conceição de Macabu	20	Novembro
Imburo	Macaé	14	Dezembro
João Batista Soares	Carapebus	74	Dezembro

*Publicação no Boletim de Serviço do INCRA, do Lote/Parcela Retomada (Art.20 da IN 47/2008).

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – SR-07/RJ.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 4358 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 99,92%, demonstrando que os gastos com a ação foram relativamente bem utilizados para o exercício em tela, ficando em torno da meta estipulada. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 17.186,58;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 1.077,23.

Quadro A.4.4.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 9.203,00	R\$ 3.056,76	R\$ 2.460,14	R\$ 6.120,00	R\$ 596,62	R\$ 2.253,76	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	4	10	R\$ 16.000,00	R\$ 2.460,14

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*	0	R\$ 2.000,00	- R\$ 6.120,00	0	R\$ 2.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária – vinculada ao Programa 2066 – tem a finalidade de promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Desta feita, para que o INCRA alcance tal finalidade, a autarquia desenvolve as seguintes atividades: realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

A meta para o ano de 2012 foi de quatro protocolos de pedido de licença ou de renovação de licenças. A SR-07 superou a meta, pois foram feitos 10 protocolos. Destes protocolos, dois foram para novos assentamentos: PA Sebastião Lan II e Fazenda Livramento. Os outros 08 protocolos foram para solicitar a renovação de licenças que venceriam em 2012. Ao solicitar a renovação, as mesmas ficam válidas enquanto estão sob análise do órgão ambiental. São elas: PA Antônio de Farias, PA Bem-Dizia, PA Capelinha, PA Che Guevara, PA Dandara dos Palmares, PA Ilha Grande, PA Santo Inácio e PA Zumbi dos Palmares (tabela 03).

Tabela 01 – Licenças protocoladas junto ao órgão ambiental em 2012.

Tipo de Licença	Fazenda/Assentamento	Município	Nº de Famílias Beneficiadas
LP	Fazenda Livramento	Carmo	Ainda não definido
LP	Sebastião Lan II	Silva Jardim	44
Renovação LIO	PA Antonio de Farias	Campos dos Goytacazes	93

Renovação LIO	PA Bem-Dizia	Macaé	54
Renovação LIO	PA Capelinha	Conceição de Macabu	125
Renovação LIO	PA Che Guevara	Campos dos Goytacazes	74
Renovação LIO	PA Dandara dos Palmares	Campos dos Goytacazes	21
Renovação LIO	PA Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	58
Renovação LIO	PA Santo Inácio	Campos dos Goytacazes	51
Renovação LIO	PA Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	507
Total			1.027

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras – SR-07/RJ.

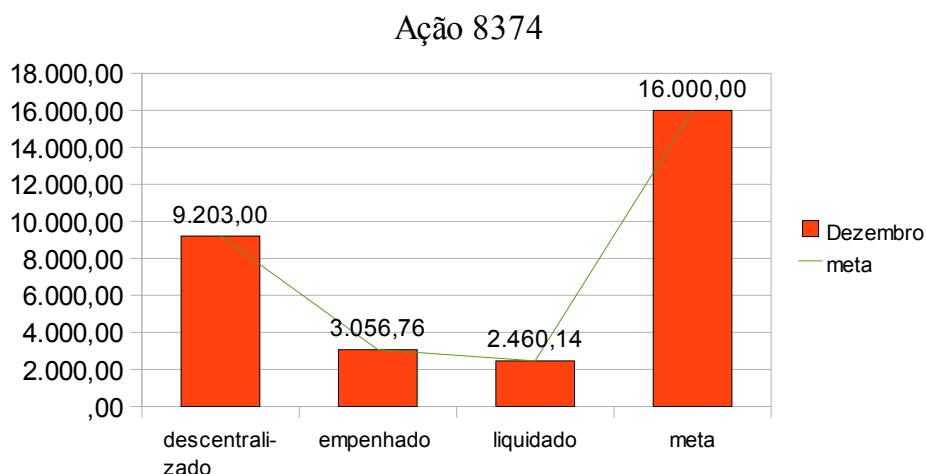
No entanto, houve alguns problemas para o atingimento da meta. O fato de as metas serem atingidas não significa ausência de problemas. A maior dificuldade para protocolar as licenças tem sido a mesma há anos. A fragilidade da base cartográfica da instituição, que é a fonte de informações para a elaboração de mapas temáticos para o processo de licenciamento ambiental. Além de não haver precisão nos perímetros dos PAs, a proposta de reserva legal deve estar materializada no projeto de parcelamento dos PAs. É comum projetos que não contemplem a área mínima necessária para a Reserva Legal, ou casos onde a identificação das áreas legalmente protegidas estão identificadas com terminologias inexistentes na legislação, não havendo clareza na distinção do que é APP e do que é a proposta de Reserva legal. Além disso, é rara a existência de Plantas e Memoriais Descritivos dentro dos processos de criação dos PAs e, quando fazem parte do processo, é comum não estarem devidamente assinadas. Outro problema é a inexistência de base cartográfica na rede, o que gera burocracia e confusão para ter acesso a informações recentes. Sem dados que tenham origem devidamente identificáveis e disponíveis, não é possível gerar os mapas temáticos para montar os kits para o requerimento de licenças ambientais. Essa realidade impede a execução de metas mais audaciosas.

Quanto à superação da meta, no quesito Protocolos de licenciamento, a meta foi superada, principalmente com pedidos de renovação. A meta eram quatro protocolos e foram realizados 10 (dez), sendo que 08 destas licenças protocoladas foram para solicitar a renovação de licenças que venceram

em 2012. Ao solicitar a renovação, as mesmas ficam válidas enquanto estão sob análise do órgão ambiental.

Na presente ação, houve a ocorrência de RAP de R\$ 2.000,00, ligados à natureza de despesa 33.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – pagamento à imprensa oficial do estado do Rio de Janeiro.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 8374 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 33,21%. Constatase, por este gráfico, que a meta orçamentária foi muito ambiciosa em vista do histórico de licenças ambientais que a SR-07/RJ normalmente protocola, que dependem, muito das ações de obtenção de terras e demarcação topográfica para que possam ser protocoladas as licenças prévias e de instalação. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 2.253,76;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 803,00.

Quadro A.4.4.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474

Identificação da Ação			
Código	4474		
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)		
Iniciativa	01F1		
Unidade Responsável	INCRA		
Unidade Orçamentária	22201		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0		0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	0	200	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A Ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) – vinculada ao Programa 2066 – tem a finalidade de Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Para que o INCRA atinja tal finalidade, a autarquia realiza as seguintes atividades: capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, utilizam-se metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados

de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Faz parte da ação 4474 a oferta de capacitação de educadores para atuarem nas escolas dos assentamentos, e de coordenadores locais, que ajam como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Além disto, intenta-se articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

No ano de 2012, deu-se continuidade ao Curso de EJA – Séries Iniciais, Termo de Cooperação realizado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) através do Decanato de Extensão e da Coordenação do Departamento de Teoria e Planejamento do Ensino (DTPE), celebrado em 31 de dezembro de 2010, no projeto de educação: “Educar para Emancipar”.

Municípios e Assentamentos atendidos:

CAMPOS DOS GOYTACAZES:

- Acampamento 17 de abril;
- Acampamento Madre Cristina;
- Assentamento Oziel Alves.

CARAPEBUS:

- Assentamento Prefeito Celso Daniel;

BARRA DO PIRAÍ:

- Assentamento Vida Nova.

NOVA IGUAÇU:

- Assentamento Campo Alegre.
- Acampamento São Pedro.

RIO DAS OSTRAS:

- Acampamento Oswaldo de Oliveira

OBJETIVO: Promover a escolaridade referente ao primeiro segmento do Ensino Fundamental a 200 (duzentos trabalhadores e trabalhadoras rurais) – jovens e adultos. A iniciativa almeja investir na formação de 12 (doze) educadores(as) residentes nas áreas de reforma agrária do Estado do Rio de Janeiro.

Em termos da realização de despesas por parte da Superintendência Regional do INCRA do Rio de Janeiro no âmbito desta ação não houve gastos, por conta da falta de pessoal na Superintendência destinado ao gerenciamento do PRONERA: a servidora que assumia a função de asseguradora do programa se aposentou no início de 2012 e somente no final do ano uma nova equipe foi criada. A falta de pessoal para analisar a prestação de contas oferecida pela coordenação do curso levou à interrupção do desembolso.

Em relação às metas previstas não houve sua conclusão, pois a previsão de conclusão do curso é para o mês de fevereiro de 2013, conforme plano de trabalho presente no processo administrativo nº 54180.000454/2010-19.

Não houve despesa orçamentária com a ação 4474.

Quadro A.4.4.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação						
Código	6952					
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

****Meta Física Realizada (ação continuada):** que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social – vinculada ao Programa 2066 – tem a finalidade de capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Para que o INCRA atinja tal finalidade, a autarquia deve realizar as seguintes atividades: profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Contudo, a Ação 6952 não teve meta prevista para o período.

Não houve despesa orçamentária com a ação 6952.

Quadro A.4.4.1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação	
Código	8370
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
Iniciativa	01F1
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 37.970,00		R\$ 34.151,91	R\$ 12.791,91	0	R\$ 21.360,00	R\$ 9.991,91
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	161	161	R\$ 800.210,00	R\$ 12.791,91

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A Ação 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária– vinculada ao Programa 2066 – tem a finalidade de capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Para que o INCRA atinja tal finalidade, a autarquia deve realizar as seguintes atividades: capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos; ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Ressalte-se que os projetos em nível superior ou de especialização destinam-se à formação profissional para qualificar as ações dos sujeitos e disponibilizar, em cada área de reforma agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Os cursos devem possuir uma sólida formação teórica e contemplar as

situações da realidade dos assentados a fim de que os educandos encontrem soluções para os problemas e, simultaneamente, capacitem-se.

No ano de 2012 deu-se continuidade ao andamento de três cursos em nível superior, sendo dois em nível de graduação e um em nível de especialização. São eles:

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (Curso nacional) / UFRJ

Período de execução: fev/2011 a dez/2015

Fruto de Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Escola de Serviço Social, celebrado em janeiro de 2011.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS /EPSJV-FIOCRUZ

Período de execução: abril/2011 a set/2013

Fruto de Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, celebrado em abril de 2011.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO / UFRRJ

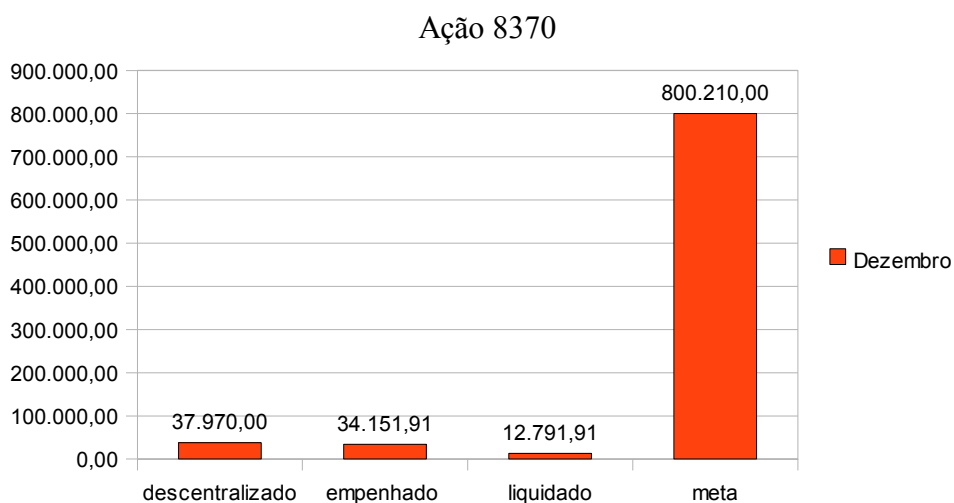
Período de execução: Dez/2009 a agosto/2013

Fruto de Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRJ, celebrado em dezembro de 2009.

Em termos da realização de despesas por parte da Superintendência Regional do INCRA do Rio de Janeiro no âmbito desta ação, houve dificuldades para a execução por conta da falta de pessoal na Superintendência destinado ao gerenciamento do PRONERA: a servidora que assumia a função de asseguradora do programa se aposentou no início de 2012 e somente no final do ano uma nova equipe foi criada. A falta de pessoal para analisar a prestação de contas oferecida pela coordenação dos cursos levou à existência de problemas no cronograma de desembolso. Os recursos efetivamente executados o foram por meio de destaque orçamentário, cabendo às universidades e à FIOCRUZ o seu gerenciamento, o que torna difícil realizar um maior detalhamento dos gastos.

Por se tratarem os três cursos de ações continuadas, não foram atingidas metas de formação de capacitação de profissionais, dado que as etapas finais dos cursos estão previstas para anos futuros.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 8370 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 89,94%. Constata-se, por este gráfico, que a meta orçamentária foi muito ambiciosa em vista do efetivamente dispendido. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 5.991,91;
- 339030 – Material de Consumo – R\$ 4.000,00;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 2.800,00;
- 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 21.360,00.

4.13 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação					
Código	4470				
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados				
Iniciativa	01CB				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

R\$ 3.005.424,87		R\$ 2.329.344,01		R\$ 1.556.341,35		R\$ 57.634,28		R\$ 773.002,66		R\$ 1.010.901,97	
Metas do Exercício Para a Ação											
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)						
			Prevista	Realizada	Prevista		Realizada				
1	Família Assistida	Família	2.200	2.282	R\$ 2.270.379,00		R\$ 1.556.341,35				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observações:

1. A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

* Os valores das colunas respectivas referem-se ao total gasto com as duas Prestadoras.

** Como a Ação 4470 é de caráter continuado, restaram 2.282 famílias a serem atendidas com ATES em 2012, uma vez que, findados os TAs 15.001/2010 e 17.001/2010 e iniciados os TAs 15.002/2011 e 17.002/2011, 42 famílias foram consideradas concluídas em virtude das seguintes situações: 1) PA Sebastião Lan (33 famílias) - suspensão dos serviços de ATES (CE ATES nº9/2011); 2) Alteração nas RBs dos PAs Prefeito Celso Daniel (a capacidade passou de 188 para 201 famílias) e João Batista Soares (a capacidade passou de 40 para 51 famílias); 3) PA Nova Esperança do Aré - o número de famílias atendido é igual a 65 e não 90, conforme CE ATES nº9/2011; 4) Alteração da capacidade do nº de famílias, em função do parcelamento definitivo dos PAs Dandara dos Palmares (a capacidade passou de 25 para 21 famílias) e Terra Conquistada (a capacidade passou de 15 para 11 famílias). Com os Termos Aditivos 15.003/2012 e 17.003/2012, e informada através do Despacho ATES nº 004/2013, de 28/01/13, foram suspensas as atividades de ATES para 26 famílias, correspondentes ao projeto de assentamento Santa Rosa (Magé/RJ), o qual estava sendo assistido pela Cooperativa CEDRO. Portanto, a partir de 23/12/2012 o total de famílias atendidas pela Ação de ATES no RJ totaliza 2.256 famílias.

2. Atentamos para o fato que, segundo os pagamentos efetivamente realizados e constantes nos autos dos Processos nºs 54180.000126/2012-84, referentes à Prestadora CEDRO, e nos dois volumes do Processo nº 54180.000131/2012-97, referentes à COOPERAR, foram gastos, em termos de valores brutos, R\$ 1.128.445,93 (um milhão, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos) referentes ao pagamento das atividades executadas mensalmente e ao pagamento do PDA do PA Zé Pureza, com a Prestadora CEDRO, e R\$ 379.336,65 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos) com a Prestadora COOPERAR.

Em termos de diárias pagas para manter a fiscalização no campo, foram gastos com os servidores pertencentes à Equipe de ATES/INCRA-RJ R\$ 27.877,50, ao passo que as despesas com combustível foram da ordem de R\$ 3.251,86 (três mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), em 11 viagens realizadas. Assim, o total geral gasto com diárias e combustíveis, para manter as ações de fiscalização e inspeção no campo, foi de R\$ 31.129,36 (trinta e um mil, cento e vinte e nove reais e trinta e seis centavos). Sendo assim, o valor bruto total efetivamente gasto com a ATES, englobando pagamento das Prestadoras, pagamento de PDA e o custo com diárias e combustível, no exercício de 2012, foi de **R\$ 1.538.911,94** (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e onze reais e noventa e quatro centavos).

Estes valores são sumarizados no **Quadro II** a seguir.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	0	R\$ 632.606,31	- R\$ 62.434,28	R\$ 551.339,12	R\$ 86.067,19

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (ATES) – vinculada ao Programa 2012 – tem por finalidade Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no

processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Para que o INCRA alcance tal finalidade, a autarquia desenvolve as seguintes atividades: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Com a publicação do Edital de Licitação nº 002/2009 no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 03/09/2009, foi iniciado o processo de licitação na modalidade concorrência, tipo melhor técnica, para a contratação da prestação de serviços de ATES a duas mil seiscentos e cinquenta e sete (2657) famílias distribuídas em trinta e oito (38) áreas de assentamento federais no estado do Rio de Janeiro (entende-se por área: Projetos de Assentamento, Núcleos e Glebas). No processo, somente duas entidades interessaram-se, apresentando suas propostas para trinta e cinco (35) áreas, as quais englobam duas mil trezentos e vinte e quatro (2324) famílias. O montante vislumbrado no edital de licitação para atender com ATES as 2657 famílias originais, elaborar catorze (14) Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e seis (06) Planos de Recuperação de Assentamento (PRA), era de R\$ 2.168.986,83 (dois milhões cento e sessenta e oito novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos). Isso considerando os valores referência para pagamento dos serviços de ATES por família atendida e por ano, segundo a NE 77/2008, sendo de R\$ 746,19. Segundo a NE 72/2008, os valores de referência, por família/ano – para pagamento dos PDAs e PRAs elaborados – eram de R\$ 240,00 e R\$ 120,00, respectivamente. Com a não apresentação de proposta para três projetos de assentamento, e por consequência, terem sido elididos dois Planos de Recuperação (PRA), o montante necessário para atendimento do ditame foi de R\$ 1.898.065,56 (um milhão oitocentos e noventa e oito mil e sessenta e cinco centavos).

Em 2009, os contratos firmados com as Prestadoras CEDRO (CRT nº 15.000/2009) e COOPERAR (CRT nº 17.000/2009) tiveram validade a partir do dia 23/12/2009 e se estenderam até 22/12/2010. A partir de 23/12/2010, e com duração até 22/12/2011, foram firmados dois termos aditivos referentes aos contratos originais, totalizando **R\$1.670.236,32** (um milhão, seiscentos e setenta mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), sendo o TA 15.001/2010, no valor de

R\$ 1.251.159,64 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) e TA 17.001/2010, de **R\$ 419.076,68** (quatrocentos e dezenove mil, setenta e seis reais e sessenta e oito centavos). O segundo termo aditivo de cada um dos contratos com as cooperativas CEDRO (TA 15.002/11) e COOPERAR (TA 17.002/11), respectivamente nos valores de **R\$ 1.225.795,64** (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e **R\$ 413.821,80** (quatrocentos e treze mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos) foram firmados no final de 2011, com vigência de 23/12/2011 à 22/12/2012. Em 21/12/2012, foram firmados os terceiros termos aditivos com as Prestadoras CEDRO e COOPERAR, de nºs 15.003/2009 e 17.003/2009, ambos com validade de 23/12/2012 a 22/12/2013 e, com valores contratados de **R\$ 1.544.502,51** (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro, quinhentos e dois reais e cinquenta e um centavos) e **R\$ 509.676,30** (quinhentos e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos), respectivamente.

No **Quadro I** abaixo, estão relacionadas as Prestadoras contratadas pelo INCRA-RJ que prestaram serviços de ATES ao longo de 2012 e as respectivas características dos contratado com vigência no período abrangido por este relatório de Gestão/2012, sendo portanto considerados predominantemente os Termos Aditivos 15.002/2009 e 17.002/2009, ambos com vigência de 23/12/2011 à 22/12/2012.

Quadro I. Características dos Contratos firmados entre as Prestadoras de ATES e o INCRA-RJ – TA 15.002/2011 (CEDRO) e TA 17.002/2011 (COOPERAR).

PRESTADORA	Núcleo Operacional (NOp)/Total de Técnicos	PA's Atendidos	Quantidade de Famílias	Município do PA
<u>CEDRO</u> CNPJ: 03.309.269/0001-42 TA / Contrato nº: TA 15.002/2011 Período do Contrato: 23/12/11 a 22/12/12 Ofício: 1489/2010	Itaperuna (02 técnicos)	Floresta de Belém	35	Itaperuna
		Nova Esperança do Aré	65	Itaperuna
	Campos dos Goytacazes (04 técnicos)	Tipity	203	S.F. Itabapoana
		Santo Amaro	40	Campos
		Che Guevara	74	Campos
		São Fidélis	22	São Fidélis
	Conceição de Macabu I (02 técnicos)	Capelinha	139	Conceição de Macabu
		Zé Pureza	20	Conceição de Macabu
		Santo Inácio	51	Trajano de Moraes
	Conceição de Macabu II / Carapebus	25 de Março	50	Carapebus
		Prefeito Celso Daniel	201	Carapebus

Ordem de Serviço: 68/2009	(03 técnicos)	João Batista Soares	51	Carapebus
	Casimiro de Abreu (03 técnicos)	Bem-dizia	54	Macaé
		Visconde	90	Casimiro de Abreu
		Cambucaes	106	Silva Jardim
	Litorânea (04 técnicos)	Cantagalo	180	Rio das Ostras
		Gleba Presidente Lula	27	Rio das Ostras
		Rem. Campos Novos	178	Cabo Frio
		Ademar Moreira	40	S. P. Aldeia
	Sede/Equipe de PDA/PRA (02 técnicos)	Santa Rosa	26	Magé
Total da CEDRO	07 NOps 20 Técnicos	20 PAs	1.652 famílias	14 municípios
		Josué de Castro	35	Campos
		Zumbi dos Palmares 2	79	Campos
		Zumbi dos Palmares 3	62	Campos
		Zumbi dos Palmares 5	70	Campos
		Ilha Grande	58	Campos
		Oziel Alves	35	Campos
		Paz na Terra	74	Cardoso Moreira
		Francisco Julião	47	Cardoso Moreira
		Chico Mendes	30	Cardoso Moreira
		Terra Conquistada	11	Campos
	Sul (01 técnico)	Roseli Nunes	45	Piraí
		Terra da Paz	38	Piraí
		Vida Nova	25	Barra do Piraí
Total da COOPERAR	02 NOps 07 Técnicos	14 PAs	630 famílias	04 municípios
Total Geral	09 NOps	34 PAs	2.282	18 municípios

	27 técnicos		famílias	
--	-------------	--	----------	--

Historicamente, os recursos orçamentários utilizados para pagamento dos serviços prestados pelas Cooperativas contratadas durante os nove dias de início de contrato em dezembro de 2009 foram da Programação Operacional (PO) de 2009, e recursos desta mesma PO 2009 foram utilizados para pagamento dos serviços prestados até agosto de 2010. A partir deste mês, os recursos utilizados tiveram suas origens na PO 2010. Os recursos da PO 2010 foram utilizados para o pagamento das notas fiscais apresentadas até o mês de junho de 2011, referentes às atividades executadas em maio do mesmo ano. Subseqüentemente a esse período, até dezembro de 2011, quando findou o primeiro termo aditivo dos contratos e teve início o segundo termo aditivo destes, foram utilizados os recursos orçamentários da própria PO 2011 para o pagamento dos serviços prestados pelas Cooperativas CEDRO e COOPERAR. Os recursos da PO 2011 foram ainda utilizados para o pagamento das contratadas durante os nove dias em dezembro de 2011 correspondentes ao início da vigência dos Termos Aditivos 15.002/11 e 17.002/11 e foram empenhados para sanar os pagamentos referentes ao primeiro trimestre de 2012.

O repasse de recursos às Prestadoras de ATES é realizado com base na análise de documentos que comprovem a execução desses serviços, como relatórios mensais, atas e lista de presença de reuniões, listagem de visitas técnicas realizadas e respectivas fichas de campo, materiais de apoio fornecidos em atividades de capacitação, dentre outros documentos comprobatórios. Além das análises documentais, são previstas também ações de fiscalização e acompanhamento “in loco” nos núcleos operacionais das Prestadoras de ATES, distribuídos estrategicamente no território estadual, e nos projetos de assentamento assistidos. A equipe desenvolveu um sistema de controle eletrônico em planilha Excel®, que permitiu o controle dos recursos repassados a partir do comparativo entre as ações pactuadas no contrato e as efetivamente executadas. As notas fiscais são apresentadas somente após a aferição dos serviços prestados pela equipe de ATES-INCRA/R.

As despesas contempladas pelos servidores da equipe de ATES/INCRA-RJ compreendem basicamente os gastos com diárias dos servidores envolvidos com a fiscalização no campo, o combustível gasto e o gasto com serviços de manutenção da frota veicular ou de terceiros. No **Quadro II** estão computadas as diárias vinculadas à atividade de fiscalização e acompanhamento em Projetos de Assentamento e Núcleos Operacionais executada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, durante o ano de 2012.

Quadro II. Atividades de fiscalização e vistoria executadas pela equipe de ATES/INCRA-RJ no período de 23/12/11 a 22/12/12.

Mês Ano de 2012	Total de viagens programada s	Total de viagens realizadas	Total de Técnicos	Total de diárias	Valor bruto total das diárias (R\$)
Janeiro	00	---	---	---	---

Fevereiro	02	---	---	---	---
Março	02	02	03	27	4.779,00
Abril	02	01	03	13,5	2.389,50
Maio	02	---	---	---	---
Junho	02	---	---	---	---
Julho	02	---	---	---	---
Agosto	02	---	---	---	---
Setembro	02	---	---	---	---
Outubro	02	02	04	31,5	5.575,50
Novembro	02	03	04	45	7.965,00
Dezembro	02	03	03	40,5	7.168,50
Total	22	11	---	157,50	R\$ 27.877,50

Fonte: Equipe de ATES/INCRA-RJ, 2012 (Relatórios Parciais de Fiscalização).

Resultados Alcançados durante a Execução dos Contratos de ATES no INCRA-RJ

Resultados Alcançados pela Equipe de ATES/INCRA-RJ

No **Quadro III** tem-se o sumário das atividades desempenhadas pelos servidores pertencentes à equipe de ATES/INCRA-RJ durante a vigência dos termos aditivos 15.002/11 e 17.002/11 (23/12/11 a 22/12/2012).

Quadro III. Sumário das atividades executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ.

Atividade	Quantidade
Total de PDAs e PRAs Elaborados pelas Prestadoras	12
PDAs/PRAs Analisados, Aprovados e Liquidados (pagos no exercício 2012)*	01
Comunicados Emitidos (CE-mails ¹ , Memorandos e Despachos)	308
Planejamento e Elaboração de Reuniões	05
Análise de Relatórios Mensais de Atividades das Prestadoras	24
Fiscalização em PAs ² sobre os serviços prestados	11
Quantidade de PAs fiscalizados	34
Quantidade de Famílias visitadas durante as fiscalizações	272

Inspeção em Núcleos Operacionais (NOp) das Prestadoras	11
Quantidade de NOps inspecionados	08
Quantidade de inspeções em NOps	24

Observação: ¹ CE-mails = Comunicados por E-mail; ² PAs = projetos de assentamento.

Nota: * O PDA pago foi o do PA Zé Pureza (Conceição de Macabu/RJ). De todos os PDAs/PRA's contratados pelo INCRA-RJ, quatro PDAs, a saber: os dos PAs Francisoo Julião, Dandara dos Palmares, Paz na Terra e Chico Mendes, não foram aprovados.

Resultados Alcançados pelas Prestadoras de ATES contratadas com o INCRA-RJ

No **Quadro IV** tem-se o quantitativo geral das atividades executadas pelas duas Prestadoras durante a vigência do contrato entre 23/12/2011 a 22/12/2012, bem como o percentual alcançado entre o que fora programado no projeto técnico e o efetivamente computado pela equipe de ATES/INCRA-RJ quando da análise dos relatórios mensais entregues pelas Prestadoras.

Quadro IV. Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/11 a 22/12/12.

Prestadora	Quantidade Total de Atividades Realizadas ¹			Atividades Computadas/Atividades Programadas x 100
	Programadas ²	Realizadas ²	Computadas ²	
CEDRO	6.248	6.146	5.931	94,92%
COOPERAR	2.495	2.706	2.281	91,42%
Total geral	8.743	8.852	8.212	93,92%

Fonte: Equipe de ATES/INCRA-RJ, 2012.

Nota: ¹ Os dados apresentados no quadro referem-se ao cômputo geral de todas as atividades realizadas pelas Prestadoras no período dado, independente da classificação adotada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a qual ordena as atividades em seis classes principais: visita técnica; reuniões internas; reuniões externas; atividades coletivas de capacitação; projetos elaborados e protocolados; atividades de escritório e outras atividades.

² Define-se como atividades programadas aquelas que foram planejadas nos projetos técnicos das Prestadoras como passíveis de serem executadas durante o contrato; Atividades Realizadas são aquelas que foram registradas nos relatórios mensais das Prestadoras; e Atividades Computadas aquelas efetivamente comprovadas e contabilizadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ como feitas, após a análise dos relatórios mensais.

A **Figura 01** abaixo apresenta os valores absolutos das quantidades de atividades computadas por classe de atividade.

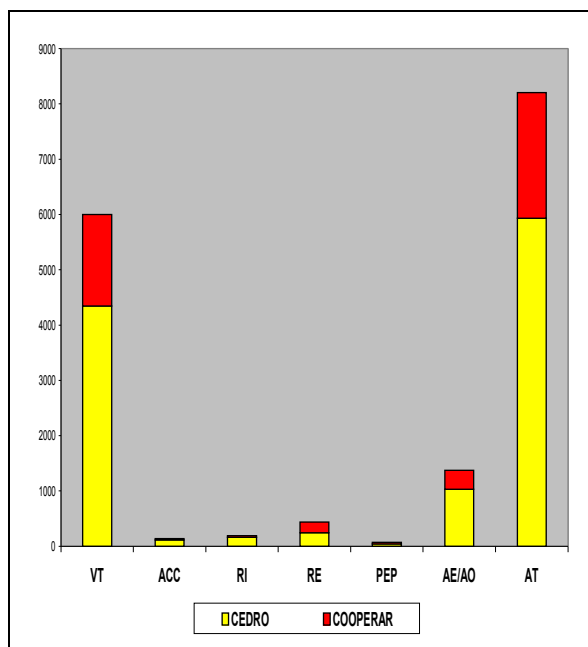


Figura 01. Nota: VT = visita técnica; ACC = atividade coletiva de capacitação; RI = reunião interna; RE = reunião externa; PEP = projetos elaborados e protocolados; AE/AO = atividades de escritório e outras atividades; AT (atividades totais) = $\square(VT+ACC+RI+RE+PEP+AE/AO)$.

Fazendo-se o quociente entre a quantidade total de atividades computadas e o total de técnicos lotados em cada Prestadora, obtemos uma medida de desempenho: a quantidade de atividades efetivamente realizadas (computadas) por cada técnico. Sendo assim, na **Figura 02** abaixo tem-se o gráfico que apresenta a referida mensuração para cada Cooperativa contratada.

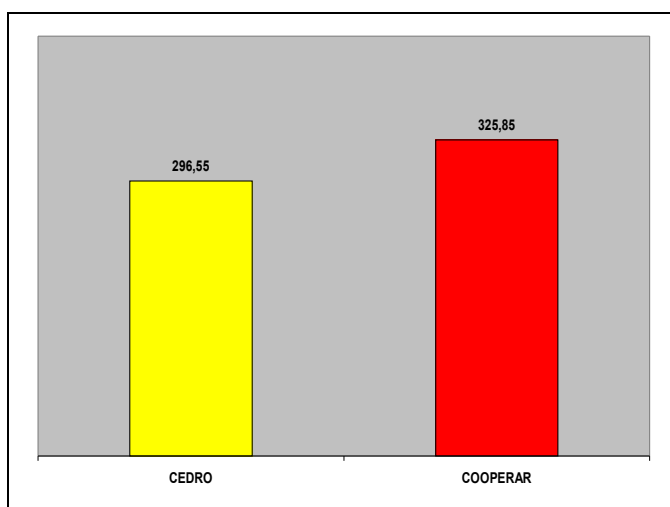


Figura 02. Quantidade Média de Atividades por Técnico da Prestadora (2012).

A partir das visitas de fiscalização realizadas pela equipe de ATES/INCRA-RJ em trinta e quatro projetos de assentamento (PA), em que foram visitadas 272 (duzentas e setenta e duas) famílias assentadas e coletadas informações a respeito de várias características da assistência técnica prestada pelas Cooperativas, tem-se no **Quadro V** abaixo a satisfação dos assentados com relação aos serviços prestados. Com isso, vê-se por este quadro que a satisfação média dos assentados com as duas Prestadoras de ATES está em torno de 80%.

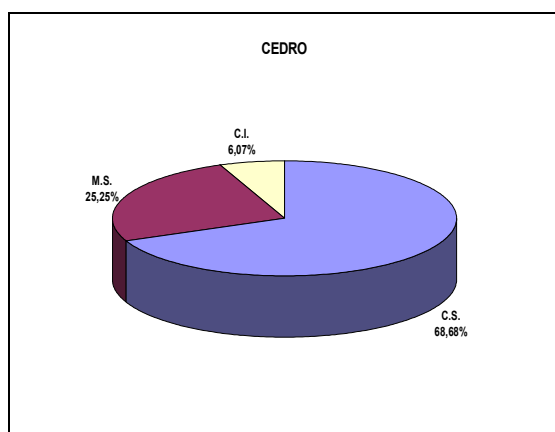
Quadro V. Frequência dos assentados e graus de satisfação com os serviços prestados pelas Cooperativas (2012).

Prestadora	Frequência de assentados por grau de satisfação			Total	Satisfação Média (%) ¹
	Completamente Satisfeitos	Medianamente Satisfeitos	Completamente Insatisfeitos		
CEDRO	136	50	12	198	81,31%
COOPERAR	50	17	07	74	79,05%
Total	186	67	19	272	80,69%

Observação: C.S. – completamente satisfeito com o trabalho da Prestadora; M.S. – medianamente satisfeito; e C.I. – completamente insatisfeito. ¹ A satisfação média é medida pela média ponderada a partir da distribuição de frequências dos assentados em cada classe de satisfação, considerando um peso de 100%, para a classe completamente satisfeitos, de 50% para a classe medianamente satisfeitos, e 0% para a classe completamente insatisfeitos. No caso da CEDRO, n = 138, e para a COOPERAR, n = 54. A seguinte fórmula foi utilizada para o cálculo da satisfação média dos assentados com a Prestadora:

Satisfação média = $(f_{C.S.} \times 100\% + f_{M.S.} \times 50\%) / n$ Onde: $f_{C.S.}$ – frequência de assentados que apresentaram completa satisfação; $f_{M.S.}$ – frequência de assentados com mediana satisfação; e n o tamanho da amostra.

A **Figura 03** abaixo ilustra os dados apresentados no **Quadro V**.



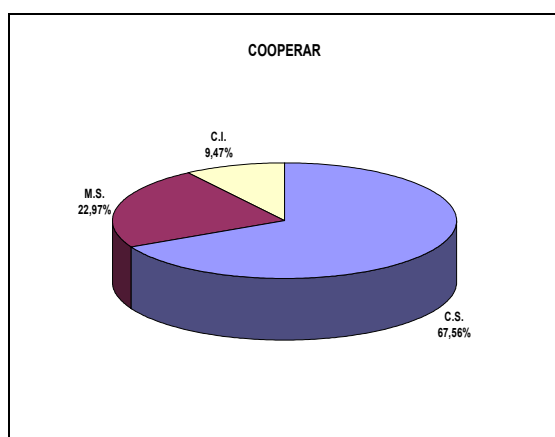


Figura 03. Classe de Satisfação e frequência relativa por Prestadora (2012).

A equipe de ATES/INCRA-RJ enfrentou problemas para a execução de algumas de suas atividades, notadamente as que se processam no campo. Entre os meses de maio a setembro, não foram realizadas visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe de ATES/INCRA-RJ aos projetos de assentamento em função da necessidade de conclusão das análises dos PDAs e PRAs entregues pelas Prestadoras em 2010. Além disso, o período de quase três meses de greve atrapalhou as atividades normais, notadamente as de campo.

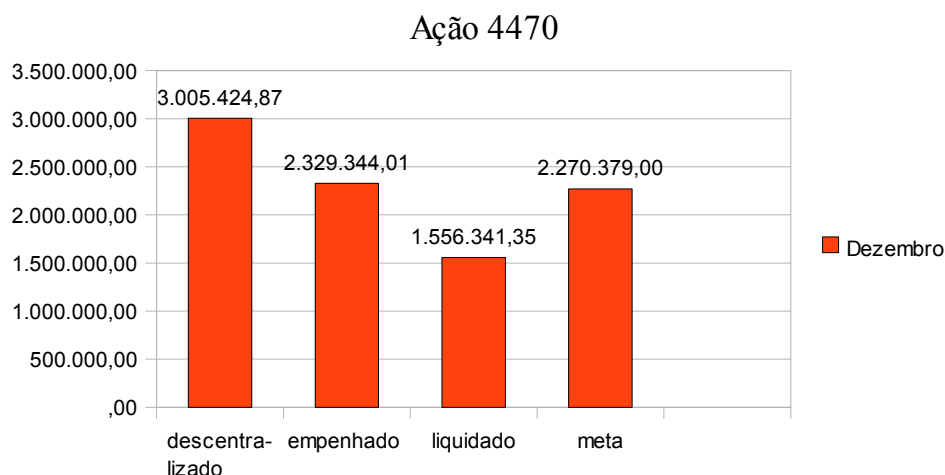
Entretanto, com a composição de uma nova subequipe de ATES, para atuar exclusivamente na fiscalização de campo, foi possível se obter considerável avanço nessa atividade em relação ao ano anterior. Em 2011, foram visitadas apenas 193 famílias contra 272 famílias em 2012, um incremento, portanto, de quase 41% em relação a 2011. Mesmo assim, esse valor se encontra bem aquém do quantitativo necessário, que oscila em torno de 600 famílias por ano a serem amostradas.

Outros fatores que influenciaram negativamente no cumprimento da atividade de fiscalização e acompanhamento dos serviços de ATES nos Projetos de Assentamentos e Núcleos Operacionais foram os mesmos observados ao longo do ano de 2010, tais como: constantes ajustes no planejamento operacional da Equipe de ATES/INCRA-RJ; sobrecarga e acúmulo de demandas da Equipe; necessidade de auxílio de alguns asseguradores da Equipe de ATES a outros setores da SR(07)/RJ. Desta forma, não foi possível a total efetivação da fiscalização nos projetos de assentamento durante todos os meses de 2012. Estima-se que foi realizada apenas 46% (11 de 24 viagens de fiscalização) dessa atividade.

Pelos mesmos motivos, considera-se que, dos nove Núcleos Operacionais (NOp) das Prestadoras, foram inspecionados oito (88,8%), sendo até o momento o nono NOp representado pela Sede da Cooperativa CEDRO, ainda não visitado. Entretanto, foram realizadas 24 (vinte e quatro) visitas de inspeção em NOp, perfazendo uma média de 3 inspeções por NOp. Um dos principais problemas ainda enfrentados, não somente pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, mas por praticamente todos os setores da SR(07)/RJ, é a incongruência das informações relativas às Relações de Beneficiários (RB) constantes no SIPRA, em relação à realidade encontrada naqueles PAs que vêm

sendo atendidos pelas Prestadoras, o que envolve aproximadamente 15% do total de beneficiários cadastrados.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 4470 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 77,50%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela, ficando em torno da meta estipulada. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 40.432,54;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 6.300,00;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 1.525,91;
- 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica – R\$ 2.281.085,56

Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

Identificação da Ação					
Código	4448				
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural				
Iniciativa	01CB				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

0		0		0		0		0		0	
Metas do Exercício Para a Ação											
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)						
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada					
1	Agente Formado	Agente	0	0	0	0					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Agente Formado**	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

A SR-07/RJ não teve meta a ser cumprida quanto à formação e capacitação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

4.14 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Identificação da Ação						
Código	0859					
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 2.633.748,71	R\$2.633.748,71	0	0	R\$ 2.633.748,71	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	723	0	R\$ 864.000,00	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		(exercícios anteriores)				
1	Área Indenizada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A Ação 0859 – vinculada ao Programa 2034 – tem por finalidade indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Para que o INCRA atinja a finalidade desta ação, a autarquia procede ao pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos. Assim, a ação 0859 refere-se a todas as medidas necessárias para execução da Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

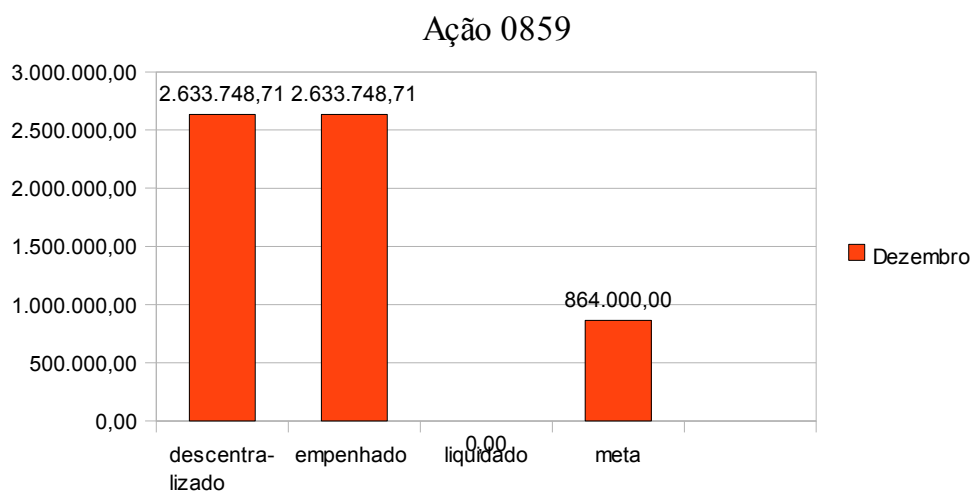
As ações técnicas foram executadas a contento: foram realizadas 13 avaliações de imóveis rurais inseridos no território quilombola de Santana, além da extensa cadeia dominial que foi levada a cabo pelo serviço de regularização quilombola da Superintendência Regional. Houve, ainda, o apoio e a tomada de atitudes da Procuradoria Regional Especializada para ajuizamento das ações dentro dos prazos estabelecidos.

Contudo, o Juiz que arbitra sobre a questão resolveu suspender a ação de desapropriação, pelo prazo de um ano, até que seja julgada pelo Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto 4.887/2003, que regulamenta a titulação dos territórios quilombolas.

Esta é uma situação objetiva, que ressalta a contradição do planejamento que atrela a meta institucional de um órgão quando este depende de outros órgãos (e poderes) para concretização de suas ações. Assim, apesar da previsão de indenização de 723 hectares da comunidade de Santana para posterior desintrusão dos moradores não quilombolas, o INCRA sofreu a externalidade da ação do Judiciário, que impediu que fosse feito o devido pagamento.

Desta feita, os recursos previstos foram devidamente descentralizados e empenhados, mas não foi possível proceder à liquidação e efetramento do pagamento da indenização.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da Ação 0859 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 100%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos no seguinte elemento de despesa:

- 459061 – Aquisição de Imóveis – R\$ 2.633.748,71.

Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 44.970,00	R\$ 40.770,00	R\$ 40.347,45	R\$ 11.474,28	R\$ 422,55	R\$ 38.431,48	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	132	0	R\$ 52.970,00	R\$ 40.347,45

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida*	0	R\$ 741,52	- R\$ 11.474,28	0	R\$ 741,52

A Ação 20T1 – vinculada ao Programa 2034 – tem por finalidade regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

E para que o INCRA alcance o resultado da ação, ele realiza as seguintes atividades: elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; publicação de Portaria de Reconhecimento do Território; emissão de Decreto de desapropriação; vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; encaminhamento dos não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território .

Assim, embora Ação 20T1 refira-se ao Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, se subdividirmos cada uma destas fases, veremos sinteticamente que:

- a) Em termos práticos, o Reconhecimento é uma fase que exige a elaboração de Relatórios Técnicos; a publicação dos atos e a análise técnica e jurídica das ações contestatórias em duas instâncias (na Superintendência Regional e na Sede, em Brasília);
- b) A Delimitação exige apenas a confecção da planta nos rigores legais da Lei 102667/2001;
- c) Por fim, a desintrusão exige ações de elaboração de cadeia dominial de cada imóvel sobreposto, avaliações dos mesmos imóveis e de ação judicial.

Desta divisão de fases, podemos facilmente observar que existe uma contradição entre as possibilidades de alocação de recursos em contraposição à sua meta, que se refere apenas à área reconhecida.

Assim, o ano de 2012 foi marcado pela alta necessidade de trabalhos técnicos na fase de desintrusão (avaliação de imóveis), local onde provavelmente foram alocados a maioria dos recursos pagos (R\$ 40.347,45).

Não obstante este pequeno descompasso de definições legais, ainda esbarramos em um outro absurdo de forma, pois, para que o reconhecimento seja efetivamente realizado, necessitamos da análise jurídica das contestações, que é realizada pela Procuradoria Jurídica Especializada, a qual, por sua vez, é um órgão vinculado à Advocacia Geral da União.

Em miúdos, a SR-07/RJ necessita que outro órgão execute parte da atribuição dada ao INCRA. A problemática deste fato é que normalmente outros órgão têm outras prioridades ou metas a serem alcançadas, as quais nem sempre correspondem às necessidades instituídas pelo Ministério do Planejamento a este órgão. Isto acaba por levar o INCRA a um descompasso entre ações. Assim,

atuamente há 3 (três) áreas quilombolas necessitando de pareceres jurídicos que não avançaram devido à falta de pessoal disponível na Procuradoria Jurídica.

Há de se alertar que estes três processos facilmente fariam com que a SR-07/RJ tivesse alcançado a meta; porém, não há pessoal suficiente para analisar as contestações e dar conta de todas as outras demandas jurídicas que lhe são impostas.

Segue o quadro da situação no exercício de 2012 de todos os processos quilombolas da SR-07/RJ:

		<i>italico = estimado</i>		54.180	R T I D										Contestação									
Quilombo	Município	Famílias	Ha	Processo	Palm	Not.1	R.Ant	R.Agr	Cad.F	Plant	P.Tec	P.Jur	Edital	Not.2	C.Tec.	C.Jur.	Recur	Port	Dec	Cade	Aval	Ajuiz	Estat	Título
PROCESSOS EM ANDAMENTO																								
1	Preto Forro	Cabo Frio	12	90	001270/2004-28	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	#	#	ok	ok	#	ok	#	ok	ok
2	Santana	Quatis	28	722	001113/2004-12	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok				ok	
3	S. José da Serra	Valença	31	476	001592/2005-58	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	#	ok	ok	ok	ok	ok	ok	
4	Marambaia	Mangaratiba	281	1600	000945/2006-83	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok											ok	
5	Sacopã	Rio de Janeiro	13	0,64	000712/2005-08	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok							ok	
6	Rasa	Búzios	650	1600	001112/2004-78	ok		ok																
7	Caveira	S P da Aldeia	162	223	001482/2004-13	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok									ok	
8	Bracuí	Angra dos Reis	121	650	000971/2006-10	ok		ok		ok														
9	Pedra do Sal	Rio de Janeiro	25	0,35	001957/2005-44	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok										
10	Sobara	Aranuama	30	15	001502/2006-18	ok	ok	ok	ok	ok	ok													
11	Cabral	Paraty	50	513	000973/2006-09	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	#							
12	São Benedito	São Fidélis	60	2953	001554/2006-86	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok									
13	Alto da Serra	Rio Claro	20	327	000972/2006-56	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok										
14	Cruzeirinho	Natividade	37	0,5	000993/2007-52	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok												
15	S. José Pinheiro	Pinheiral	30	5	001416/2009-40			ok																
16	Botafogo	Cabo Frio	35	100	000515/2007-42	ok	#	ok	ok	ok														
17	Maria Joaquina	Cabo Frio				ok	ok																	
18	Maria Romana	Cabo Frio			001440/2011-01	ok																		
19	Deserto Feliz	SF Itabapoana	60	341	000466/2007-48			ok																

Legendas (# = não se aplica)

Ajuiz = Ação de desapropriação

Aval = Avaliação dos imóveis

Cad.F = Cadastro de Famílias

Cade = Cadeia Dominial

C.Tec. = Contestações respondidas Técnicas

C.Jur. = Contestações respondidas Jurídicas

Dec = Decreto Presidencial

Desin = Desintrusão

Edital = Publicação do Edital

Estat = Estatuto da Associação

Not.1 = Primeira Notificação

Not.2 = Segunda Notificação

Palm = Certificação Palmares

P.Tec = Parecer Técnico

P.Jur = Parecer Jurídico

Plant = Plantas

Port = Portaria

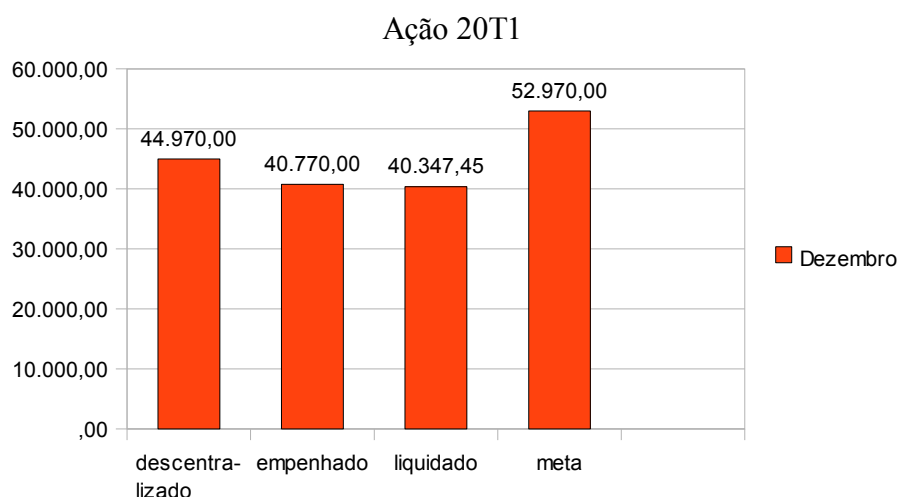
R.Ant = Relatório Antropológico

R.Agr = Relatório Agro-Ambiental

Recur = Recursos Respondidos

Fonte: Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR-07/RJ

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 20T1 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 90,66%, demonstrando que os gastos com a ação foram bem utilizados para o exercício em tela. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos no seguinte elemento de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 27.820,00;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 11.950,00;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 1.000,00.

4.14.1 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 3.841.821,54	R\$ 3.716.174,78	R\$ 3.501.407,95	R\$ 26.925,94	R\$ 214.766,83	R\$ 2.926.784,78

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

O Programa 2120 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário engloba as seguintes ações: Ação 2000 – Administração da Unidade, Ação 2103 - Formulação

e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário, e 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, cujas análises críticas das metas encontram-se logo abaixo.

Da execução do Programa, podemos verificar que, dos recursos recebidos, 96,73% foram empenhados, 91,14% foram liquidados e 76,18% foram efetivamente pagos, demonstrando um desempenho satisfatório do gerenciamento do programa.

4.14.2 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 2.948.496,87	R\$ 2.945.297,99	R\$ 2.909.707,84	R\$ 26.925,94	R\$ 35.590,15	R\$ 2.733.691,54	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	R\$ 2.810.253,00	R\$ 2.909.707,84

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

A Ação 2000 – Administração da Unidade – vinculada ao Programa 2120 – tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

A Ação 2000 se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não pode, ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Assim, quando essas despesas não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Tais despesas compreendem: serviços administrativos;

pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

A Divisão de Administração tem como objetivo e responsabilidade as seguintes atividades, além das descritas acima: coordenar, supervisionar e solucionar pendências administrativas, no que diz respeito a ações que envolvem recursos humanos, contabilidade, orçamento e finanças, especialmente os contratos administrativos, quanto a sua formalização, prorrogações de vigência contratual e repactuações. E, no exercício de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Acompanhamento dos trabalhos relativos à formalização da licitação para reforma e restauração da Sede do INCRA - SR/07 - RJ localizado na Rua Santo Amaro, 28 – Glória – RJ, em fase de análise pela Direção da Autarquia com vistas à liberação dos recursos orçamentários e financeiros para deflagração do certame licitatório;
- b) Conclusão de pendências administrativas de exercícios anteriores;
- c) Procedimentos administrativos relativos à doação de bens móveis inservíveis de propriedade da autarquia às prefeituras dos municípios de Carapebus e Cachoeiras de Macacu;
- d) Realização de vários pregões eletrônicos visando atender às demandas requeridas pelas unidades organizacionais da regional;
- e) Controlar todos os contratos administrativos continuados, procedendo à prorrogação, ajustes, etc, de modo a atender à demanda no âmbito da Superintendência Regional - SR/07–RJ;
- f) Processamento de aproximadamente 2.900 (dois mil e novecentos) diárias/ano, que representa o montante de R\$ 522.514,27 (quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e sete centavos) creditadas e liquidadas;
- g) Renovação da frota de veículos da SR/07 – RJ em 08 (oito) viaturas oficiais, sendo 05 (cinco) veículos médios e 03 (três) tracionados;

h) Procedimentos administrativos e financeiros, no montante de 121 empenhos emitidos, perfazendo um total de R\$ 70.498,73 (setenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos) em requisições de suprimentos de fundos.

PROBLEMAS NA EXECUÇÃO DA META

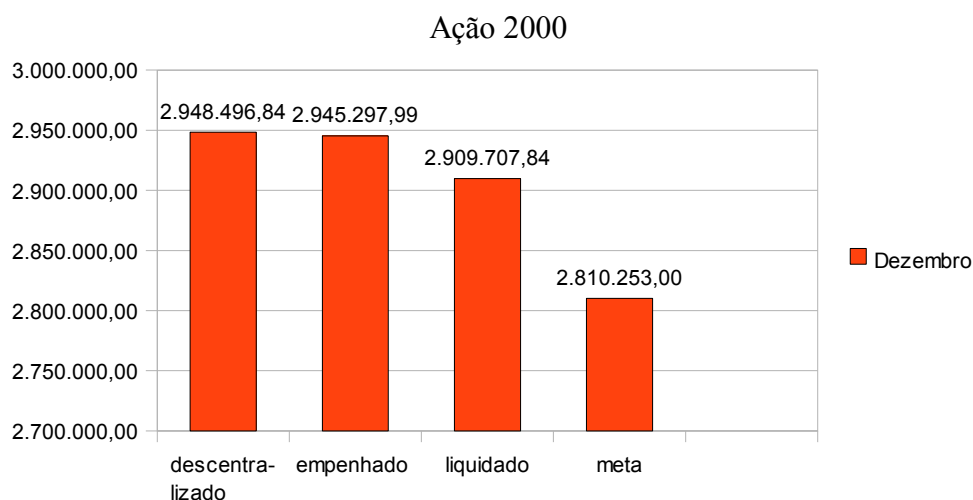
- a) Reduzido número de recursos humanos qualificados para atender a todos os segmentos da administração;
- b) Falta de treinamento (sistêmico e de instrução processual) para servidores da administração;
- c) Solicitação emergencial de viaturas em número elevado;
- d) Baixo controle e planejamento deficitário por parte das áreas finalísticas na requisição de: veículos oficiais; motorista; combustível e a devida comprovação de abastecimento; passagem aérea; pedido e prestação de contas de diárias. O que compromete o planejamento das ações de responsabilidade da Divisão de Administração e até mesmo da Superintendência Regional.

CONCLUSÃO:

Apesar de todas essas dificuldades e entraves, conseguiu-se executar todas as demandas. O percentual de não atendimento de solicitação de viatura, por exemplo, é insignificante, ou seja, quase sua totalidade foi atendida. O que não se pôde atender, não trouxe nenhum impacto para as atividades da Superintendência.

Segundo levantamento das diárias pagas, a maioria foi para atender a atividades de campo das áreas finalísticas que visam ao atingimento das metas estabelecidas para o ano de 2012. Algumas das metas foram atingidas e, com certeza, a Administração foi fundamental nessa conquista, contribuindo, assim, com a logística necessária para o bom desempenho das áreas finalísticas da SR/07 - RJ.

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 2000 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 99,89%, demonstrando que os gastos com a ação foram muito bem utilizados para o exercício em tela. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 10.512,98;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 28.187,55;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 2.853,81;
- 339037 – Locação de mão de obra – R\$ 1.044,146,90;
- 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.715.704,63;
- 339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 43.200,00;
- 339092 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 61.921,04;
- 339139 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Op. Intra-orc – R\$ 26.771,08;
- 449052 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 12.000,00

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação			
Código	4572		
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Unidade Responsável	INCRA		
Unidade Orçamentária	22201		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 24.533,30		R\$ 24.460,04	R\$ 24.437,28	0	R\$ 22,76	R\$ 23.247,30
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			19	46	R\$ 15.317,00	R\$ 24.437,28

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – ligada ao Programa 2120 – tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Para atingir tal finalidade, a SR-07/RJ deve prover treinamento, qualificação e requalificação de seus servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

A SR-07/RJ, no ano de 2012, teve 46 eventos de capacitação, superando assim, a meta física estipulada por Brasília, que foi de 19 servidores.

Um dos problemas enfrentados no processo de capacitação foi a redução de recursos financeiros e orçamentários por parte da sede/Brasília. Em instituição privada, foram realizados 10,87% dos cursos; o restante, em instituição pública e na sede/DF, o que facilitou o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

No exercício de 2012, as capacitações realizadas na modalidade de ensino à distância foram de 10,87%, podendo ser melhor estimuladas no próximo exercício. Dentre os ocupantes de DAS e FG (função gratificada), teve-se o percentual de 52,2% do total dos eventos, ressaltando melhor ênfase na capacitação dos gestores em relação ao exercício anterior. Em relação aos impactos da capacitação, ainda não existe um instrumento que possa melhor medir esses impactos, uma vez que não há um plano de capacitação vinculado ao planejamento estratégico da Regional.

Segue, abaixo, tabela com todas as capacitações realizadas no exercício de 2012.

NOME	CARGO	CURSO	ÁREA	FORMA DE CAPACITAÇÃO	PERÍODO DO CURSO	LOCAL	INSTITUIÇÃO PROMOTORA DO EVENTO
João Carlos Ferreira Marinho de Carvalho	Administrador/ Chefe da Divisão Administração	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede

		INCRA					
Paulo Cesar Paz de Mello	Agrônomo/Chefe D. Fundiária	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Gustavo Souto de Noronha	Economista Superintendente	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Sumami Rebonato Costalonga Nascimento	ARDA - Chefe D. Obtenção	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Pablo Alves de Souza Pontes	ARDA -Chefe D. Desenvolvimento	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Carlos Henrique Naegeli Gondim	Procurador-Chefe	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Leandro Pires Conti Guimarães	Geógrafo Chefe Substituto	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade	Orientador de Projetos	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	Planejamento	Presencial	De 06 a 10/02/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Sumami Rebonato Costalonga	Analista em Reforma e Desenvolvimento	I Seminário Nacional sobre Práticas Agro	Habitação, Saneamento, Urbanismo e	Presencial	De 27 a 29/02/2012	Brasília/DF	DT/DD

Nascimento	Agrário	ecológicas em Assentamentos de Reforma Agrária	Trânsito				
Newson Reis Monteiro	Chefe D. Desenvolvimento	I Seminário Nacional sobre Práticas Agro ecológicas em Assentamentos de Reforma Agrária	Habitação, Saneamento, Urbanismo e Trânsito	Presencial	De 27 a 29/02/2012	Brasília/DF	DT/DD
Newson Reis Monteiro	Chefe D. Desenvolvimento	Conferência Temática de ATER para a Reforma Agrária e Agroecologia	TRABALHO	Presencial	*	Brasília/DF	DD
Monica Cavalcanti Lepri	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Conferência Temática de ATER para a Reforma Agrária e Agroecologia	TRABALHO	Presencial	*	BRASILIA /DF	DD
Marcelo dos Santos Alves	Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	CURSO NOVO SIAFI - WEB	Informática - Sistemas Informatizados do Governo Federal	Presencial	De 21 a 22/03/2012	Brasília/DF	DAF
Ludmila Viegas Lourenço Ferreira	Analista Administrativo	Curso Novo SIAFI -CPR Via WEB	Informática/Sistemas do governo	Presencial	12 e 13/03/2012	Brasília/DF	INCRA/Sede
Thiago Cosme C. da Silveira	Contador	Oficina de Prestação de contas Anuais	Prestação de Contas/Relatório de gestão Presencial	Presencial	15/03/2012	Rio de Janeiro CGU	CGU

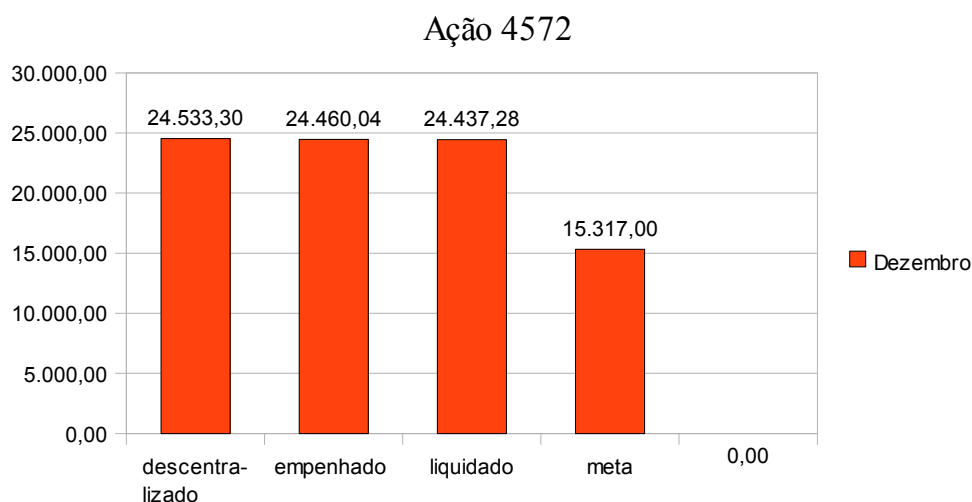
Juliana Lemos Hermont	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Oficina de Prestação de contas Anuais	Prestação de Contas/Relatório de gestão Presencial	Presencial	15/03/2012	Rio de Janeiro	CGU
Asélio Vieira Passos	Engenheiro Agrônomo	Oficina de Prestação de contas Anuais	Prestação de Contas/Relatório de gestão Presencial	Presencial	15/03/2012	Rio de Janeiro	CGU
Rodrigo Giannini	Engenheiro Agrônomo	Oficina de Prestação de contas Anuais	Prestação de Contas/Relatório de gestão Presencial	Presencial	15/03/2012	Rio de Janeiro	CGU
José Alves Pereira	Assistente Administração	7º Congresso Brasileiro de Pregoeiro	Licitação	Presencial	De 19 a 22/03/2012	Foz do Iguaçu/PR	NP EVENTOS E SERVIÇOS
José Alves Pereira	Assistente Administração	Oficina de Contratos Administrativos	Licitação	Presencial	20/03/2012	Foz do Iguaçu/PR	NP EVENTOS E SERVIÇOS
José Alves Pereira	Assistente Administração	Oficina de Sistema de Registro de Preços -SRP	Licitação	Presencial	22/03/2012	Foz do Iguaçu/PR	NP EVENTOS E SERVIÇOS
José Alves Pereira	Assistente Administração	Oficina de Contratação de Manutenção de veículos e Combustível	Licitação	Presencial	21/02/2012	Foz do Iguaçu/PR	NP EVENTOS E SERVIÇOS
Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade	Orientador de Projetos	Curso de Planejamento Estratégico Participativo	Planejamento	Presencial	De 09 a 13/04/12	Fortaleza	INCRA/Sede
Elza de Oliveira	Chefe do Serviço Finanças	Liderança e Gerenciamento	Desenvolvimento Gerencial	Presencial	De 26 a 27/04/12	Rio de Janeiro/RJ	ENAP/INPI

Adriana Chaves Ferrer Azevedo	Assistente de Administração	Atendimento ao Cidadão	Gestão de pessoas	à distância	De 17/04 a 07/05/12	EAD	ENAP
Suzana Marcia Gutierrez Cavalcanti	Administrador	Atendimento ao Cidadão	Gestão de pessoas	à distância	De 17/04 a 07/05/12	EAD	ENAP
Almir José Dias	Assistente de Administração	Atendimento ao Cidadão	Gestão de pessoas	à distância	De 17/04 a 07/05/12	EAD	ENAP
Solange Ribeiro da Silva Pinheiro	Assistente Social	Gestão por Competência	Gestão de pessoas	Presencial	De 28 a 30/05/2012	Rio de Janeiro	ENAP/INPI
Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade	Orientador de Projetos	Gestão por Competência	Gestão de pessoas	Presencial	De 28 a 30/05/2012	Rio de Janeiro	ENAP/INPI
Leandro Pires Conti Guimarães	Geógrafo Chefe Substituto	Elaboração de Editais para aquisição no setor publico	Licitação	Presencial	De 05 a 11/05/2012	Rio de Janeiro	ENAP/INPI
Solange Ribeiro da Silva Pinheiro	Assistente Social	Elaboração de plano de capacitação	Gestão de pessoas	Presencial	De 28 a 30/05/2012	Rio de Janeiro	ENAP/INPI
Leandro Pires Conti Guimarães	Geógrafo - Chefe Substituto	IX Semana de Administração Orçamentaria, financeira e de Contratações Publicas	Economia, Orcamento e finanças	Presencial	De 16 a 20/07/2012	Rio de Janeiro	ESAF
Ludmila Viegas Lourenço Ferreira	Analista Administrativo	IX Semana de Administração Orçamentaria, financeira e de Contratações Publicas	Economia, Orcamento e finanças	Presencial	De 16 a 20/07/2012	Rio de Janeiro	ESAF
Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade	Orientador de Projetos	IX Semana de Administração Orçamentaria, financeira e de	Economia, Orcamento e finanças	Presencial	De 16 a 20/07/2012	Rio de Janeiro	ESAF

		Contratações Publicas					
Alexandre Menezes	Engenheiro Agrônomo	IX Semana de Administração Orçamentaria, financeira e de Contratações Publicas	Economia, Orçamento e finanças	Presencial	De 16 a 20/07/2012	Rio de Janeiro	ESAF
Thiago Cosme C. da Silveira	Contador	IX Semana de Administração Orçamentaria, financeira e de Contratações Publicas	Economia, Orçamento e finanças	Presencial	De 16 a 20/07/2012	Rio de Janeiro	ESAF
Leandro Pires Conti Guimarães	Geógrafo Superintendente Substituto	Fórum Latino Americano Geoespacial 2012	Ciência e Tecnologia	Presencial	De 15 a 17/07/2012	Rio de Janeiro	
Thiago Cosme C. da Silveira	Contador	NOVO SIAFI - CPR VIA WEB	Informática/Siste mas do governo	Presencial	29 e 30/10/2012	Rio de Janeiro	ONE CURSOS
Solange Ribeiro da Silva Pinheiro	Assistente Social	Encontros de Dirigentes de RH -AFD	Informática/Siste mas do governo	Presencial	01/10/2012	Rio de Janeiro	SEGEP
José Alves Pereira	Assistente Administração	Encontros de Dirigentes de RH -AFD	Informática/Siste mas do governo	Presencial	01/10/2012	Rio de Janeiro	SEGEP
Solange Ribeiro da Silva Pinheiro	Assistente Social	Capacitação e estímulo à realização dos Exames medicos periodicos	Saúde	Presencial	De 26 a 28/11/2012	Rio de Janeiro	ENAP
Asélio Vieira Passos	Engenheiro Agrônomo	Orçamento Publico: Elaboração e execução	Orçamentária	à distância	De 30/10 a 26/11/2012	Rio de Janeiro	ENAP

Leandro Pires Conti Guimarães	Geógrafo Chefe Substituto	2º Curso moderado à distância “diretrizes para cadastro territorial multifinalitário”	Ordenamento Fundiário	à distância	De 26/09/12 a 30/11/2012	Rio de Janeiro	ENAP
Rovena Vasconcellos Louzada	Engenheiro Agrônomo	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com ferramenta Quantum-Gis.	Informática - Software livre	Presencial	De 03 a 07/12	Florianópolis/SC	INCRA/Sede
Sumami Rebonato Costalonga Nascimento	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com ferramenta Quantum-Gis	Informática - Software livre	Presencial	De 03 a 07/12	Florianópolis/SC	INCRA/Sede
Miguel Pedro Alves Cardoso	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Capacitação na elaboração de mapas temáticos com ferramenta Quantum-Gis	Informática - Software livre	Presencial	De 03 a 07/12	Florianópolis/SC	INCRA/Sede

Segue abaixo o desempenho orçamentário da ação 2000 ao findar o exercício de 2012, conforme dados extraídos do SIAFI.



Percebe-se que, dos recursos descentralizados, foram empenhados 99,70%, demonstrando que os gastos com a ação foram muito bem utilizados para o exercício em tela, embora a meta prevista tenha sido subestimada. Ressalte-se que os recursos desses empenhos foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 8.037,04;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 7.159,50;
- 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 8.263,50;
- 339139 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Op. Intra-orc – R\$ 1.000,00;

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 868.791,37	R\$ 746.416,75	R\$ 567.262,83	0	R\$ 179.153,92	R\$ 169.845,94	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação 2103 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário vinculada ao Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem sua característica similar à Ação 2000, cujas metas estão esculpidas nos quadros A.4.5 e A.4.6.1, e podemos salientar que, na medida do possível, seus resultados foram alcançados e com impacto significativo no âmbito da Superintendência Regional – SR/07 – RJ.

No que diz respeito ao reflexo dos restos a pagar, salientamos que, em sua maioria, estão diretamente relacionados com as despesas provenientes dos contratos de despesas fixas, repactuação de contratos administrativos e despesas não liquidadas no exercício de 2012.

Os recursos da Ação 2103 que foram empenhados, foram gastos nos seguintes elementos de despesa:

- 339014 – Diárias – R\$ 49.021,54;
- 339030 – Material de consumo – R\$ 38.518,00;
- 339033 – Passagens e despesas com locomoção – R\$ 15.100,00;
- 339037 – Locação de mão de obra – R\$ 230.763,24;
- 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 384.192,87;
- 339139 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Op. Intra-orc – R\$ 28.821,13.

4.15 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.15.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ⁵

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
*****	*****	*****
*****	*****	*****

Esta UJ não é UO.

4.15.2 Programação de Despesas

4.15.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes⁶

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		*****	*****	*****	*****	*****	*****
	PLOA		*****	*****	*****	*****	*****	*****
	LOA		*****	*****	*****	*****	*****	*****
CRÉDITOS	Suplementares		*****	*****	*****	*****	*****	*****
	Especiais	Abertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
		Reabertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	Extraordinários	Abertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
		Reabertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	Créditos Cancelados		*****	*****	*****	*****	*****	*****
Outras Operações			*****	*****	*****	*****	*****	*****
Total			*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte:

⁵ - Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

⁶ - Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.15.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital⁷

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital								
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2012		2011		2012		2011		2012		2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
	PLOA		*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
	LOA		*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
CRÉDITOS	Suplementares		*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
	Especiais	Abertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
		Reabertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
	Extraordinários	Abertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
		Reabertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
	Créditos Cancelados		*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
Outras Operações			*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	
Total			*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	

Fonte:

4.15.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência⁸

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		*****	*****	*****	*****	*****	*****
	PLOA		*****	*****	*****	*****	*****	*****
	LOA		*****	*****	*****	*****	*****	*****
CRÉDITOS	Suplementares		*****	*****	*****	*****	*****	*****
	Especiais	Abertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
		Reabertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	Extraordinários	Abertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
		Reabertos	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	Créditos Cancelados		*****	*****	*****	*****	*****	*****
Outras Operações			*****	*****	*****	*****	*****	*****

⁷ - Não se aplica à natureza jurídica da UJ

⁸ - Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Total	*****	*****	*****	*****	*****	*****
--------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte:

4.15.2.4 Análise Crítica

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.15.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes				
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos/ Recebidos	373001	373062	09272008901810001	R\$ 104.742,17	R\$-	R\$-		
		373001	373062	21121212021030001	R\$-	R\$-	R\$ 868.791,37		
		373001	373062	21122212020000001	R\$-	R\$-	R\$ 2.936.496,87		
		373001	373062	21125206621050001	R\$-	R\$-	R\$ 50.200,50		
		373001	373062	21127203420T10001	R\$-	R\$-	R\$ 44.970,00		
		373001	373062	21127206621100001	R\$-	R\$-	R\$ 16.989,93		
		373001	373062	21128212045720001	R\$-	R\$-	R\$ 24.533,30		
		373001	373062	21363206683700001	R\$-	R\$-	R\$ 37.970,00		
		373001	373062	21422202984020001	R\$-	R\$-	R\$ 19.765,84		
		373001	373062	21422206642840001	R\$-	R\$-	R\$ 3.455,45		
		373001	373062	21606201244700001	R\$-	R\$-	R\$ 3.005.424,87		
		373001	373062	2163120662B060001	R\$-	R\$-	R\$ 19.820,00		
		373001	373062	21631206620S70001	R\$-	R\$-	R\$ 127.689,63		
		373001	373062	21631206621090001	R\$-	R\$-	R\$ 40.862,40		
		373001	373062	21631206643040001	R\$-	R\$-	R\$ 11.443,00		
		373001	373062	21631206643580001	R\$-	R\$-	R\$ 18.277,73		
		373001	373062	21631206683740001	R\$-	R\$-	R\$ 9.203,00		
		373001	373062	21631206683840001	R\$-	R\$-	R\$ 30.537,00		
		Movimentação Externa		373001	373062	21631206683870001	R\$-	R\$-	R\$ 130.339,70
				373001	373062	21631206683960001	R\$-	R\$-	R\$ 37.218,50

		373001	373062	21631206683980001	R\$-	R\$-	R\$ 27.356,22
		373001	373062	21691206643200001	R\$-	R\$-	R\$ 87.852,38
		*****	*****	*****	R\$-	R\$-	R\$-
	Concedidos	*****	*****	*****	R\$-	R\$-	R\$-
	Recebidos	*****	*****	*****	R\$-	R\$-	R\$-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos Recebidos	373001	373062	21122212020000001	R\$ 12.000,00	R\$-	R\$-
		373001	373062	21422206642840001	R\$ 75.502,60	R\$-	R\$-
		373001	373062	21631206683960001	R\$ 1.279.824,00	R\$-	R\$-
		373001	373062	21691206643200001	R\$ 150.000,00	R\$-	R\$-
		373001	373062	21631203408590001	R\$-	R\$ 2.633.748,71	R\$-
		373001	373062	21631206604270001	R\$-	R\$ 8.285.546,00	R\$-
		373001	373062	21631206644600001	R\$-	R\$ 444.738,73	R\$-
		373001	373062	*****	R\$-	R\$-	R\$-
Movimentação Externa	Concedidos	*****	*****	*****	R\$-	R\$-	R\$-
	Recebidos	*****	*****	*****	R\$-	R\$-	R\$-

Fonte: SIAFI.

4.15.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.15.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.15.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos originários⁹

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	*****	*****	*****	*****
b) Tomada de Preços	*****	*****	*****	*****
c) Concorrência	*****	*****	*****	*****
d) Pregão	*****	*****	*****	*****
e) Concurso	*****	*****	*****	*****
f) Consulta	*****	*****	*****	*****
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	*****	*****	*****	*****
h) Inexigibilidade	*****	*****	*****	*****
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	*****	*****	*****	*****
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	*****	*****	*****	*****
k) Diárias	*****	*****	*****	*****
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	-	-	-	-

Fonte:

⁹ - Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.15.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários¹⁰

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Nome 1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011

¹⁰ - Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte:

4.15.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.15.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.962.170,77	4.121.475,84	2.726.216,37	2.803.772,39
a) Convite	*****	*****	*****	*****
b) Tomada de Preços	1.254.438,73	856.410,24	*****	425.981,36
c) Concorrência	2.272.185,56	1.617.352,40	1.499.182,90	984.746,09
d) Pregão	1.435.546,48	1.647.713,20	1.227.033,47	1.393.044,94
e) Concurso	*****	*****	*****	*****
f) Consulta	*****	*****	*****	*****
2. Contratações Diretas (g+h)	12.646.398,58	8.102.036,81	3.963.317,04	4.151.678,44
g) Dispensa	2.195.977,45	1.836.213,85	2.126.297,04	1.746.894,17
h) Inexigibilidade	238.055,31	215.996,21	226.104,03	172.346,81
3. Regime de Execução Especial	47.734,96	70.498,73	47.734,96	70.498,73
i) Suprimento de Fundos	47.734,96	70.498,73	47.734,96	70.498,73
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	473.938,88	525.353,80	461.504,01	525.353,80
j) Pagamento em Folha	*****	*****	*****	*****
k) Diárias	473.938,88	525.353,80	461.504,01	525.353,80
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	18.130.243,19	12.819.365,18	7.198.772,38	7.551.303,36

Fonte: SIAFI

4.15.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa (08)	104.742,17	135.468,10	104.742,17	135.468,10	*****	*****	104.742,17	135.468,10
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (14)	473.938,88	525.353,80	468.771,69	525.353,80	5.167,19	*****	461.504,01	525.353,80
2º elemento de despesa (30)	148.258,62	191.567,46	116.615,95	164.493,58	31.642,67	22.741,30	107.249,95	164.493,58
3º elemento de despesa (33)	55.982,12	27.440,01	48.362,74	27.440,01	7.022,76	*****	36.375,62	27.440,01
4º elemento de despesa (35)	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
5º elemento de despesa (36)	4.030,90	2.000,00	4.030,90	2.000,00	*****	*****	4.030,90	2.000,00
6º elemento de despesa (37)	1.274.910,14	1.395.933,41	1.182.453,90	1.156.618,59	92.456,24	102.048,61	994.922,68	1.156.618,59
7º elemento de despesa (39)	4.508.441,63	3.725.709,33	3.548.033,00	3.000.035,26	960.408,63	864.841,98	2.689.898,28	3.000.035,26
8º elemento de despesa (41)	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
9º elemento de despesa (47)	43.200,00	6.105,00	42.121,46	5.515,71	1.078,54	2.905,00	42.121,46	5.515,71
10º elemento de despesa (92)	61.921,04	7.159,70	61.921,04	7.159,70	*****	930,00	24.935,54	7.159,70
12º elemento de despesa (339093)	*****	35.180,48	*****	35.180,48	*****	*****	*****	35.180,48
13º elemento de despesa (339139)	56.592,21	21.253,00	56.516,36	5.345,12	75,85	49.446,24	27.695,23	5.345,12
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa (51)	1.404.438,73	856.410,24	*****	425.981,36	1.404.438,73	25.992,51	*****	425.981,36
2º elemento de despesa (52)	87.502,60	13.933,10	75.502,60	1.660,10	12.000,00	9.547,99	75.502,60	1.660,10
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa (61)	3.078.487,44	1.353.765,85	444.738,73	1.353.765,85	2.633.748,71	*****	444.738,73	1.353.765,85
2º elemento de despesa (66)	6.458.600,00	4.132.200,00	688.200,00	315.400,00	5.770.400,00	1.431.300,00	688.200,00	315.400,00
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI

4.15.4.2.3 Análise Crítica

Dos valores empenhados em 2012, 38% (trinta e oito por cento) foi liquidado no exercício e 62% (sessenta e dois por cento) foram inscritos em Restos a Pagar não processados. Sendo que 87% (oitenta e sete) por cento do liquidado foi pago no exercício de 2012. Dos inscritos em RP Não Processados, 90% (noventa por cento) compreendem as Despesas de Capital e Despesas com Inversões Financeiras.

Considerando os valores empenhados referente às despesas correntes, observa-se que houve um aumento de aproximadamente R\$ 689,00 (seiscentos e oitenta e nove) mil reais do exercício de 2011 para 2012. Cabe destacar que, dos valores empenhados no elemento 339039, o valor de R\$ 1.781.857,65 (um milhão setecentos e oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) refere-se à Locação do Imóvel onde funciona a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro e R\$ 2.272.185,56 (dois milhões duzentos e setenta e dois mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) refere-se ao Contrato de ATES, somando R\$ 4.296.969,68 (quatro milhões duzentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos) do total empenhado de R\$ 6.627.275,54 (seis milhões seiscentos e vinte e sete mil duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) em despesas correntes; assim, esses dois contratos representam 64% (sessenta e quatro por cento) do valor empenhado em despesas correntes no exercício de 2012.

Considerando os valores empenhados referente às despesas de capital, observa-se que houve um aumento de aproximadamente R\$ 621,00 (seiscentos e vinte e um) mil reais do exercício de 2011 para 2012. Cabe destacar que dos valores, o valor de R\$ 1.254.438,73 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos) refere-se à construção de estradas.

Considerando os valores empenhados referente às despesas com inversões financeiras, observa-se que houve um aumento de aproximadamente R\$ 4.051.121,59 (quatro milhões cinquenta e um mil cento e vinte um reais e cinquenta e nove centavos) do exercício de 2011 para 2012. Cabe destacar que, dos valores empenhados, o valor de R\$ 3.078.487,44 (três milhões setenta e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) refere-se à Benfeitoria, Sobras de TDA e Desapropriação da Fazenda Santana, e o valor de R\$ 6.458.600,00 refere-se à Concessão de Empréstimos e Financiamentos.

Exercício de 2012

Grupo da Despesa – 1 – Pessoal e Encargos Sociais

319008 – Outros Benefícios Assistenciais

R\$ 104.742,17 – Referente a 25 auxílios funerais (Exercício de 2012) Ativos e Aposentados.

Grupo da Despesa – 3 – Outras Despesas Correntes

339014 – Diárias – Pessoa Civil

R\$ 473.938,88 – Referente a diversas diárias paga a servidores lotados nesta Superintendência Regional, bem como outros servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional. (Processo de Doação, Processo de Sindicância e Outros).

339030 – Material de Consumo

R\$ 148.258,62 – valores para atender despesas com: (R\$ 10.018,00) lonas, (R\$ 82.265,23) combustíveis, (R\$ 28.249,39) Suprimentos de Fundos, (R\$ 7.009,00) aquisição de pneus, (R\$ 9.057,00) aquisição de café, açúcar e água, (R\$ 3.940,00) aquisição copos descartáveis, (R\$ 7.720,00) Aquisição de resmas de papel-A4.

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção

R\$ 55.982,12 - valores para atender despesas com: (R\$ 7.975,00) Transporte de imobiliário transferência de servidor, (R\$ 7.000,00) Locação de van, (R\$ 200,00) Suprimentos de Fundos e o (R\$ 40.807,12) contrato de requisições de passagens aéreas e terrestres.

339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

R\$ 4.030,90 – Diárias para colaborador eventual.

339037 – Locação de Mão de Obra

R\$ 1.274.910,14 – Contratos diversos {LCM 2000 – Administrador de Rede, PH Serviços - Recepcionistas, Força Soluções – Mensageiro, Operador de Micro e Técnico em secretariado, C & C – Mensageiro, Angel's – Técnico em secretariado, NTL – Operador de Micro, Rigicar Transportes – Motorista, Ramos Santos – Motoristas, IBIS – Motorista} (R\$ 611.282,91) , Contrato de Limpeza – Cardeal - (R\$ 312.958,43) e Contrato de Vigilância – HBS – (R\$ 350.668,80).

339039 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 4.508.441,63 – Contrato de Aluguel, pagamento de IPTU e Condomínio do INCRA/RJ (R\$ 1.781.857,65), Contrato de Locação de Máquinas copiadoras (R\$ 50.324,51), Manutenção e conservação de veículos e Suprimentos (R\$ 24.885,57), Evento (R\$ 70.000,00), Conserto do GPS (R\$ 7.970,00), Conserto do Ar-Condicionado (R\$ 1.380,00), Despesas com energia elétrica (R\$ 111.211,89), Despesas com serviços de água e esgoto (R\$ 3.736,67), Realização de Cursos e treinamentos (R\$ 1.980,00), Contratos de telefonia móvel (Claro) e fixa (Telemar) (R\$ 131.714,58), Despesas com honorários periciais (R\$ 35.655,20), Atender despesas com ATES (R\$ 2.272.185,56), Dedetização e Desratização (R\$ 2.720,00), Publicações (R\$ 5.000,00), Confecção de Formulários (R\$ 1.320,00) e Sub-estação de informática (R\$ 6.500,00).

339139 – Outros serv. Terceiros – Pés. Jurid – OP. Intra – Orc.

R\$ 56.592,21 – Pagamentos de Publicações (R\$ 55.592,21) e Curso (R\$ 1.000,00).

Totalizando na (39) = R\$ 1.860.148,69 + R\$ 79.085,00 = R\$ 1.939.233,69

339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas

R\$ 43.200,00 – Pagamento de IPVA e Multas (R\$ 43.200,00)

339092 – Despesas de Exercícios Anteriores

R\$ 61.921,04 – Reconhecimento de dívidas AMPLA (R\$ 24.935,54) e Repactuação contrato de limpeza – Cardeal Gestão de Limpeza (R\$ 36.985,50).

Grupo da Despesa – 4 – Investimentos

449051 – Obras e Instalações

R\$ 1.404.438,73 – Obras não licitadas (R\$ 150.000,00) e Construção de Estrada (R\$ 1.254.438,73).

449052 – Equipamentos e Material permanente

R\$ 87.502,60 – Aquisição de bebedouros (R\$ 5.967,60), Empenhado para SR-07/RJ (R\$ 6.032,40), Aquisição de material de informática - computadores - (R\$ 20.502,60) e Aquisição de viatura oficial (R\$ 55.000,00).

Grupo da Despesa – 5 – Inversões Financeiras

459061

R\$ 3.078.487,44 – Atender despesas com Benfeitoria – Fazenda Santana (R\$ 444.688,10), Sobras de TDA – Fazenda Santana (R\$ 50,63) e Desapropriação (R\$ 2.633.748,71).

459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos

R\$ 6.458.600,00 – Atender despesas com crédito de instalação: (R\$300.000,00) PA SANTO AMARO - CAMPOS DE GOYTACAZES, (R\$ 276.200,00) PA JOSIEL ALVES, (R\$ 112.000,00) PA FLORESTA DE BELEM - MUNICIPIO DE ITAPERUNA, (R\$ 32.000,00) PA SANTO AMARO - CAMPOS DE GOYTACAZES, (R\$ 102.400,00) PA FAZENDA PAU GRANDE, (R\$ 375.000,00) PA JOAO BATISTA SOARES, (R\$ 60.000,00) PA SANTO AMARO - CAMPOS DE GOYTACAZES, (R\$ 287.019,00) PA MARAPICU, (R\$ 112.000,00) PA OZIEL ALVES, (R\$ 262.347,00) PA ROSELI NUNES, (R\$ 7.381,00) PA MARAPICU, (R\$ 62.000,00) PA ZE PUREZA, (R\$ 41.600,00) PA PREFEITO CELSO DANIEL, (R\$ 195.000,00) PA PREFEITO CELSO DANIEL,

(R\$ 41.600,00) PA PREFEITO CELSO DANIEL, (R\$ 112.000,00) PA JOSUE DE CASTRO, (R\$ 124.800,00) PA ROSELI NUNES, (R\$ 18.453,00) PA ROSELI NUNES, (R\$ 2.000,00) PA ZE PUREZA, (R\$ 236.800,00) PA PAZ NA TERRA, (R\$ 195.200,00) PA TERRA PROMETIDA, (R\$ 198.400,00) PA JOAO BATISTA SOARES, (R\$ 991.818,00) PA TIPITY, (R\$ 148.182,00) PA TIPITY, (R\$ 304.000,00) PA TIPITY, (R\$ 80.000,00) PA VIDA NOVA, (R\$ 30.000,00) PA CAPELINHA, (R\$ 1.600.000,00) PA NOVA ESPERANCA e (R\$ 150.400,00) PA PREFEITO CELSO DANIEL.

PARTE A, Item 5, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21211.11.00		FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS / RECURSOS			
21212.11.00		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS / RECURSOS			
21213.11.00		ENCARGOS POR INSUF. DE CREDITOS / RECURSOS			
21215.22.00		OBRIG. TRIBUT. POR INSUF. DE CREDITOS / RECURSOS			
21219.22.00		DEB. DIVERSOS POR INSUF. DE CREDITOS / RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
373062	05.703.030/0001-88	36.985,50	*****	*****	36.985,50
Razões e Justificativas: O passivo refere-se à repactuação do Contrato de Conservação e Limpeza no exercício de 2011, relativo aos reajustes dos benefícios e pisos salariais da categoria, previsto na convenção coletiva de trabalho, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.					
Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.					

5.1.2 Análise Crítica

O reconhecimento de dívida em tela refere-se ao reajuste concedido a categoria vinculada ao Sindicato de limpeza e Conservação, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O maior problema enfrentado se deu em face do número reduzido de Procuradores Federais em exercício na Autarquia – INCRA – SR/07 – RJ, cujos autos ficaram sobrestados naquela Procuradoria pelo prazo não inferior a 06 (seis) meses.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	8.953,91	8.953,91	0,00	0,00
2009	16.373,51	2.366,67	10.497,14	3.509,70
2008	36.359,97	0,00	0,00	36.359,97
2007	2.249,29	2.249,29	0,00	0,00
2006	14.665,58	14.665,58	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	5.268.061,82	840.581,80	926.698,48	3.500.781,54
2010	2.509.753,63	1.268.509,36	1.241.244,27	0,00
2009	5.161.279,71	2.724.617,42	2.436.662,29	0,00
2008	4.415.135,07	2.332.783,56	2.082.351,51	0,00
2007	5.232.207,35	1.153.965,69	4.078.241,66	0,00
2006	2.516.304,09	316.566,53	2.199.737,56	0,00

Fonte: SIAFI

5.2.2 Análise Crítica

No que diz respeito a Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, o mesmo é relativo a repactuação de serviços continuados de segurança e vigilância patrimonial dos bens da Autarquia sob responsabilidade da Superintendência Regional do Rio de Janeiro – SR/07 – RJ.

A maior dificuldade enfrentada foi motivada em detrimento do desaparecimento do processo administrativo que originou a contratação, cujos autos foram enviados via malote ao INCRA/SEDE/BSB em 15/12/2009 e seu retorno se deu em 06/03/2013, em mãos do Procurador Federal – Dr. Carlos Godin.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro					
CNPJ:	003.759.72/0009-18					
UG/GESTÃO:	373062/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	****	****	****	*****	*****	*****
Contrato de Repasse	****	****	****	*****	*****	*****
Termo de Cooperação	****	****	****	*****	*****	*****
Termo de Compromisso	****	****	****	*****	*****	*****
Totais	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI; Processos administrativos da SR-07/RJ – Divisão de Administração.

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro					
CNPJ: 003.759.72/0009-18			UG/GESTÃO: 373062/37201		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0

Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	-	-	-	0

Fonte: SIAFI; Processos administrativos da SR-07/RJ – Divisão de Administração.

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro					
CNPJ: 003.759.72/0009-18			UG/GESTÃO: 373062/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	456.287,01	0	0
Fonte: SIAFI; Processos administrativos da SR-07/RJ – Divisão de Administração.					

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro					
CNPJ: 03.759.72/0009-18			UG/GESTÃO: 373062/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
	Montante Repassado (R\$)		456.287,01	0	
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0	0
			Montante repassado (R\$)	456.287,01	0
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0	0
			Montante Repassado	456.287,01	0
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	9	0
			Montante Repassado	456.287,01	0
Fonte: SIAFI; Processos administrativos da SR-07/RJ – Divisão de Administração.					

5.3.6 Análise Crítica

Destaque-se que o trabalho elaborado pela Comissão de Tomada de Contas Especial da SR-07/RJ vem, desde 2009, trabalhando nos convênios com problemas e informa o que se segue:

- Os Convênios desta regional estão em TCE, pois, estes não se adequaram às Normas de Execução, ou seja, na fase de Celebração, Prestação de Contas e Aprovação dos mesmos; com isso, foram feitas diligências ao longo de 2012 no sentido de sanar as pendências dos referidos objetos de TCE;
- Com relação ao informado acima, está sendo elaborado um levantamento das pendências restantes dos Convênios, para que se possa auferir os possíveis danos ao erário público e cobrar dos responsáveis o seu recolhimento ao Tesouro Nacional.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1	Superintendência Regional do Rio de Janeiro – INCRA / SR-07	-	28.192,70	13.765,67	41.958,37
UG 2	-	-	-	-	-
UG 3	-	-	-	-	-
UG n...	-	-	-	-	-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	28.192,70	13.765,67	41.958,37

Fonte: SIAFI

5.5 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373062	Nome da UG			Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
*****	*****	*****	*****	*****	*****	0	*****	*****

*****	*****	*****	*****	*****	*****	0	*****	*****
				Total Utilizado pela UG				
Código da UG 2	*****		Nome da UG		*****			
*****	*****	*****	*****	*****	*****	0	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****	0	*****	*****
				Total Utilizado pela UG		0		
				Total Utilizado pela UJ		0		

Fonte: Divisão de Administração - SR-07/RJ

5.5.1.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	373062	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
GUARACI LEVIS	099.215.597-53	2.000,00	2.462,70	5.592,12	8.054,82
ALEXANDRE MARIO SALLES	435.510417-68	2.000,00	7.170,00	13,64	7.183,64
ANTONIETA MARIA CARVALHO	161.393.307-00	2.000,00	4.290,00	2.890,17	7.180,17
NILSON CECILIANO	273.072.917-34	2.000,00	3.550,00	1.275,62	4.825,62
DRAGUTIN PETKOV	050.032.457-34	2.000,00	-	415,46	415,46
JOÃO CARLOS CARVALHO	712.867.647-34	2.000,00	4.430,00	2.247,99	6.677,99
BRUNO MACHADO PIRES	073.829.177-38	2.000,00	-	101,97	101,97
GUILHERME FILHO	350.348.747-68	2.000,00	6.290,00	250,51	6.540,51
PAULO DURAN	583.762.677-87	2.000,00	-	81,36	81,36
	191	2.000,00	-	896,83	896,83
Total Utilizado pela UG			28.192,70	13.765,67	41.958,37
Código da UG 2	*****	Limite de Utilização da UG			
*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ			28.192,70	13.765,67	41.958,37

Fonte: SIAFI.

5.5.1.2 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	*****	*****	40	28.192,70	40	13.765,67	41.958,37
2011	*****	*****	43	51.421,21	43	39.945,06	91.366,27
2010	*****	*****	42	41.894,28	42	45.877,71	87.771,99

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.

5.5.1.3 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
PC Aguardando Análise	*****	*****	*****	*****	*****	*****	07	41.858,37	*****	*****	*****	*****
PC em Análise	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	10	39.945,06	10	45.877,71
PC não Aprovadas	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
PC Aprovadas	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

5.5.1.4 Análise Crítica

PC Aguardando análise - Os valores informados são referentes aos processos de Prestação de Contas que se encontram em estoque para análise do contador recém-concursado.

PC em Análise - Os valores informados são referentes aos processos de Prestação de Contas que se encontram em estoque para análise do Contador.

5.6 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.7 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	124	3	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	124	3	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	118	2	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	6	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	1	1	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	127	5	13

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	8	7
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	8	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	9	6	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	2	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	2	1	1
1.2.5. Aposentados	Não há		0	0
2. Funções Gratificadas	3	3	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	3	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há			
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há			
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	16	16	9	8

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	28	22	60	23
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	51	0
1.2. Servidores de Carreira	1	28	22	0	22
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	51	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	0	0	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	0	0	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	2	28	22	51	24

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	46	79	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	45	79	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	1	1	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	47	80	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2010	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2011	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2012	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	9.918.991,87	*****	912.368,12	251.862,31	713.254,46	1.565.780,83	*****	56.846,26	59.798,86	13.478.902,71
	2011	10.880.248,95	*****	909.736,97	233.343,77	539.606,57	2.050.243,72	*****	*****	57.128,62	14.670.308,60
	2012	10.085.774,41	363.768,91	896.663,48	198.891,35	521.067,40	1.764.645,67	15.587,59	95.234,46	54.519,58	13.996.152,85
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2010	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2011	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2012	12.902,20	*****	2.580,44	*****	*****	*****	*****	*****	*****	15.482,64
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2011	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2012	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											

Exercícios	2010	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2011	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
	2012	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2010	*****	296.682,19	*****	*****	75.457,09	*****	*****	*****	*****	372.139,28
	2011	*****	297.143,77	*****	*****	66.248,97	*****	*****	*****	*****	363.392,74
	2012	*****	59.810,55	*****	*****	5.158,32	*****	*****	*****	*****	64.968,87
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	*****	15.156,36	*****	*****	8.143,27	*****	*****	*****	*****	23.299,63
	2011	*****	15.156,36	*****	*****	2.581,23	*****	*****	*****	*****	17.737,59
	2012	*****	15.366,81	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	15.366,81

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Obs: Foram concedidas diárias (indenizações) para terceiros, conforme especificado: 2010 - valor de R\$ 7.002,26; 2011 - valor de R\$ 0,00; 2012 - valor de R\$ 6.436,46.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	426	10
1.1 Voluntária	392	9
1.2 compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	33	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	113	0
2.1 Voluntária	98	0
2.2 Compulsória	9	0
2.3 Invalidez Permanente	4	0
2.4 Outras	2	0
3. Totais (1+2)	539	10

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	263	8
1.1. Integral	201	8
1.2. Proporcional	62	0
2. Em Atividade	138	9
3. Total (1+2)	401	17

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão, temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas:

a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e, no ato da posse, é exigida a informação, a termo, quanto à acumulação de cargos, funções e empregos públicos;

b) Quanto ao tipo de controle implementado e periodicidade de revisão - não há;

c) Quanto à propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência - não há;

d) Quanto à existência e ao quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam cruzamento de dados e constatarem a acumulação indevida de cargo por servidor desta Autarquia, as providências visando sanar a irregularidade são imediatamente adotadas, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

a) No exercício de 2012, não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP;

b) Quanto ao resultado das notificações realizadas - Não houve em 2012;

c) Quanto à quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos - Não houve nenhum PAD para apurar esta questão. Os PADs existentes foram para tratar de outros assuntos.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	8	5	8	5
Concessão de pensão civil	25	14	25	14
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	33	19	33	19

Fonte: Divisão de Administração - SR-07/RJ

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	-	0	-
Cancelamento de concessão	0	-	0	-
Cancelamento de desligamento	0	-	0	-
Totais	0	0	0	0

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	0	0	0	8
Concessão de pensão civil	0	0	0	25
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	8	0	0	-
Total	0	0	0	33
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI	Quantidade de atos com parecer negativo do OCI

	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	8	5	0	0
Concessão de pensão civil	25	14	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	33	19	0	0

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Na UJ é utilizado, atualmente, mecanismos para controlar somente as aposentadorias versus reposição do quadro. Por intermédio de planilhas com dados dos servidores, é possível extrair informações importantes como idade da força de trabalho, quantitativo de servidores com requisitos para aposentadoria, quantitativo de servidores por cargo/função, etc. Embora as contratações de novos servidores sejam de responsabilidade do órgão central, essas informações nos permitem adequar o quadro de servidores às necessidades da UJ.

Algumas avaliações, instituídas por Lei e aplicadas na UJ, são referências para mensurar o nível de desempenho dos servidores: as avaliações dos servidores para aptidão do estágio probatório, a avaliação para fins de progressão funcional, para os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo, e a avaliação de desempenho para fins de concessão de gratificação.

A educação continuada é executado em forma de cursos presenciais bem como à distância, palestras, simpósios e outras formas, estas feitas através de metas estipuladas pelo órgão central - a sede em Brasília.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Os terceirizados contratados para trabalhar na SR-07/RJ executam serviços da atividade-meio, não próprias da natureza institucional da UJ. Os serviços da área-fim são feitos por servidores.

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
*****	*****	0	*****	*****	*****
*****	*****	0	*****	*****	*****
*****	*****	0	*****	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Esta UJ não é a o ente público responsável para autorizar realização de concursos públicos.

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração – SR-07/RJ.

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – SR/07 - RJ													
UG/Gestão: 373062/37201					CNPJ: 00.3756972/009-18								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	4.000/10*	05.703.030/0001-88	29/07/2012	28/07/2013	-	-	-	-	-	-	A
2011	V	O	4.000/11	07.613.468/0001-09	03/10/2011	02/10/2012	-	-	9	9	-	-	P
Observações: * Não exige escolaridade mínima, 09 (nove) postos.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Divisão de Administração - SR-07/RJ

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – SR/07 - RJ													
UG/Gestão: 373062/37201					CNPJ: 00.3756972/009-18								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	4.000/12	68.565.530/0001-10	18/07/2012	17/07/2013	-	-	5	5	-	-	A
2012	12	O	7.000/12	02.665.049/0001-99	01/08/2012	31/07/2013	2	2	-	-	-	-	A
2012	3	O	3.000/11	32.185.480/0001-07	18/07/2012	17/07/2013	-	-	7	7	-	-	A
2011	5	O	7.000/11	06.090.065/0001-51	18/11/2011	17/11/2012	-	-	6	6	-	-	P
2012	2	O	5.000/12	00.731.434/0001-61	01/08/2012	31/07/2013	2	2	-	-	-	-	A
2012	2	O	6.000/12	00.731.434/0001-61	01/08/2012	31/07/2013	1	1	-	-	-	-	A
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													

- 8. Manutenção de bens móveis
- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 12. Outras

Fonte: Divisão de Administração - SR-07/RJ

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	4	4	4	37.226,31
1.1 Área Fim	1	1	1	1	9.306,58
1.2 Área Meio	3	3	3	3	27.919,73
2. Nível Médio	3	3	3	3	20.044,94
2.1 Área Fim	1	1	1	1	6.681,65
2.2 Área Meio	2	2	2	2	13.363,29
3. Total (1+2)	7	7	7	7	57.271,25

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da SR-07/RJ

A SR-07/RJ utiliza frota própria de veículos automotores, principalmente par deslocamento a campo dos servidores que realizam trabalhos das áreas finalísticas, e a Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Instrução Normativa nº 03 de 15 de Maio de 2008.

A frota de veículos é de fundamental importância para a realização dos trabalhos de campo, inerente às atividades do INCRA.

Segue, na tabela abaixo, a Quantidade de veículos de responsabilidade da SR-07/RJ:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RELAÇÃO DE VIATURAS DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

TOTAL	PLACAS	COMBUSTÍVEL	FABRICANTE	MODELO	ANO	CHASSI	RENAVAM
1	LCQ-7180	GASOLINA	VOLKSWAGEN	GOL	2004/2004	9BWCA05Y14T082890	823250296
2	KOA-2678	GASOLINA	VOLKSWAGEN	GOL	2004/2004	9BWCA05Y14T082551	823251039
3	KXH-0041	GASOLINA	VOLKSWAGEN	GOL	2004/2004	9BWCA05Y64T083890	823251438
4	LCQ-7179	GASOLINA	VOLKSWAGEN	GOL	2004/2004	9BWCA05Y54T082890	823249867
5	KXO - 7478	DIESEL	MITSUBISHI	L2004X4GL	2011/2012	93XPNK740CCB86770	453164773
6	KOO-2410	DIESEL	MITSUBISHI	L2004X4GL	2004/2005	93XJNK3405CA37973	845227009
7	LCL-1156	DIESEL	MITSUBISHI	L2004X4GL	2004/2005	93XJNK3405CA437825	845226460
8	LUZ-7527	DIESEL	MITSUBISHI	L2004X4GL	2006/2006	93XJNK3406C645014	890511209
9	KUO-7624	DIESEL	MITSUBISHI	L2004X4GL	2006/2006	93XJNK3406C645013	890511454
10	KPG-4501	DIESEL	FORD	RANGER	2007/2008	8AFER13P98J122624	944288197
11	KUX-5991	DIESEL	FORD	RANGER	2007/2008	BAFER13P28J145954	964005174
12	LKQ-4936	DIESEL	FORD	RANGER	2007/2008	BAFER13P28J142553	964003392
13	JHN-7363	DIESEL	VW COMIL	ENGEVEL	2009/2009	9BWHB82Z09R928722	164938931
14	KMW-5930	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	PALIO	2007/2008	9BD17140A85129325	944289177
15	LPC-2968	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	PALIO	2007/2008	9BD17140A85129277	944288421
16	LKU-3840	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	PALIO	2008/2009	9BD17140A95347678	117876623
17	LKU-3839	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	PALIO	2008/2009	9BD17140A95350948	117875830
18	KUV-5953	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	PALIO	2007/2008	9BD17140A85129250	944288952
19	KRF-0979	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	PALIO	2008/2009	9BD17140A95347705	117875163
20	KZA-2365	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	UNO	2010/2011	9BD15844AB6467862	209448466
21	KZE-3369	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	UNO	2010/2011	9BD15844AB6468240	209679077
22	KZB-3826	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	UNO	2010/2011	9BD15844AB6455689	209448555
23	KZD-4174	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	UNO	2010/2011	9BD15844AB6455699	209448814
24	KYX-3335	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	UNO	2010/2011	9BD15844AB6455735	209448229
25	KOW - 6252	BI-COMBUSTIVEL	FIAT	LINEA	2012/2013	9BD11058CD1554283	485455757

Segue, na tabela abaixo, a média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MÉDIA DE CONSUMO POR VIATURA - EXERCÍCIO -2012

VIATURAS	TIPO	KM	COMBUSTÍVEL	VALOR	KM/L	R\$/KM
LCQ-7179	GOL	4651	363,22	R\$ 1.012,94	12,80	R\$ 0,22
LCQ-7180	GOL	4212	322,81	R\$ 971,76	13,05	R\$ 0,23
LPC-2968	PALIO	18518	1397,59	R\$ 4.133,36	13,25	R\$ 0,22
KUV-5953	PALIO	17896	1352,06	R\$ 4.054,34	13,24	R\$ 0,23
LKU-3839	PALIO	19220	1616,86	R\$ 4.767,76	11,89	R\$ 0,25
LKU-3840	PALIO	20599	1823,87	R\$ 4.493,26	11,29	R\$ 0,22
KRF-0979	PALIO	23533	1694,22	R\$ 4.842,94	13,89	R\$ 0,21
KMW-5930	PALIO	23019	1776,15	R\$ 5.242,67	12,96	R\$ 0,23
KZA-2365	UNO	19060	1646,35	R\$ 3.932,65	11,58	R\$ 0,21
KZE-3369	UNO	16477	1240,27	R\$ 3.642,59	13,29	R\$ 0,22
KZB-3826	UNO	19097	1345,77	R\$ 3.993,44	14,19	R\$ 0,21
KYX-3335	UNO	16590	1249,46	R\$ 3.654,36	13,28	R\$ 0,22
KZD-4174	UNO	18647	1380,29	R\$ 4.149,27	13,51	R\$ 0,22
KOA-2678	GOL	4270	345,86	R\$ 1.025,08	12,35	R\$ 0,24
KXH-0041	GOL	8533	577,38	R\$ 1.706,12	14,78	R\$ 0,20
KOO-2410	L200	976	90,6	R\$ 178,34	10,77	R\$ 0,18
LCL-1156	L200	23296	2158,3	R\$ 4.657,54	10,79	R\$ 0,20
LUZ-7527	L200	20392	2051,91	R\$ 4.335,05	9,94	R\$ 0,21
KUO7624	L200	28414	2604,49	R\$ 5.560,23	10,91	R\$ 0,20
KPG-4501	RANGER	21649	1903,08	R\$ 3.940,96	11,38	R\$ 0,18
LKQ-4936	RANGER	PARADA	PARADA			
KUX-5991	RANGER	20545	1942,69	R\$ 4.190,17	10,58	R\$ 0,20
KXO-7478	L200	22875	2461,1	R\$ 5.213,75	9,29	R\$ 0,23
JHN-7363	ÔNIBUS		144,2	R\$ 300,00		
TOTAL GERAL						

Atente-se que Idade média da frota, por grupo de veículos é de 8 (oito) anos.

Segue, abaixo, os custos associados à manutenção da frota:

As razões que levaram a SR-07/RJ a escolher adquirir veículos próprios em detrimento de locação é o elevado custo de tais contratos. Além disso, por decisão da gestão superior, as licitações para compra de veículos são feitas pelo INCRA/Sede.

O controle da frota é feita por um setor específico da Divisão de Administração da SR-07/RJ.



Janeiro/RJ
- Tel.:
(21)2224-
6363

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE TRANSPORTES
RELATÓRIO DE GASTOS COM PEÇAS – EXERCÍCIO 2012

MÊS	PEÇAS	MÃO DE OBRA	LAVAGEM	ÓLEO	SEGURO OBRIGATÓRIO	TOTAL
Janeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 1.996,90	R\$ 622,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.619,40
Março	R\$ 1.046,00	R\$ 112,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.158,00
Abril	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 292,00	R\$ 296,00	R\$ 158,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 746,00
Junho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 678,50	R\$ 0,00	R\$ 180,00	R\$ 40,00	R\$ 0,00	R\$ 898,50
Setembro	R\$ 1.030,00	R\$ 50,00	R\$ 0,00	R\$ 63,60	R\$ 0,00	R\$ 1.143,60
Outubro	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40,00	R\$ 0,00	R\$ 440,00
Novembro	R\$ 1.745,98	R\$ 100,00	R\$ 104,00	R\$ 133,00	R\$ 0,00	R\$ 2.082,98
Dezembro	R\$ 857,33	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 329,56	R\$ 0,00	R\$ 1.336,89
TOTAL GERAL	R\$ 8.046,71	R\$ 1.330,50	R\$ 442,00	R\$ 606,16	R\$ 2.508,14	R\$ 12.933,51



7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Município 1 – Rio de Janeiro	3	3
	Município 2 - Niterói	2	2
	município “n”	*****	*****
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	*****	*****

	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: Setor de Patrimônio da Divisão de Administração – SR-07/RJ.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Rio de Janeiro	1	1
	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	*****	*****
	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****

Subtotal Exterior	Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)	1	1
Fonte: Setor de Patrimônio da Divisão de Administração – SR-07/RJ.		

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373062	586500122500-9	23 – Sem Uso	Regular	48.954,05	31/12/2012	89.829,83	*****	*****
373062	586500121500-3	05 – Cessão	Bom	153.283,58	31/12/2012	201.526,00	*****	*****
373062	600102841500-1	21 – Uso em Serviço Público	Reparos importantes	1.692.389,74	31/12/2012	2.587.550,99	*****	*****
373062	600102838500-5	14 – Esbulhado	Regular	1.621.087,76	31/12/2012	1.833.355,13	*****	*****
373062	6001028395000-0	21 – Uso em Serviço Público	Regular	116.811,45	31/12/2012	123.944,95	*****	*****
373062	6001028395000-0	14 - Esbulhado	Regular	39.260,11	31/12/2012	177.332,11	*****	*****
Total								
Fonte: Setor de Patrimônio da Divisão de Administração – SR-07/RJ.								

Trata-se de bens imóveis pertencentes ao patrimônio da SR-07, sendo certo que dentre estes, um foi cedido ao Movimento Chiquinha Gonzaga, conforme comentaremos no item 04.

01. **TOMBAMENTO: 4033** - Três salas interligadas (705, 705 A, e 705 B), situadas na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 171, 7º andar - Niterói/RJ. Se devidamente preservadas, tais salas poderiam atender a alguma demanda da SR-07 e ao MDA.

02. **TOMBAMENTO: 4034** - Conjunto de 14 salas, situado na Rua Almirante de Tefé, 632 - sobreloja do Edifício Ájax - Niterói/RJ, todas ocupadas pela Prefeitura de Niterói, conforme Processo. 54180.000874/2002-95 em cujo bojo encontra-se ata do CDR em relação à Concessão de Direito Real de Uso àquela Prefeitura. O Setor de Patrimônio sugere gestão do INCRA/RJ junto à Prefeitura Municipal de Niterói no sentido de atualizar a Concessão de Uso.

03. **TOMBAMENTO: 4035** - Imóvel tombado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, situado na Rua Santo Amaro, 28 - Glória - Rio de Janeiro. Atualmente encontra-se desocupado para fins de obras internas e externas, o que provocou, em março de 2010, a mudança da SR-07 para três andares de um prédio situado na Rua da Conceição, 69 - Centro/RJ. Como nestes últimos dois anos (2011 e 2012) as obras necessárias à preservação do referido imóvel ainda não puderam ser iniciadas, fica claro a urgência de providências

04. **TOMBAMENTO: 4036** - Imóvel situado na Rua Barão de São Felix, 110; foi ocupado em 26 de julho de 2004 pelo Movimento Chiquinha Gonzaga, da Central de Movimentos Populares - CMP, e tornou-se objeto do processo 54180.000838/2004-93. Atualmente, encontra-se cedido ao referido movimento por conta das intermediações do Ministério das Cidades junto à Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

05. **TOMBAMENTO: 4038** - Imóvel situado na Rua Prefeito Olimpio de Melo, 902, com salas de alvenaria em péssimo estado de conservação e, galpões em condições de servir de cobertura as viaturas oficiais da SRI07. Este imóvel encontra-se ocupado irregularmente por uma agremiação carnavalesca cuja remoção só se dará por reintegração de posse.

06. **TOMBAMENTO: 7035** - Garagem - situada na Rua Costa Ferreira, 137 - Centro/RJ, que apresenta péssimo estado de conservação, sendo certo que sua situação é de depósito de viaturas ANTIECONÔMICAS, e móveis já alocados na conta 91. Os Bens Imóveis de Uso Especial foram vistoriados *in loco* no período de 30 de novembro a 27 de dezembro de 2012, sem prejuízo das tarefas pertinentes a cada servidor da Ordem de Serviço.

BENS IMÓVEIS URBANOS

Dentre todos os imóveis pertencentes ao INCRA no Estado Rio de Janeiro, há que se destacar aqueles que saíram do sistema SPUINET. Trata-se de 158 imóveis urbanos residenciais, comunitários e administrativos, situados em Duque de Caxias, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Barra do Pirai, Niterói, Santa Cruz, Cachoeiras de Macacu e Macaé, os quais deixaram de ser fiscalizados desde 2002, quando, a partir de então, apenas os imóveis considerados especiais pela SAM tornaram-se objetos de vistoria.

Face ao exposto e considerando a falta de vistoria nos imóveis urbanos da SR/07, o Setor de Patrimônio sugere a criação de uma "Comissão Especial de Levantamento de Bens Imóveis Urbanos" para fins de ultimar procedimentos que configurem a desnecessidade de fiscalização por parte da SR/07, proposta a ser estudada pelo Superintendente.

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

8 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.

	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	

	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

As decisões gerenciais referentes a TI estão sob responsabilidade da DET/INCRA/SEDE. As Superintendências seguem as determinações e orientações da SEDE. Portanto, este Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

9 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Uso de papel reciclado para impressão de todos os documentos oficiais				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	ISO 9001				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Com aquisição de lâmpadas econômicas – diminuição de conta de luz				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Cartuchos recicláveis para impressoras				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicação oficial				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicação oficial				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A SR-07/RJ passou a utilizar papel reciclado para a impressão de seus documentos como forma de estimular seu uso racional e mais econômico.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
*****			*****	*****		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.200	1.200	1.200	11.580,00	11.760,00	10.680,00
Água	216m³	194,4 m³	184,68 m³	3.527,76	3.174,98	3.016,23

Energia Elétrica	101.280,00	81.024,00	76.972,80	144.263,49	115.410,79	109.640,25
			Total	159.371,25	130.345,77	122.336,48

Fonte: Divisão de Administração – SR07/RJ. Obs: Por ora, esta UJ Não faz parte de nenhum programa de Sustentabilidade.

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/01/2012

10 Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

No exercício de 2012 não houve nenhuma deliberação dos órgãos de Controle Externo e nem da Auditoria Interna para atendimento por parte desta UJ.

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro					004032
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
*****					*****
Descrição da Deliberação					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
*****					*****
Síntese da Providência Adotada					

Síntese dos Resultados Obtidos					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro					004032
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
*****					*****
Descrição da Deliberação					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
*****					*****
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			004032
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
*****	*****	*****	*****
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
*****			*****
Descrição da Recomendação			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
*****	*****
Síntese da Providência Adotada	

Síntese dos Resultados Obtidos	

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			004032
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
*****	*****	*****	*****
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
*****			*****
Descrição da Recomendação			

Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
*****			*****
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, assim como as demais superintendências regionais, não possui setor específico de Auditoria Interna. No entanto, o INCRA possui o setor de Auditoria Interna, localizada na sede, mas não descentralizada nas regionais. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

Segue, como ilustração, as atribuições da Auditoria Interna do INCRA, localizada na sede da autarquia, em Brasília. De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;
- V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e
VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	13	6	13
	Entregaram a DBR	13	6	13
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Setor de RH – Divisão de Administração da SR-07/RJ.

10.3.2 Análise Crítica

Na SR-07/RJ, foram entregues as DBR corretamente no ano de 2012, nos prazos estabelecidos pela Unidade recebedora das DBR, que é o Setor de Pessoal.

No momento não existe um programa informatizado para recepcionar as DBR; estas são apresentadas apenas em papel.

As DBRs são arquivadas nas pastas funcionais dos servidores, após análise feita pela Chefia da Divisão de Desenvolvimento sobre a compatibilidade entre os redimentos auferidos pelo trabalho e a renda e bens declarados.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>LUIZ HENRIQUE DE ANDRADE MENDES</u>, CPF nº <u>006.639.152-15</u>, <u>Assistente de Administração</u>, exercido na <u>Superintendência Regional do Rio de Janeiro - SR/07-RJ</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. <u>LUIZ HENRIQUE DE ANDRADE MENDES</u> <u>006.639.152-15,</u> <u>Assistente de Administração</u>
--

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

11 Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os procedimento adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI –ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nessa referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar n 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

A macrofunção informa ainda as metodologias a serem adotadas para:

- . se estimar a vida útil econômica dos ativos;
- . cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;
- . realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

No exercício de 2012, esta Superintendência Regional não apurou depreciação de seus ativos. Mas os referidos ajustes serão providenciados no exercício de 2013.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
*****		*****	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	*****	Data	*****
Contador Responsável	*****	CRC nº	*****

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro	373062
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Conformidade de gestão; b) Estoque de de convênios vencidos na situação de “a aprovar”;	

- c) Reavaliação de bens;
- d) Registro de bens imóveis adquiridos para fins de reforma agrária no balanço da autarquia;
- e) Contabilização da provisão para devedores duvidosos;
- f) Inconsistência na conta 3.4.4.9.0.52.99 – Outros materiais;
- g) Equação 0096 – Obrigações a recolher;
- h) Ausência de registro de depreciação.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Rio de Janeiro	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Thiago Cosme Conceição da Silveira	CRC nº	RJ-110263/O

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

*“Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades **que não executaram** sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.*

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

“Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

Com fundamento nos normativos acima, todas as Unidades Gestoras deste Órgão ficam dispensadas da elaboração do item 11.3.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012, pois esta UJ não possui contrato de gestão.

PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

12 Outras Informações Sobre a Gestão

O ano de 2012 teve muitos percalços para o bom desempenho das ações da SR-07/RJ, tendo este sido comprometido por dois fatores relevantes: a greve dos servidores em meados do ano, que foi de junho a finais de agosto de 2012, e a mudança na presidência da autarquia, comprometendo o Planejamento que já havia sido feito, a partir de julho de 2012.

Além desses dois fatores conjunturais, a publicação do Decreto 7.680/2012, que reduziu o orçamento do INCRA, com a consequente repactuação de nossas metas, também afetou o bom andamento dos trabalhos na autarquia, uma vez que, com menos recursos, a capacidade operacional da SR-07/RJ foi afetada pelo contingenciamento.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

Não houve gerenciamento de imóveis para essa ação, apenas tramitação interna de processos de fiscalização. Só há dois imóveis rurais, no âmbito da SR-07/RJ, cadastrados acima de 10.000,00 ha. Os processos referentes a estes imóveis estão em tramitação na Procuradoria Jurídica da SR-07/RJ (PFE-RJ) para análise da cadeia dominial. Portanto, no ano de 2012 não houve cancelamento de matrículas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/73.

14 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A mesma análise feita no Relatório de Gestão de 2011 continua válida para os próximos exercícios, pois a autarquia ainda não conseguiu resolver o problema da FNSC e, por contingenciamento de recursos dentre outras externalidade, a SR-07/RJ ainda não conseguiu criar Projetos de Assentamento ambientalmente diferenciados.

Seguem as principais dificuldades listadas no Relatório de Gestão de 2011 para o exercício de 2012, que permanecem no exercício de 2013:

“Os dois principais desafios que se colocam para a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro são a gestão das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) e a implantação dos assentamentos ambientalmente diferenciados no Estado.

O quadro de servidores que trabalham com a regularização fundiária das áreas da FNSC permanece escasso e a digitalização e higienização do acervo documental ainda não foi efetivada. (...). Para tanto, o INCRA buscará efetivar parcerias com as prefeituras dos nove municípios em que a FNSC se insere, bem como aprofundar a parceria já existente do INCRA com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

A Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro pretende, no exercício de 2012, criar os primeiros projetos de assentamento ambientalmente diferenciado no Estado, particularmente na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Tal iniciativa deve-se não apenas à percepção da indissociabilidade das questões agrária e ambiental, como também pelo fato de o Estado do Rio de Janeiro estar inserido numa zona particularmente sensível do Bioma Mata Atlântica. Como são as primeiras iniciativas desta natureza no Estado, será necessária a capacitação dos servidores da Superintendência Regional, bem como uma forte articulação com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).”

ANEXOS

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro									
CNPJ: 00.375.972/0009-18				UG/GESTÃO: 373062					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
*****	****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
LEGENDA Modalidade: Situação da Transferência: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									
Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.									